



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTABELECIDOS OU OUTSIDERS?
ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE DIFERENTES GRUPOS
SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE NO PARANÁ

ROSANGELA DA SILVA

Orientador: Professor Doutor Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE (PB)
NOVEMBRO DE 2011

ROSANGELA DA SILVA

ESTABELECIDOS OU OUTSIDERS?
ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE DIFERENTES GRUPOS
SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE NO PARANÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Luis Henrique Hermínio Cunha

CAMPINA GRANDE (PB)
NOVEMBRO DE 2011

ESTABELECIDOS OU OUTSIDERS?
ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE DIFERENTES GRUPOS
SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE NO PARANÁ

ROSANGELA DA SILVA

Dissertação aprovada em 17 de novembro de 2011

Professor Doutor Luis Henrique Hermínio Cunha
(Orientador)

Professor Doutor José Gabriel Silveira Corrêa
(Examinador externo)

Professora Doutora Mércia Rangel Batista
(Examinadora interna)

CAMPINA GRANDE (PB)
NOVEMBRO DE 2011

A você que aos 38 anos deixou de ser
mulher para tornar-se apenas mãe.

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, em especial a minha mãe e aos meus irmãos;

Ao professor Luis Henrique pela ajuda prestada na elaboração deste trabalho;

Ao corpo docente do PPGCS, em especial a professora Gui pela ajuda prestada na fase inicial deste processo e também a professora Mércia e o professor Gabriel os quais avaliaram meu trabalho em diferentes etapas;

Aos colegas do mestrado, turma de 2009;

Aos professores da UNIOESTE Osmir Dombrowski e Miguel Lazzaretti;

A CAPES e ao CNPQ pela ajuda financeira;

A todos que residem ou trabalham no Lar dos Idosos Morada do Sol, em especial ao seu Pedro;

A todos os cidadãos de Diamante d'Oeste, em especial Jairo Bortolini;

Aos moradores do assentamento e das comunidades indígenas, em especial o vereador Adão, o professor Teodoro e o Cacique Honório;

A Newton Friedrich e Gilmar Eugênio Secco da Itaipu Binacional;

A todos que me acolheram em Campina Grande;

Por último, porém não menos importante, gostaria de agradecer ao grande amigo Carlos Alberto de Sá que esteve muito presente em minha vida nos últimos dois anos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como a inserção de novos grupos sociais, duas comunidades guaranis e um assentamento do MST, acabou por alterar toda uma figuração social (Elias) e conseqüentemente, o balanço de poder entre os diferentes grupos que formam esta figuração. O lócus desta investigação é o município de Diamante d'Oeste no Paraná e as dinâmicas de territorialização. Opera-se com o pressuposto de que processos de territorialização não podem ser artificialmente recortados como se ocorressem no "local". Cada grupo possui projetos territoriais específicos e o processo de territorialização é resultante de conflitos e disputas entre esses diferentes projetos. Assim, no decorrer do trabalho daremos voz aos diferentes grupos sociais, pois desta forma, será possível identificar quais são as lutas materiais e simbólicas travadas entre estes grupos, assim como também quais são os elementos geradores desses diferenciais de poder.

Palavras-chave: figuração social; processos de territorialização; projetos territoriais.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the introduction of new social groups, two guarani communities and a group of people belonging to the movement MST, ending up altering all the social figuration (Elias), and consequently, the power balance between the different groups which form this figuration. The location of this investigation is the Municipality of Diamante d'Oeste in Paraná State and the dynamics of territorialization. It is supposed that the territorialization processes cannot be artificially cut as if they occurred in the place. Each group has its own specific territorial projects and the territorialization results from conflicts and disputes between these different projects. Thus, as the study flows, we will hear from the different social groups so that it can be possible to identify what are the material and symbolic fights among the groups and also identify what the elements generating these power differentials are.

Key-words: social figuration; territorialization processes; territorial projects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I.....	22
O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM DIAMANTE D'OESTE: O	
ENTRELAÇAMENTO DE DIFERENTES MUNDOS SOCIAIS	22
1.1 A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E A CONSTRUÇÃO DA	
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL	23
1.2 DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO AO PROCESSO DE	
TERRITORIALIZAÇÃO: ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DESTE CONCEITO	
PELA GEOGRAFIA, ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA	29
1.3 A ABORDAGEM TERRITORIAL E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE	
DIAMANTE D'OESTE – CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DOS	
DIFERENTES PROJETOS.....	38
CAPÍTULO II	54
O EXERCÍCIO DA MEDIAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES SOCIAIS ...	54
2.1 O RURAL E O URBANO NO BRASIL	55
2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A AUTONOMIA MUNICIPAL.....	62
2.3 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: LUGAR DO ENCONTRO DE	
DIFERENTES ATORES SOCIAIS	65
CAPÍTULO III	77
A BUSCA PELA IDENTIDADE E OS CAMINHOS DO PERTENCIMENTO ...	77
3.1 A FESTA COMO EXPRESSÃO DA BUSCA PELA IDENTIDADE.....	78
3.2 MAPA COGNITIVO: A IDEIA DO PERTENCIMENTO.....	85
3.3 NARRATIVAS DE DESLOCAMENTOS: PROCESSOS QUE CRIAM	
FORMAS DE PENSAR O PERTENCIMENTO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Diferentes veículos de comunicação – como os jornais O Estado de São Paulo e Correio Braziliense e as redes nacionais de televisão Globo, SBT e Bandeirantes, além dos meios de comunicação regionais – noticiaram, entre os dias 02 e 05 de fevereiro de 2010, a realização do Encontro dos Povos Guarani da América do Sul, ocorrido no município de Diamante d'Oeste no Paraná, dando-lhe visibilidade nacional. De emancipação recente, datada de 1987, com uma população de 5.027¹ habitantes e um IDH de 0,709², Diamante d'Oeste compartilha as dificuldades de tantos outros pequenos municípios no Brasil.

Dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social³ indicam que 161 pessoas deslocam-se diariamente para trabalhar em outros municípios. Destas, 37 trabalham no frigorífico de aves Copagrill, no município de Marechal Cândido Rondon, que se localiza a 89 km de Diamante d'Oeste; as outras 124 pessoas fazem um deslocamento de 63 km, pois trabalham no frigorífico Lar, em Agro Cafeeira, distrito do município de Matelândia. A composição da receita é um elemento importante para caracterização dos municípios. No exercício de 2010, a receita de Diamante d'Oeste totalizou R\$ 11.230.610,00, dos quais R\$ 8.865.103,33 foram provenientes de receitas advindas de transferências (da União e do Estado, como FPM, ICMS, dentre outros), representando 78% do total. Se deduzirmos dos R\$ 2.365.507,62 restantes, o repasse de R\$ 1.368.347,00 feito por Itaipu referente a Royalties e outros investimentos (12% do total), sobriam R\$ 997.169,22 (10% da receita total) – que se refere às receitas próprias como: as receitas tributárias, patrimonial, de serviços e alienação de bens, dentre outras.

Na primeira semana de fevereiro de 2010, diversas autoridades – como os ministros da cultura do Brasil, Juca Ferreira, e do Paraguai Tício Escobar – e mais de 800 índios guarani, oriundos de vários estados do Brasil como também

¹ IBGE – Censo 2010.

² Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000).

³ Esta secretaria faz a mediação para a contratação da mão de obra junto aos frigoríficos citados. É possível que haja um deslocamento maior de pessoas para outros municípios, sem a mediação do poder municipal.

do Paraguai, Argentina e da Bolívia, estiveram em Diamante d'Oeste. Porém, não estavam interessados na realidade acima descrita, todos adentraram o Município e se dirigiram diretamente a Aldeia Indígena Tekoha Añetete⁴, local onde ocorreu o Encontro dos Povos Guarani da América do Sul.

Diamante d'Oeste, em relação a outros municípios, diferencia-se pela heterogeneidade dos grupos sociais lá existentes e, principalmente, pelo fato de que esta heterogeneidade é muito recente. A atual configuração de Diamante d'Oeste, que inclui duas aldeias indígenas e um assentamento de reforma agrária liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), data dos últimos 13 anos. Este processo de territorialização está entrelaçado a duas dinâmicas territoriais mais gerais. A expansão da fronteira agrícola ocorrida de forma mais intensa a partir da década de 1940 que impulsionou a colonização da região oeste do Paraná e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, iniciada na década de 1970. A primeira, como afirma Colodel (1992), além de atrair migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que em sua grande maioria lá se instalava na condição de donos de pequenas propriedades, atraiu também um grande número de trabalhadores oriundos do norte do Paraná e de outras regiões do país como o Sudeste, Norte e o Nordeste, os quais em grande medida sobreviviam com a venda de sua força de trabalho. No entanto, no final da década de 1970, um grande contingente populacional foi “expulso” do município de Matelândia – do qual Diamante d'Oeste se emancipou posteriormente - devido à diminuição dos postos de trabalho na agricultura decorrente da decadência da cultura do café e da hortelã e da crescente mecanização do campo. Juntando-se a isso, em décadas anteriores, houve também um processo de expropriação de terras de agricultores posseiros, o que contribuiu, por um lado, para o surgimento de grandes propriedades e, por outro, para o aumento de trabalhadores que foram obrigados a migrar para outras regiões em busca de trabalho.

Já a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional se encaixa no que Vainer (2007) denominou de grandes projetos de investimentos (GPIs). Para este autor, estes projetos, que neste caso é energético, não apenas reconfiguram o território nacional como também o fragmentam. Na falta de um

⁴ Em Guarani añetete significa “terra prometida ou terra revelada”.

planejamento territorial nacional, eles se apropriam do território e o organizam segundo seus interesses. Somando-se a isso, as crescentes obrigações atribuídas, pelo poder nacional, aos municípios e estados, faz com que estes travem o que Vainer (2007) denominou de guerra dos lugares, que se traduz na luta para atrair recursos, fragmentando ainda mais os territórios. É o que ocorre em Diamante d'Oeste, e de forma mais geral em todo o oeste paranaense, já que o projeto energético da Itaipu transformou todo o território, no entanto, a atuação de seus projetos são localizados, em alguns municípios ou grupos sociais, o que acaba por gerar diferenciais de poder entre os mesmos.

Em 1987, quando o distrito de Diamante d'Oeste se emancipou do município de Matelândia, as pessoas que lutaram neste processo, em grande parte segundo interesses políticos locais, construíram projetos territoriais com base em uma situação que se alterou de forma considerável após 10 anos. Resultante de um processo longo que se iniciou em 1974 com o início da construção de Itaipu, e que se agravou em 1982, com o alagamento de terras no seu entorno, diversas propriedades tanto rurais como urbanas ficaram submersas, como também, grande parte das terras ocupadas pelos índios Avá-guarani. Expropriados de seu território, eles iniciaram uma luta em prol de seus direitos territoriais. Após perambular por diversos municípios e aldeias, estas em sua grande maioria com excesso populacional, como é o caso da Aldeia Ocoy em São Miguel do Iguçu, a luta da população indígena que hoje reside no município de Diamante d'Oeste obteve êxito em 1997, ano em que a FUNAI criou a primeira aldeia indígena em Diamante d'Oeste, Tekoha Añetete (17,4 km²). Outro grupo social que também lutava pelo direito à terra e que em 2004 alcançou seus objetivos foram os trabalhadores vinculados ao MST, pois neste ano foi criado o Assentamento da Reforma Agrária Ander Rodolfo Henrique (30,9 km²). E em 2007, houve a delimitação de uma segunda aldeia, a Tekoha Itamarã⁵ (2,4 km²). Dos 309 km² da área total do município, 50,7 km² pertencem a esses grupos, o que equivale a 16,1% deste território.

A primeira vez que estive em Diamante d'Oeste foi no ano de 2008. Neste período, fazia parte do Projeto de Extensão "Oficinas de Cidadania"⁶, o

⁵ Em Guarani itamarã significa "diamante".

⁶ Este projeto foi desenvolvido pelo prof. Dr. Osmir Dombrowski, docente da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), e está vinculado ao Programa de Extensão:

qual tinha por objetivo trabalhar com os alunos do Ensino Fundamental e Médio os direitos – civis, políticos e sociais - do cidadão. O critério fundamental que determinou a escolha dos municípios integrantes deste programa era a condição social desfavorável dos mesmos, medido através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH de Diamante d'Oeste, como dito acima, é de 0,709, considerado médio, porém, abaixo da média dos outros municípios do entorno da cidade de Toledo, onde se localiza a UNIOESTE, universidade a qual o referido projeto estava vinculado.

Assim, esperava encontrar neste município problemas sociais comuns a grande maioria dos pequenos municípios no Brasil. Como afirma Veiga (2002), apesar da população da sede dos pequenos municípios no Brasil estarem oficialmente inclusos na categoria de urbano, é comum em todo o País tais populações desenvolverem atividades que basicamente giram em torno das necessidades do rural. Possuem um pequeno comércio, oferecem apenas os serviços públicos básicos e, na grande maioria das vezes, a prefeitura aparece como a maior empregadora, mas que, no entanto, não consegue absorver toda a mão de obra disponível. Em Diamante d'Oeste não é diferente: dos 5.027 habitantes, 2.466 residem na área rural e, destes, 1.071 estão ocupados em atividades relacionadas à agricultura. Já os 2.561 habitantes que vivem na área “urbana” ou sede do município representam 50% da população e ocupam os 238 postos de trabalho oferecidos pelo comércio, as 119 oferecidas pela indústria⁷ e as 220 oferecidas pela prefeitura⁸. No entanto, como exposto acima, a falta de emprego é um dos grandes problemas enfrentados pela população, que é obrigada a pensar diferentes alternativas. Alguns migram para cidades maiores e, para aqueles que desejam ficar, deslocar-se diariamente para cidades vizinhas para trabalhar em frigoríficos tem sido uma das saídas encontradas.

No entanto, para além destes problemas, nos primeiros encontros que tive com os alunos de Diamante d'Oeste pude perceber na sala de aula que apesar de ser um município pequeno, o mesmo era muito diverso. Ao fazermos

“Universidade sem Fronteiras” da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI).

⁷ IBGE - CENSO 2000 - População empregada segundo as atividades econômicas (O IBGE ainda não divulgou essas tabelas com os dados colhidos no Censo 2010).

⁸ IBGE –MUNIC - Pesquisa de Informações básicas Municipais 2009 (refere-se somente ao número de funcionários estatutários).

as apresentações, alguns alunos identificaram-se como moradores da cidade, alguns da zona rural, outros, como moradores do assentamento, ou das aldeias indígenas. Em algumas atividades em grupo, percebi que as divisões eram feitas de acordo com o grupo social aos quais os alunos pertenciam. E ainda, como o projeto tinha por objetivo despertar o senso crítico, colocamos em debate as políticas públicas existentes no Município, e, ao dar assistência a um dos grupos, cujos membros eram alunos oriundos da sede, um deles fez a seguinte afirmação: “agora todos os recursos que vêm pra cá (para o Município) são investidos nas aldeias, tudo vai pra eles, e nós (a população urbana e das demais comunidades) ficamos sem nada”. A Escola Estadual serviu de exemplo, em algumas dessas falas, desta alegada diferença de tratamento. Sua estrutura estava condenada pela Defesa Civil devido a várias irregularidades, no entanto, ela não havia passado por reformas até o mês de junho de 2010, quando estive no Município fazendo a pesquisa de campo para esta dissertação. Por outro lado, em 2008, foram investidos R\$ 514 mil na construção da Escola Indígena Kuaa Mbo'e⁹ (anexo 1), localizada na Aldeia Tekoha Añetete. Em relação aos assentados, também ouvimos algumas afirmações no sentido de colocá-los na condição de “privilegiados”, já que eles haviam “ganhado a terra”.

Esta situação despertou em mim a vontade de conhecer, para além dos muros da escola, os grupos sociais que formam a figuração social deste município. Meus questionamentos giravam em torno da seguinte questão: seriam estas falas pontuais, ou repercutiriam um sentimento compartilhado pelos membros da população não pertencentes aos grupos indígenas e ao assentamento?

Para tentar responder esta pergunta, é necessário identificarmos quais são os grupos sociais pertencentes a esta figuração, traçar sua trajetória e pontuar como se deu a constituição ou a chegada de cada um deles em Diamante d'Oeste, assim como também analisar os projetos territoriais subjacentes a cada um desses grupos, que se constituirá no primeiro capítulo deste trabalho. Para tanto, será adotada a perspectiva de análise que vai ao encontro do que nos expõe Cunha, Silva e Nunes (2008), em que as relações

⁹ Kuaa Mbo'e em guarani significa “ensinar à aprender”.

entre os grupos serão analisadas em termos de processos de territorialização, que é resultante do confronto entre os diferentes projetos territoriais, ressaltando que podem existir diferentes projetos territoriais vinculados ao mesmo grupo social – se tomarmos como exemplo as comunidades indígenas de Diamante d'Oeste, além de seu próprio projeto, vislumbramos ainda outros projetos distintos, formulados por diferentes atores, como a FUNAI, Itaipu e o poder local - o que foi denominado por Coelho, Cunha e Monteiro (2009) de territorialidades sobrepostas. E ainda, serão analisados os diferenciais de poder entre esses projetos através da utilização de três dimensões, trabalhadas por Cunha, Silva e Nunes (2008), a análise das intencionalidades dos atores sociais, o grau de institucionalização e de legitimação dos mesmos.

O nosso objeto de análise não são somente as lutas, projetos ou trajetórias de um grupo em particular, mas sim, verificar como a relação entre diferentes grupos sociais, sejam elas de conflito ou não, acabam por alterar toda uma figuração social (ELIAS, 2006) e conseqüentemente, o balanço de poder (ELIAS, 1997) entre estes diferentes grupos que formam a figuração. Cada um deles, por partirem de mundos sociais distintos, apreende e vivencia de forma particular as relações sociais. A análise pautada no conceito de figuração social é fundamental para não perdermos de vista a inter-relação entre os grupos. No entanto, é importante frisar que, ao contrário de um grande número de produções existentes hoje nas ciências sociais, a perspectiva adotada neste trabalho não é a dos grupos beneficiados pelas políticas direcionadas a grupos sociais específicos, entre os quais, as comunidades tradicionais e os assentados da Reforma Agrária, mas sim, através das falas dos outros grupos do Município.

A figuração estabelecidos e outsiders, formulada por Elias (2000), nos ajuda a entender o objeto de pesquisa em questão, ainda que seja necessário propor uma inversão e também uma ampliação deste “paradigma empírico”. A população que reside a mais tempo em Diamante d'Oeste conformaria, na esfera municipal, o grupo dos estabelecidos. Mas este mesmo grupo é, em alguns momentos, invisibilizado do ponto de vista do grau de legitimidade de suas demandas. Por outro lado, os que seriam outsiders – no caso, os indígenas e assentados – pelo grau diferenciado de visibilidade que

conseguem dar às suas demandas, são vistos como “privilegiados”¹⁰ pelos membros dos grupos estabelecidos; como beneficiários não legítimos de vantagens indevidas. A inversão consiste, então, no fato de que o mesmo grupo social pode ocupar as duas posições, de estabelecidos e outsiders. Esta figuração, estabelecidos e outsiders, como definida por Elias, precisa, portanto, ser pensada em múltiplas escalas, daí decorre sua ampliação, já que não pode ser tomada, neste caso, como expressão de relações puramente locais. Dependendo da escala de análise (local ou nacional, por exemplo), o mesmo grupo social pode ser considerado estabelecido ou outsider. Indígenas e assentados seriam outsiders em relação aos espaços de decisões locais e às elites políticas do Município; e estabelecidos no que se refere à sua capacidade de institucionalização de demandas. Neste sentido, o tempo não é mais o único elemento de coesão social, a identidade étnica no caso dos grupos indígenas, e o encontro das trajetórias unidas pela luta em torno do direito a terra, no caso dos assentados do MST, tem se mostrado, neste caso, como constituidores de coesão. Por fim, essa dinâmica só pode ser apreendida se introduzimos neste modelo a figura dos mediadores, que produzem vínculos desiguais entre os grupos sociais de uma dada figuração em níveis de integração diferenciados. A Hidrelétrica de Itaipu e em certa medida o poder local, atuam junto aos indígenas de forma a assumir este papel. Esta relação será colocada em debate adiante, quando falaremos das políticas e programas para este grupo social.

É necessário ressaltar que ao propor uma abordagem analítica que toma o Município como locus de investigação, não assumo o pressuposto de que processos de territorialização podem ser artificialmente recortados como se ocorressem no “local”. A apreensão proposta nessa dissertação sobre os processos recentes de territorialização em Diamante d’Oeste reflete uma forma particular e localizada de dinâmicas territoriais que são mais gerais.

¹⁰ É importante ressaltar que estes grupos ainda são marginalizados, no entanto, o momento político atual possibilitou-lhes alguns ganhos. E na realidade em questão, isso gerou um novo olhar sobre os mesmos.

O primeiro olhar que lancei sobre o município de Diamante d'Oeste estava determinado de antemão pelo recorte feito pelo projeto "Oficinas de Cidadania". No entanto, a partir do momento em que retornei a este Município tendo-o como objeto de minha pesquisa de mestrado, todos os esforços voltaram-se para pensar métodos que pudessem corroborar com o meu intuito de captar não apenas aspectos dessa figuração, mas sim, os processos de territorialização existentes no Município, resultantes do entrelaçamento dos projetos territoriais de diferentes grupos sociais.

Em um primeiro momento, para saber se o presumido "ressentimento" da população para com esses "novos" grupos sociais fundamentava-se na distribuição desigual de recursos foi necessário fazer um levantamento das políticas públicas existentes no Município e quais os grupos beneficiados por elas. De antemão, sabemos que tanto os indígenas quanto os assentados estão vinculados a instituições, FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) respectivamente, que possuem um poder de atuação que ultrapassa o nível local. E ainda, o contexto político e social atual possibilitou uma maior visibilidade destes grupos perante a sociedade, um exemplo disso é a aprovação do decreto 6.040 que regulamenta as políticas públicas direcionadas para as populações e comunidades tradicionais¹¹. Já grupos como os agricultores familiares, não mobilizados em ações coletivas, a população da sede do Município e outros acabam por ter seu campo de atuação e reivindicação muito mais limitado, em alguns casos ao próprio Município.

No caso específico da população urbana, a política pública mais expressiva é o Bolsa Família, que varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, dependendo da renda familiar e da quantidade de filhos em idade escolar¹². No Município, 465 famílias são beneficiadas por esta política, e destas 186 residem na área urbana, 50 são das aldeias indígenas, 90 famílias do assentamento e 158 de outras comunidades rurais. Já o programa do leite atende em grande medida a população urbana: são 132 famílias que recebem 7 litros de leite por semana,

¹¹ Segundo o decreto federal 6.040, populações e comunidades tradicionais são: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (<http://www.planalto.gov.br>).

¹² MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

enquanto que 2 famílias de assentados e 10 famílias indígenas também são beneficiadas por este programa. Além dessas políticas, existem outros programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Pró-Jovem Adolescente, Serviço de Atendimento Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Idosos, Assistência à Adolescente Gestante, dentre outros, que estão vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), que são programas de atendimento e que não realizam repasses de recursos aos beneficiários.

Os assentados, além de poderem acessar as políticas e programas acima mencionados, acessaram também recursos provenientes do grupo A do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Segundo alguns moradores do assentamento, já receberam duas das três parcelas que totalizará o valor de R\$ 21 mil. Este recurso se destina a melhoria da infra-estrutura da propriedade e para a compra de gado. Eles terão três anos de carência para começar a pagar este investimento e, se pago em dia, haverá um abatimento de metade do valor recebido. No que se refere à presença da Itaipu, alguns moradores afirmam que a única atividade desenvolvida por ela foi a construção de cercas nas margens do rio em alguns lotes.

Os indígenas recebem recursos advindos de diferentes fontes. A Escola Araju Porã¹³, que funciona na sede da antiga fazenda (anexo 2), está localizada na Aldeia Tekoha Itamarã, atende 33 alunos, da pré escola a 4ª série. Já a Escola Kuaa Mbo'e, da Tekoha Añetete, atende 140 alunos, da pré escola a 7ª série. Os alunos que estão cursando a 8ª série e o Ensino Médio estudam na Escola Estadual de Diamante d'Oeste, e o deslocamento até a cidade ocorre através do transporte oferecido pelo Município. Na Añetete existe ainda um posto de saúde, que atende às duas aldeias. Os agentes de saúde, que são indígenas, a enfermeira e a auxiliar de enfermagem trabalham de segunda a sexta na aldeia e o médico atende três vezes por semana. Já o atendimento odontológico ocorre apenas duas vezes na semana. A população da Itamarã, que não possui posto médico, se desloca – de carro - para a

¹³ araju porã em guarani significa “céu amarelado bonito”.

Añetete quando precisa de atendimento, no entanto, uma enfermeira trabalha lá de segunda a sexta, prestando os atendimentos básicos. A maior parte destes funcionários, como o médico e dentista, por exemplo, foram contratados através de concurso realizado pela prefeitura, porém, com recursos advindos da FUNASA. Contam ainda com dois carros com motorista todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, para qualquer eventual necessidade. A Hidrelétrica de Itaipu tem programas e convênios com a prefeitura que beneficiam esta população, como por exemplo, a preparação do solo e fornecimento de sementes. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) fornece mensalmente uma cesta básica para cada família, e a área indígena Tekoha Añetete recebe ainda o ICMS Ecológico, que no ano de 2009 totalizou R\$ 392.184,85. No entanto, tanto este recurso como também aqueles advindos da Itaipu passam pela prefeitura, assim, me parece que é importante situar aquela como uma importante mediadora da questão indígena em Diamante d'Oeste juntamente com a prefeitura que assume o papel de gerir estes recursos. Esta relação será analisada no segundo capítulo, ou seja, será posto em análise a maneira como o poder municipal atua junto aos grupos indígenas e quais os mecanismos utilizados para se chegar a decisões de como investir os recursos destinados a este grupo social. Daremos ênfase também para atores sociais que circulam entre os diferentes mundos sociais, como o professor indígena Teodoro Tupã Alves e o vereador Adão Soares da Silva – morador do assentamento, que disputaram uma vaga na câmara municipal nas últimas eleições, apesar de apenas o último ter tido êxito. É importante analisar como ambos acabaram por assumir uma posição de liderança no que se refere à mediação entre esses diferentes universos.

O professor Teodoro assume um posicionamento crítico diante das políticas da Itaipu. Afirma que as ações desenvolvidas por ela não são prestação de favor, muito menos bondade, mas uma tentativa de reparar erros cometidos no passado. E que a conquista desta terra em Diamante d'Oeste é resultado de muita luta e reivindicação dos próprios indígenas. No que tange ao poder local, ele não concorda com o fato de todos os recursos passarem pela prefeitura. Para acessar os recursos advindos do ICMS ecológico, por exemplo, é necessário elaborar projetos, caso não haja projetos esse dinheiro fica nos cofres da prefeitura. Afirma ainda que os indígenas possuem pouca liberdade

de decisão. Cita o exemplo de alguns indígenas que manifestaram vontade de acessar recursos do PRONAF, mas que foram desencorajados pelos técnicos agrícolas do Município, que diziam que os mesmos já têm recursos para o plantio advindos dos convênios com a Itaipu.

No entanto, para além das políticas públicas e também das articulações do poder local, ao analisar a figuração social de Diamante d'Oeste me parece essencial introduzir o debate sobre pertencimento, que será objeto do terceiro capítulo. Desenvolvi com os alunos do 1º e 4º anos da Escola Municipal Presidente Kennedy, com a 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, e com o 1º e 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual Diamante d'Oeste, e também com funcionários públicos, comerciantes e pessoas da comunidade, uma atividade chamada mapa cognitivo. O primeiro passo foi imprimir em uma folha somente o contorno do mapa do município de Diamante d'Oeste. Em um segundo momento, ao abordar as pessoas dizia que era para elas pensarem na seguinte situação: elas estavam diante de uma pessoa que era de outro município e que queria conhecer Diamante d'Oeste. E, cabia a eles a tarefa de apresentar o seu Município – deixei claro que o Município engloba tanto a área urbana como a rural. Para tanto, era necessário que as pessoas abordadas escrevessem dentro do mapa do Município o nome de tudo que existe em Diamante d'Oeste, tudo que elas achavam importante que essa pessoa conhecesse, todas as instituições, órgãos públicos, comunidades, todos os grupos sociais pertencentes ao Município. É importante salientar que tentei utilizar uma linguagem adequada de acordo com a série em que estava aplicando a atividade.

Com uma das pessoas da comunidade, que era funcionária do frigorífico Copagril, eu fiz o processo inverso. Primeiro conversamos sobre a falta de emprego no Município, ela falou das dificuldades do deslocamento, do tempo gasto na estrada, e do baixo salário, mas ao final disse que não tem opção, já que tem dois filhos para sustentar. Quando a questioneei se recebia assistência de alguma política pública, ela disse que não, que já havia se cadastrado na Secretaria de Assistência Social para receber o Bolsa Família, mas que ainda não tinha obtido nenhuma resposta, e acrescentou que se fosse índio já tinha conseguido. Logo após esta conversa pedi para ela fazer a atividade e para minha surpresa, no mapa dela os indígenas não apareceram. Assim, se por um

lado os grupos indígenas e as famílias assentadas destacam-se nesta realidade social quando a questão é a sua capacidade de legitimar suas demandas, por outro, por que eles não são “lembrados”? Não são vistos como parte integrante da figuração social desta mesma realidade?

Em dezembro de 2009, ao desembarcar em Diamante d’Oeste, iniciei um exercício de tentar captar visualmente o entrelaçamento dos diversos grupos e mundos sociais que, em minha mente, se apresentava de forma recorrente quando pensava neste Município. Eu estava na sede, e como provavelmente ocorre com todo visitante que ali chega, em um primeiro momento consegui captar apenas elementos comuns a tantos outros municípios do mesmo porte. Uma avenida corta todo o Município, na qual estão localizados os principais órgãos que prestam serviços públicos como a prefeitura, câmara municipal, escola, hospital, correios, bancos, dentre outros, e também, os estabelecimentos comerciais, como supermercados, lojas de roupas e calçados, farmácias, materiais de construção e alguns bares e lanchonetes. Circulando pelas ruas me deixei envolver pela sensação de tranquilidade e paz que este lugar me inspirava, no entanto, logo fui pega de surpresa com os olhares curiosos das pessoas que passavam por mim na rua, ou que estavam dentro dos estabelecimentos. Este também é um elemento inerente às pequenas localidades, como se soubessem, ou provavelmente sabiam que eu vinha de fora. O primeiro passo foi ir até a prefeitura tentar colher informações a respeito do Município, conhecer sua história e coletar informações sobre os grupos sociais, além de levantar dados sobre as políticas públicas e seus beneficiários. Este foi o propósito das visitas que fiz a este Município até março de 2010.

Para além de um perfil do Município composto pelos documentos coletados, e do contato com os líderes destes grupos, o objetivo desta pesquisa é pensar como se dá o processo de territorialização de Diamante d’Oeste, através da análise dos diferentes grupos sociais e, conseqüentemente dos diferentes projetos que compõe esta figuração, porém só seria alcançado com a utilização de uma metodologia de pesquisa que me permitisse vivenciar e também circular por estes diferentes grupos. Desta forma, a observação participante se apresenta como uma metodologia capaz de desempenhar tal intuito, já que, promove um contato mais próximo e contínuo do pesquisador

com o objeto de pesquisa. Infelizmente não dispunha de quatro anos como Whyte (2005), nem mesmo, de seis meses como Marques (2002), assim, residi neste Município apenas durante 38 dias.

Neste período, fiquei hospedada no Lar dos Idosos Morada do Sol (anexo 3). De início fiquei muito empolgada, pois estaria em um local privilegiado para colher informações, já que os treze idosos que ali residiam poderiam contribuir muito com a reconstituição de uma história que reside apenas na memória e que precisa ser escrita. No entanto, essa fonte que para mim era tão rica logo se tornou pouco representativa. Minha decepção foi grande quando me deparei com as seguintes situações: existiam idosos que não estavam mais em pleno gozo de suas faculdades mentais, dois deles não falavam mais, e alguns eram oriundos de outros municípios. O seu Pedro foi com quem mais conversei e quem aparentemente mais vivenciou os processos ocorridos em Diamante d'Oeste. Nascido no Rio Grande do Norte ele migrou para o Sudeste, trabalhou um tempo em Minas Gerais até que chegou ao Paraná. Seu primeiro trabalho neste Estado foi como operário na construção de barragens da Itaipu, no final da década de 1970.

Nos primeiros dias fiquei na sede do Município. Logo descobri que as pessoas que trabalhavam em outros municípios se reuniam em uma lanchonete enquanto esperavam o ônibus, comecei a me dirigir a este local e assim estabeleci contato com alguns deles. Ao mesmo tempo, entrava em contato com as diferentes secretarias e com a Câmara Municipal, com o intuito de recolher a maior quantidade possível de informações. No posto de saúde, conversando com os motoristas que dirigiam os carros da FUNASA, surgiu a possibilidade de ir com eles para as aldeias. Assim, dirigia-me bem cedo para lá, e aguardava a chegada do médico. Neste meio tempo, pude conversar com diversas pessoas e muito mais do que isso, ouvi conversas, dos motoristas e funcionários do posto de saúde como também da população que esperava atendimento, a respeito das comunidades indígenas. Por parte da população é muito comum ouvir a afirmação de que: “eles não são índios, são paraguaios”.

A ida ao assentamento ocorreu somente nos últimos dias de minha estada em Diamante d'Oeste. A princípio, o vereador Adão se comprometeu a levar-me, no entanto, os dias foram passando e resolvi ir sozinha. Peguei uma

carona até a entrada do assentamento e comecei a procurar moradores que o vereador Adão havia citado em uma conversa que tivemos. Caminhei em torno de 10 km conversando com diversos moradores. Sabendo que este assentamento fica na divisa entre dois municípios, achei importante conversar também com famílias que residem no município de Vera Cruz do Oeste.

As principais dificuldades que encontrei foram: em primeiro lugar o tempo, nesses 38 dias, precisei circular por diferentes grupos, assim, não pude estabelecer uma relação de confiança, como eu esperava. A segunda refere-se à dificuldade de me desvincular da ideia de que estava fazendo um trabalho sobre as comunidades indígenas. Porém, imagino que a pesquisa tenha alcançado bons resultados já que em diversos momentos como nas caronas que peguei, quando estava em lanchonetes, ou aguardando atendimento em alguma instituição, ouvi diversas conversas que expressavam opiniões sobre estes grupos que não vinha ao encontro do discurso da valorização da diferença, que é o discurso oficial reproduzido quando se chega com um gravador e solicita uma entrevista.

Ao que parece, por trás dessa valorização e respeito à diferença presente nos discursos oficiais, existem estratégias que demonstram como cada grupo social busca legitimar seus projetos. Um exemplo disso é a tentativa de alguns atores sociais, como o vereador Adão e o professor Teodoro que almejaram, através da disputa por uma vaga na câmara municipal, tornarem-se os mediadores entre os diferentes mundos sociais. Assim como percebemos também as estratégias dos atores não pertencentes ao assentamento e às comunidades indígenas que reconhecem a capacidade destes de legitimar suas demandas, mas não os reconhecem como pertencentes a seu meio social, e por fim, o poder local associado a uma importante mediadora, a Hidrelétrica de Itaipu, vê nesses grupos, principalmente nas comunidades indígenas, um novo lócus de negociação e captação de recursos que resulta na dinamização de sua receita.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM DIAMANTE D'OESTE: O ENTRELAÇAMENTO DE DIFERENTES MUNDOS SOCIAIS

“a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território”.

Milton Santos

A narrativa que encontramos em grande parte da literatura que relata a história do oeste paranaense aponta para o fato de que foi somente a partir da década de 1940, sobretudo décadas de 1950 e 1960, que se iniciou o processo de colonização de grande parte da região oeste do Paraná, inclusive onde hoje está localizado o município de Diamante d'Oeste. Segundo esta perspectiva, os precursores deste processo foram os “bravos colonizadores”, que em grande medida estavam representados pela figura do gaúcho e que são vistos como os “pioneiros”. Mas, estamos falando de uma região de fronteira que implica em algumas peculiaridades. Antes da data acima referida esta região podia não ser povoada por brasileiros, no entanto, encontramos relatos tanto da circulação como também da fixação de paraguaios e argentinos nesta área, os quais vinham extrair madeira e também explorar plantações nativas de erva mate (LOPES, 2002). Mas, sobretudo, esta narrativa soa pouco convincente já que a região oeste do Paraná é um território tradicionalmente ocupado por índios guarani.

Assim, antes de analisarmos como se processam as relações entre os diferentes grupos sociais que formam a figuração de Diamante d'Oeste, se faz necessário contextualizar a constituição ou chegada de cada um deles.

Vislumbramos, neste município, “três grupos distintos”: os assentados do MST, as comunidades indígenas e uma parcela da população que é formada pelos habitantes da sede do Município e pelas demais comunidades rurais que nutrem certo ressentimento em relação aos indígenas e assentados, por acreditarem que estes são “privilegiados” no que se refere a capacidade de legitimar suas demandas. Convencionaremos chamar os últimos de grupo social, apesar de que em tese não constituam propriamente um grupo. No entanto, é visível que essa parcela da população se coloca numa relação de contrastividade em relação aos outros dois grupos. Pois, se por um lado se sentem em desvantagem em relação às políticas públicas a eles direcionadas, por outro, veem os indígenas e assentados como novos grupos sociais, estes são, portanto os “outros”, e o “nós” é atribuído àqueles que são os descendentes dos colonizadores, dos pioneiros. Desta forma, o indicador de coletividade, capaz de promover certo grau de aglutinação dessa população pode residir na reivindicação de uma descendência comum que está ligada ao processo de colonização.

De antemão, partimos do pressuposto que cada grupo possui projetos territoriais específicos e que o processo de territorialização é resultante de conflitos e disputas entre esses diferentes projetos (CUNHA, SILVA, NUNES, 2008). No entanto, antes de apresentar estes projetos que conformam a situação atual é importante ressaltar duas dinâmicas territoriais mais gerais que primeiramente influenciaram no processo de territorialização deste Município, são elas, o que alguns autores chamam de processo de colonização, mas que neste trabalho chamaremos de expansão das fronteiras agrícolas e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970.

1.1 A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL

A expansão das fronteiras agrícolas no oeste do Paraná é recente; ocorreu em grande medida a partir da década de 1940. Sabemos que antes deste processo havia nessas terras outros habitantes. O desenrolar desse processo é muito mais complexo do que a análise que será empreendida

abaixo, porém, apresentaremos em linhas gerais o desencadeamento do mesmo. Na região oeste do Paraná, como nos afirma Niederauer (2004), a grande maioria dos nativos que aqui se encontravam era das etnias guarani e tupi. No decorrer dos séculos os nativos mantiveram contato com diferentes grupos, como os espanhóis e padres Jesuítas, os quais formaram diversos núcleos indígenas, estes eram domesticados e convertidos ao catolicismo. Dentre as atividades desenvolvidas por eles destacam-se o plantio da mandioca, do milho e a coleta da erva mate. Os bandeirantes também se fizeram presentes nesta região, a atuação dos mesmos resultou no aprisionamento e na submissão dos indígenas ao trabalho escravo. Este período foi de muito conflito e morte, o que acabou expulsando os espanhóis e jesuítas e dizimando a comunidade indígena, principalmente a guarani. Decorrido um grande período, que se estendeu além da Guerra do Paraguai ocorrida entre os anos de 1864 a 1870, a erva mate tornou-se uma atividade muito lucrativa, iniciando o sistema de obrages, assim definida por Wachowicz (1982):

A chamada *obrage* foi uma propriedade e/ou exploração, típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental de um *obragero* não era a colonização em regime de pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração de erva mate, nativa da região, bem como, de madeiras em toros, abundante na mata nativa, subtropical. Essa exploração, típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai, penetrou de forma natural e espontânea, pelos vales navegáveis do Paraná (...). Ela veio penetrar nas regiões que apresentavam maior densidade da erva mate nativa. Dessa forma, a partir de 1881, são detectadas as primeiras penetrações dessa frente extrativa no extremo oeste do Paraná (...). Para os paranaenses aquela parte do seu território ainda era um sertão inculto e desabitado (...). O núcleo populacional mais próximo das barrancas do Paraná foi a fazenda do Chagu, a ocidente de Guarapuava, e situada a aproximadamente trezentos quilômetros do rio Paraná. Não havia, portanto, fiscalização nem presença brasileira na região. A situação estava mais do que propícia para a penetração do sistema de *obrage* no lado brasileiro (...). O argentino adquiria uma propriedade ou obtinha uma concessão do governo paranaense a preços baixíssimos, ou mesmo sem documentação alguma, como a maioria, e iniciava a penetração no oeste do Paraná. (WACHOWICZ, 1982, p.44,45)

Como resultados desse sistema de exploração empreendidos pelas obrages, surgiram diversas empresas ervateiras, como a Cia Mate-Laranjeiras S/A e o Grupo Alica (WACHOWICZ, 1982), a primeira foi chefiada por Thomás

Laranjeiras (que alguns identificavam como português e outros como gaúcho) e a segunda pelo argentino Júlio Thomás Alica. No período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a extração de erva mate por estas empresas em solo paranaense foi intensificada, o que resultou na presença constante de argentinos e paraguaios neste território, ao ponto de o governo brasileiro começar a temer por suas fronteiras. Como nos afirma Lopes (2002), os argentinos desenvolviam atividades comerciais e extrativistas na região oeste do Paraná, fazendo uso de sua moeda e da língua espanhola. Resultante dessa preocupação é que Vargas criou a política de governo denominada de “Marcha para o Oeste”, que tinha por objetivo, dentre outros, promover o povoamento e ocupação das fronteiras do País de forma a protegê-las, já que para este governo os espaços “vazios” eram perigo eminente que colocava em risco a unidade nacional. Como resultado dessa política do governo, diferentes frentes de colonização chegaram nessa região, vindas de Santa Catarina e principalmente do Rio Grande do Sul. A grande maioria delas era encabeçada pelas colonizadoras que adquiriam uma determinada porção de terra, e depois a revendia em lotes menores. Como explicita Colodel (1992), estas colonizadoras tiveram um papel preponderante neste processo. No caso da região de Diamante d’Oeste, o autor resgata a importância da Colonizadora “Pinhos e Terra Ltda”, que adquiriu uma porção de terra e depois para melhor geri-la as dividiu em partes menores fundando três novas Colonizadoras: a Gaúcha, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves e a Colonizadora Matelândia. Esta última era a responsável pelo local que depois, em 1960, veio a se constituir enquanto município sob este mesmo nome, que englobava também os atuais municípios de Céu Azul, Vera Cruz do Oeste e Diamante d’Oeste. Segundo este autor, esta colonizadora possuía inicialmente uma área em torno de 314,6 km² que foram divididos em lotes em torno de 24 a 36 ha. Contava com 92 acionistas, em sua maioria gaúchos. A mesma iniciou suas atividades em 1950. Após onze anos, em 1961, o número de acionistas foi reduzido a 14, dentre eles os que detinham mais cotas eram Alfredo Paschoal Ruaro, Alberto Dalcanale e Luiz Dalcanale Filho. Benjamin Luiz Biazus e Davide Menocin, além de sócios, foram os primeiros colonos a fixar residência em Matelândia. Os mesmos personificaram a figura do colonizador, e hoje são vistos como grandes personalidades responsáveis pela povoação e colonização desta

região, e conseqüentemente pelo seu desenvolvimento e “progresso”. Seus feitos renderam-lhes homenagens, como as estátuas e bustos desses colonizadores presentes nas praças dos municípios da região.

Os lotes foram comprados em sua grande maioria por gaúchos. Algumas famílias vinham para esta região de forma autônoma, mas, a grande maioria delas contava com a mediação dos corretores que faziam desde a propaganda que ressaltava a qualidade das terras existentes no oeste paranaense até a organização de visitas para os supostos compradores. A venda dos lotes não foi tarefa difícil já que realmente eram terras de qualidade e também porque diversas famílias do Rio Grande do Sul passavam por dificuldades devido ao inchaço populacional e a divisão de terras devido à herança, processo em que as terras lá existentes começaram a tornar-se insuficientes e também muito caras (Colodel,1992).

Independentemente da motivação, seja devido à necessidade de proteger as fronteiras, ao inchaço populacional no Rio Grande do Sul ou resultante de uma estratégia do governo Vargas para justificar a expansão da colonização gaúcha, hipótese sustentada por alguns autores como Lopes (2002), para os propósitos deste trabalho nos interessa o fato de que foi após este período que o fluxo de pessoas para o oeste paranaense se intensificou. No terceiro tópico deste capítulo nos deteremos mais a este processo, de forma específica o lócus de análise será o município de Matelândia, do qual Diamante d’Oeste se emancipou.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu em 1974, por outro lado, representou uma segunda dinâmica de territorialização. Conforme dados obtidos no site da hidrelétrica, entre 1975 e 1978 foram construídas em torno de 9 mil moradias para abrigar os homens que passaram a trabalhar nessa obra. A mesma chegou a empregar 40 mil trabalhadores. Entre os anos de 1978 a 1981, período em que o trabalho tornou-se mais intenso, chegaram a ser realizadas 5 mil contratações por mês. No início das obras, o município de Foz do Iguaçu possuía 20 mil habitantes. Em dez anos, essa população saltou para 101.447 pessoas. Itaipu era prioridade do governo militar e sua construção continuou em ritmo acelerado mesmo diante da grande crise econômica do final dos anos 1970.

Itaipu se encaixa no que Vainer (2007) denominou de grandes projetos de investimentos (GPIs), os quais possuem uma grande capacidade de transformação dos territórios. Além de reconfigurar os territórios, os GPIs são também instrumentos de intensa fragmentação. Isso decorre segundo este autor devido ao fato de não haver no Brasil um projeto territorial nacional, assim, são as grandes agências setoriais, neste caso o setor elétrico, que tomam as decisões que influenciam na conformação do território do seu entorno. “Em muitos casos estes GPIs conformaram verdadeiros enclaves territoriais – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial” (VAINER, 2007). Esta capacidade dos GPIs de conformar territórios, de produzir dinâmicas próprias torna-se possível, para Vainer (2007), a partir da associação a outros dois elementos, o “neo-localismo competitivo” e o “velho regionalismo”, que são representados pelos grupos tradicionais e a elite política local. Esta associação resulta em uma nova configuração no que se refere à forma como se processam as relações de poder, no entanto, os grupos são os mesmos, com o diferencial de que o poder de barganha dos GPIs - que representam muitas vezes interesses internacionais - é maior e, portanto, se sobrepõe aos demais grupos.

No caso específico da Hidrelétrica de Itaipu é importante ressaltar que, a sua construção influenciou como já foi dito acima, na conformação de um novo processo de territorialização, que implicou mudanças nas mais diferentes esferas, não só política e econômica, mas também social e ambiental. O alagamento provocado por esta hidrelétrica repercutiu em grandes mudanças ambientais e também sociais para a população residente no seu entorno. No entanto, queremos chamar a atenção aqui para o alagamento de grande parte da área tradicionalmente ocupada pelos índios guarani, denominada de Jacutinga. A política de Itaipu elencava inicialmente 8.519 propriedades rurais e urbanas que seriam indenizadas. No entanto, as comunidades indígenas não estavam inclusas nestas estatísticas. Estas comunidades enfrentaram muitos obstáculos e, em alguns casos, foram indenizadas mais de dez anos depois, como é o caso das famílias hoje residentes em Diamante d'Oeste, que lá se instalaram em 1997, no caso da Aldeia Añetete, e em 2007 na Aldeia Itamarã. Este foi o processo que possibilitou o estabelecimento deste grupo social em

Diamante d'Oeste, o qual trouxe consigo um novo projeto territorial, pautado na valorização étnica e manutenção da cultura guarani, que passou a fazer parte desta figuração, disputando poder com os demais grupos.

A partir deste cenário podemos verificar que o processo de territorialização em Diamante d'Oeste conforma em uma mesma figuração social diferentes grupos e, conseqüentemente, diferentes projetos territoriais. A formulação de cada um destes projetos teve origem em mundos sociais distintos e expressam vivências e lutas simbólicas particulares. Alguns deles, como é o caso dos indígenas e assentados são mais institucionalizados, ou seja, são amparados por decretos e leis, e ainda, possuem mediadores com grande capacidade de mobilização. O decreto 6.040 que regulamenta as políticas para as populações e comunidades tradicionais é, para as comunidades indígenas, um elemento que contribui para aumentar o grau de institucionalização deste grupo. Além das políticas do governo, contam ainda, principalmente as comunidades indígenas, com políticas e projetos da Itaipu. Já o "terceiro grupo" em questão, no qual inserimos parcela da população residente na área urbana e as demais comunidades rurais, foram portadores no passado do grande projeto que foi a expansão das fronteiras agrícolas, no entanto, no momento atual este processo está consolidado, assim, a pergunta que surge é: em que consiste o atual projeto territorial desta população?

Se os assentados e indígenas possuem um espaço de atuação amplo, já que possuem uma grande capacidade de mobilização social a nível nacional, somando-se ainda ao apoio dos mediadores, por outro lado, este "terceiro grupo" tem um espaço de articulação muito limitado, muitas vezes ao Município. Neste sentido, nesse primeiro capítulo, nos utilizaremos do conceito de processo de territorialização como um instrumento de análise para pensarmos as relações entre esses diferentes grupos sociais.

1.2 DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DESTE CONCEITO PELA GEOGRAFIA, ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA

A geografia foi à primeira área de conhecimento a se utilizar da noção de território. Schneider e Tartaruga (2004) nos apresentam um panorama das diferentes definições do conceito de território nesta área do conhecimento. Desde seu surgimento, por volta de 1871, com Ratzel, passando pela escola francesa de Paul Vidal de La Blache que trás para o debate no início do século XX a noção de região - a qual se tornou dominante como elemento explicativo da realidade em detrimento do conceito de território - até a década de 1970 quando este conceito volta aos debates, tendo como precursores autores como Gottman, Raffestin e Sack. Aponta também alguns autores que se dedicaram a esta questão no contexto nacional como Bertha K. Becker e Milton Santos.

Para os propósitos deste trabalho, podemos resgatar da geografia dois dos autores acima citados, Ratzel e Raffestin, que possuem diferentes interpretações a respeito do território, e que em linhas gerais são representantes das duas grandes tendências deste conceito na geografia. Ratzel inicia este debate no final do século XIX, e sua perspectiva tem como principal característica o fato de pensar o território estatal. Para ele, o Estado se apresentava como única fonte de poder. Como citado acima, este debate perde espaço no início do século XX para o conceito de região. No entanto, volta aos debates nas últimas décadas, tendo como um de seus precursores Raffestin. Este, em contraposição a perspectiva unidimensional de Ratzel, afirma a existência de múltiplos poderes e que os mesmos se expressam em diferentes escalas, tanto nacional como também regional e até mesmo local, da mesma forma, ele reconhece também a presença dos conflitos em todas as relações e não somente entre nações. Assim, para este autor, o Estado está permeado por relações de poder, no entanto, não é a única fonte de poder (RAFFESTIN,1993).

Segundo a perspectiva geográfica, são três os elementos que caracterizam o Estado: a população, o território e a autoridade. Segundo Raffestin (1993), na perspectiva da geografia política clássica, a população é pensada apenas na

condição de subordinada à ação do Estado, o território também é concebido de forma parcial, já que é considerado apenas suas qualidades físicas, ou seja, seu aspecto formal.

A geografia política clássica foi mais incitada a dizer que tal Estado, em termos de território, era pequeno, compacto e marítimo ou grande, alongado e peninsular. No entanto, talvez fosse mais significativo mostrar, ou procurar mostrar, qual a articulação mantida na estratégia territorial durante um período determinado. Esses códigos têm um caráter estático que não deve ser negligenciado, mas que dissimula a estratégia ou as estratégias que conduziram a esse resultado (RAFFESTIN, 1993, p. 23).

Estas preocupações da geografia política clássica - principalmente a realidade alemã, cenário em que se formou o pensamento dos autores acima citados - com a dimensão, posicionamento do território dentre outros elementos, podem ser justificadas dentro de um contexto no qual diversos países estavam passando por um processo de consolidação de seu estado-nação. De forma geral, a primeira metade do século XX é marcada pela ideologia nacionalista, momento em que surgem tentativas de forjar uma unidade nacional, do fortalecimento da ideia de homogeneidade, tendo o Estado como agente deste processo.

No entanto, quando o território volta aos debates na segunda metade do século XX o contexto histórico é outro. Ao reconhecer que o poder está presente em todas as relações sociais, a perspectiva de Raffestin atribui um novo sentido para a população, agora a mesma é um elemento dinâmico, dotado de ação. Para ele, espaço e território são distintos e o elemento que transforma um espaço em território é justamente as ações dos atores. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de territórios se inscreve perfeitamente no campo do poder

de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.152, 153).

Este autor se utiliza do termo estratégias de produção, para se referir à ação dos sujeitos ou dos diferentes grupos sociais, que vem ao encontro do que temos chamado neste trabalho de projetos territoriais, independentemente do termo utilizado, o fato é que o território é um local de disputas de poder. Cada ator ou grupo social formula uma representação diferente a respeito do território, que como afirma Andrade (2004), depende da ideologia política dominante, do momento histórico vivido e das disponibilidades de capital e de tecnologia. Assim, cada ator ou grupo social parte de uma racionalidade diferente, que resulta conseqüentemente em diferentes territorialidades.

Milton Santos (2006) também elabora uma análise a qual enfatiza a importância de pensarmos o território como resultante da associação de um espaço geográfico aos sistemas de ações e às técnicas, que dizem respeito “a forma como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê” (SANTOS, 2006, p.11). Assim, ao encontro da afirmação de Schneider (2004a), que ressalta que apesar de a formulação de teorias de caráter conceitual ser a grande tendência entre os geógrafos, alguns deles têm pensado novos usos. Milton Santos, no contexto nacional, é um representante desta tendência. Para este, a formulação de uma teoria pautada no conceito de território se adequaria para pensar recortes menores da realidade social. “Uma teoria do Brasil a partir do território é, na verdade, uma generalização num segundo nível, com a ambição de ser uma teoria e um método por que utiliza materiais e relações retirados das situações reais e, por isso, aplicável a esses níveis ‘inferiores’” (SANTOS, 2006, p.12).

Na antropologia, o conceito de território tem sido muito utilizado, no entanto, o seu significado sofreu alterações nos últimos tempos. Eliane O’Dwyer (2002, 2008) e Almeida A. (2002) contextualizam esses diferentes significados na antropologia ao pensar a questão quilombola. Eles retomam a temática desde a análise dos textos legais, como a Lei de Terras de 1850 e a Constituição de 1988, passando pela interpretação dos juristas, chegando aos dias atuais, momento histórico favorável, que se configurou devido às lutas

reivindicatórias, ao reconhecimento dos territórios quilombolas. Da mesma forma, Friedrik Barth (2000) e João Pacheco de Oliveira (1998) também problematizam o uso deste conceito, no entanto, suas interpretações são resultantes da preocupação com outro grupo social, os indígenas. O processo de reconhecimento dos direitos indígenas é anterior ao dos quilombolas, tanto no que se refere à esfera institucional como também na prática, mesmo que de forma pouco satisfatória. Assim, a junção de estudos sobre territórios, subjacentes à abordagem da questão quilombola e indígena, realizados pelos autores acima mencionados irá compor um cenário capaz de nos colocar a par desta questão na antropologia.

Apesar de a questão quilombola ter ganhado visibilidade recentemente, desde a constituição de 1988 que está prevista a garantia de direitos territoriais para os remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras. No entanto, diversos autores, dentre eles O'Dwyer (2002) e Almeida A.(2002), questionam o termo remanescente de quilombo. Remanescente refere-se a resquício, a algo que sobrou, portanto, remete-se em grande parte ao passado. Assim, seus questionamentos giram em torno da seguinte questão: quem seriam estes remanescentes de quilombos de que trata a constituição? E como identificar sua presença na atual realidade social?

O conceito de quilombo presente na constituição de 1988 remonta ao mesmo conceito do período colonial. Como afirma Wagner (2002), esse conceito ficou frigidificado, referenciando uma situação que está localizada no passado, um exemplo disso é a utilização de técnicas arqueológicas de escavação como prova material da presença desses grupos em dado território, cabendo ao presente apenas a identificação dos elementos e fragmentos que sobreviveram ao tempo. Nesta perspectiva, fica evidente também que o conceito de território utilizado está extremamente vinculado a ocupação de um determinado espaço geográfico. No entanto, a produção antropológica hoje desvincilhou-se desta interpretação do que vem a ser quilombola e conseqüentemente do significado de território para este grupo.

Na perspectiva antropológica, a formação dos quilombos se deu através da junção de vários elementos. Ao contrário do que postulava a perspectiva anteriormente citada, a qual tinha no negro fujão a principal característica da formação dos quilombos, esta considera também como quilombolas e,

portanto, portadores de direitos, uma diversidade de situações como, famílias de negros alforriados que conseguiram comprar terra, mas que, no entanto, não a regularizaram, como também, aquelas que diante da decadência das fazendas e posterior abandono das mesmas pelos seus donos acabaram por tomar posse de tais terras, ou até mesmo, casos de comunidades negras que recrutadas pelo Estado lutaram, em troca de terra, contra outros negros combatendo os quilombos, mas que acabaram por perdê-las por diversas razões, são relacionadas por Almeida A. como diferentes formas de afirmar uma territorialidade e que, portanto, são grupos portadores de direitos, e que podem sim acionar as políticas territoriais quilombolas.

A incorporação das comunidades, acima descritas, ao conceito de quilombo se deve a uma nova interpretação do mesmo, agora relacionado com a ideia de pertencimento e auto-identificação. Não cabe mais uma classificação advinda do exterior presa ao que O'Dwyer (2002) denominou de geografismos, onde o isolamento e a busca arqueológica de provas materiais aparecem como uma das principais características para a existência de um quilombo. "Se é verdade que a comunidade não prescinde de uma base territorial, isso não significa que os seus limites sejam a partir dela" (O'DWYER, 2002, p.39).

Em detrimento de análises que se fundamentavam em elementos raciais, linguísticos e de parentesco, o sentimento de pertencimento subjacente ao conceito de etnicidade advém da formação de identidades coletivas, que se tornam possíveis quando "os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas em face dos grupos sociais e agências com que interagem" (WAGNER, 2002, p.67). Nesse sentido, a contribuição de Barth (1998) é muito relevante, pois, seus estudos a respeito dos grupos étnicos e suas fronteiras já apontavam as categorias atributivas e identificatórias empregadas pelo próprio ator social como elementos determinantes para a noção de pertencimento. E ainda, põe em descrédito a perspectiva de que a diversidade cultural só pode ser mantida através do isolamento geográfico e social. Segundo ele não devemos tomar o conteúdo cultural como um elemento definidor de um grupo social, já que, as culturas passam por transformações. Ao analisarmos uma determinada cultura historicamente é possível perceber que a mesma incorpora certos elementos e também, deixa de reproduzir outros, mas essas transformações não significam

o fim desta cultura e muito menos a extinção deste grupo social. Um exemplo disso é a questão levantada por João Pacheco de Oliveira em “a problemática dos índios misturados” (1998). Este trabalho tem por objetivo por em evidência a proposta de estudo a respeito dos índios do Nordeste, que segundo este autor há muito vinha sendo negligenciada.

Para a perspectiva antropológica clássica, a qual adota como objeto de estudos as comunidades indígenas ditas “originárias”, “autóctones”, o estudo de índios como os existentes no Nordeste que passaram por um profundo processo de mudança e interação social não era muito atrativo. No entanto, Oliveira põe em análise tal perspectiva, e afirma a importância de problematizar e rever alguns pressupostos adotados pela antropologia até então, ao invés de conferir a esses estudos um status de “etnologia menor”, como frisou ele. Esta revisão torna-se ainda mais relevante no contexto de reivindicação por direitos territoriais e de assistência, já que, da mesma forma que a perspectiva antropológica clássica, ou justamente influenciada por ela, os órgãos que se ocupam da questão indígenas também viam esses índios como índios “misturados” e, portanto, resistiam à ideia de atribuir-lhes os direitos inerentes à identidade indígena.

Se a constituição adota um único critério para a identificação de terras indígenas, que se resume no fato de que: “nela os índios exerçam de modo estável e regular uma ocupação tradicional, isto é, que utilizem tal território segundo ‘seus usos e costumes’” (OLIVEIRA, J. 1999, p.111), como reconhecer direitos territoriais para comunidades que tiveram seus territórios usurpados no passado? Este é o caso dos índios do Nordeste que coabitaram em fazendas ou povoações com outros grupos sociais como os caboclos, sertanejos, ou então, reunidos nas missões, terras em que os índios não podiam desenvolver sua cultura e sua sociabilidade, já que, nestes locais eles eram catequizados (OLIVEIRA, J. 1999).

A resolução deste impasse segue o caminho adotado por Barth (1998) ao apontar as fronteiras étnicas como definidoras destes grupos. “A própria delimitação espacial de uma dada comunidade existe enquanto materialização de limites dados a partir de relações sociais” (O’DWYER, 2002, p.39). De forma que o território torna-se um elemento mediador entre os indivíduos e os grupos étnicos. Este “novo” conceito de etnicidade com o qual a antropologia passou a

trabalhar foi gestado diante da atual realidade de conflitos e disputas por território, em que cada grupo social tenta delimitar suas fronteiras. A identidade étnica, neste cenário, além de expressões culturais, religiosas, enfim, uma forma específica de sociabilidade, torna-se também um instrumento de luta política para reivindicar e pressionar o Estado e a sociedade pelo reconhecimento de direitos. O que resulta conseqüentemente em novas relações, já que, como expõem Wagner e O'Dwyer, juridicamente o fator étnico não foi incorporado à estrutura fundiária. No entanto, essa inter-relação entre território e as questões étnicas deve ser exaustivamente problematizada, já que, além dos quilombolas e indígenas presenciamos o surgimento de novas territorialidades também vinculadas à formação de identidades coletivas, pautadas em:

Critérios de gênero, como no caso das quebradeiras de coco babaçu (MA, PA, PI e TO) e das artesãs de arumã do Rio Negro (AM), critérios ocupacionais e de atividades, como no caso de seringueiros e castanheiros, critérios de localização geográfica, como no caso dos ribeirinhos, e critérios alusivos à modalidade de intervenção governamental, como no caso dos atingidos por barragem, têm possibilitado explicar a formação de movimentos sociais recentes e sua força política. (WAGNER, 2002, p.72).

A nova interpretação do conceito de quilombo construído pela antropologia pautado nas questões étnicas além de resgatá-lo do passado, afirmando-o no presente, assim como também o processo de etnogênese enfatizado por João Pacheco de Oliveira, que no caso dos índios do Nordeste, refere-se à reinvenção de etnias já reconhecidas, alterou a relação desses grupos com o território. Conseqüentemente deu margem para que novos grupos sociais, como os descritos acima, lutassem por seus direitos. A visibilidade desses grupos na atualidade ocorre devido às lutas reivindicatórias e aos movimentos de pressão por eles travados, no entanto, o momento histórico em que vivemos, no qual as questões ecológicas são recorrentes, podemos também afirmar que o uso comum das terras feito por estas comunidades está constantemente em análise como exemplo de manejo correto dos recursos naturais. Ao mesmo tempo em que podem tornar-se lócus de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, essas

comunidades podem utilizar-se deste fato como mais um instrumento político de luta pelo reconhecimento de seu território.

Não cabe aqui analisar o uso feito pelas comunidades da etnicidade subjacente a elas, se está sendo utilizada para afirmar a especificidade de sua sociabilidade e forma de organização social, ou, se a usa muito mais como instrumento político de reivindicação. Queremos chamar a atenção para o movimento feito pela antropologia, no qual questiona a perspectiva a qual vincula o território à noção de espaço geográfico, pois não compactua com a ideia de que seja este o elemento que caracteriza a existência e as fronteiras de um dado grupo étnico, para dar espaço a noção de etnia, a qual, atrela a existência de um grupo étnico a relações sociais, culturais e as práticas simbólicas de dada comunidade. Enfim, o território somente enquanto espaço geográfico não é mais relevante, mas sim, a forma como um determinado território é apropriado por uma dada comunidade. No entanto, a abordagem desta dissertação se diferencia da abordagem antropológica, já que esta dá ênfase à relação entre o território e a etnicidade de um grupo social, portanto, visualiza um projeto territorial, enquanto que, na perspectiva adotada o processo de territorialização é resultado do confronto de diferentes projetos.

Na sociologia, o termo território dificilmente aparece sozinho, sempre vem acompanhado de outros termos como: abordagem, enfoque ou perspectiva territorial (SCHNEIDER, 2004a; TONNEAU, 2005) dinâmicas territoriais, processo de territorialização ou projetos territoriais (CUNHA, SILVA E NUNES, 2008). A análise que será feita a seguir tem por objetivo verificar em que medida a adoção desses novos termos reflete mudanças de perspectivas a respeito desta temática.

As últimas décadas do século XX, mais precisamente da década de 1970 em diante, foram marcadas por profundas transformações nos sistemas produtivos de diversas nações, devido a crise do modelo fordista de produção, o que resultou no enfraquecimento do poder do Estado no que se refere a sua capacidade de intervenção e regulamentação da economia. É neste cenário que o desenvolvimento regional, pautado na noção de região, torna-se insuficiente como categoria de análise para pensar o desenvolvimento, já que, segundo esta perspectiva este conceito está intimamente relacionada a elementos econômicos. No entanto, após o período acima mencionado, outros

elementos como, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, tornaram-se, como afirma Schneider (2004), itens fundamentais para pensar o desenvolvimento, não apenas no que se refere ao seu uso conceitual e analítico, como também normativo. “Em resumo, a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos” (SCHNEIDER, 2004, p.102). É neste cenário que profissionais de diversas áreas do conhecimento, como: a economia, áreas relacionadas ao meio ambiente, como também a sociologia, dentre outras, passaram a se apropriar do conceito de território.

As mudanças ocorridas com a crise do fordismo não se restringem a esfera econômica. O processo de reestruturação do capitalismo que se deu via mundialização do capital, resultou no processo de globalização que reconfigurou as relações econômicas e políticas e também sociais e culturais entre as nações. Neste contexto, o conceito de território se impõe como substituto da noção de região e se propõe a superar as suas limitações. Schneider aponta um importante deslocamento no significado atribuído ao conceito de território, ao se utilizar dos termos abordagem e/ou enfoque territorial retira esta temática do campo heurístico e conceitual e a transforma em um instrumento analítico.

Assim o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes (...). Desse modo, assiste-se a uma verdadeira instrumentalização do território, quer seja através da abordagem das transformações produtivas que partem das mudanças na economia industrial para mostrar que estes processos possuem uma territorialidade ou através do enfoque político e institucional que busca mostrar que o território torna-se a nova unidade de mediação entre o espaço e os atores locais e as demais esferas regionais e nacionais. (SCHNEIDER, 2004a, p.109).

A abordagem territorial tem sido incorporada na sociologia como um novo enfoque para pensar o desenvolvimento rural. Como exposto acima, neste campo sua aplicação é predominantemente normativa. No Brasil, um exemplo disso é a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) que está vinculado ao Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA). A utilização da abordagem territorial de forma instrumental fez com que os teóricos não se preocupassem muito com a problematização deste conceito. Porém, para além do uso desta perspectiva em questões pontuais, é importante também que ela seja empregada para pensar processos mais gerais. Um elemento que é comum às interpretações dos diversos teóricos a respeito da abordagem territorial, empregada para pensar o desenvolvimento rural, é o lugar de destaque dado à participação dos atores sociais nos processos de decisões. Neste sentido, a formulação de políticas públicas, e o assessoramento técnico devem levar em consideração os conhecimentos tradicionais, as formas de fazer e produzir da comunidade que ocupa o território que está sendo pensado. Consciência social, participação, emancipação são temas recorrentes nesta perspectiva. A partir do momento em que este novo enfoque atribui ao indivíduo a categoria de ator social, que participa, que intervém, é reconhecida a importância dos sujeitos na construção das dinâmicas e processos de territorialização.

1.3 A ABORDAGEM TERRITORIAL E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DIAMANTE D'OESTE – CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DOS DIFERENTES PROJETOS

A utilização da abordagem territorial para problematizar a figuração social do município de Diamante d'Oeste não foi pensada dentro dos limites normativos. Não será feita uma análise da concepção de território desenvolvida pelo Estado, justamente por que interessa neste trabalho a perspectiva na qual o território é visto como um local de disputas de poder, em que cada grupo social possui seus projetos e luta para legitimá-los.

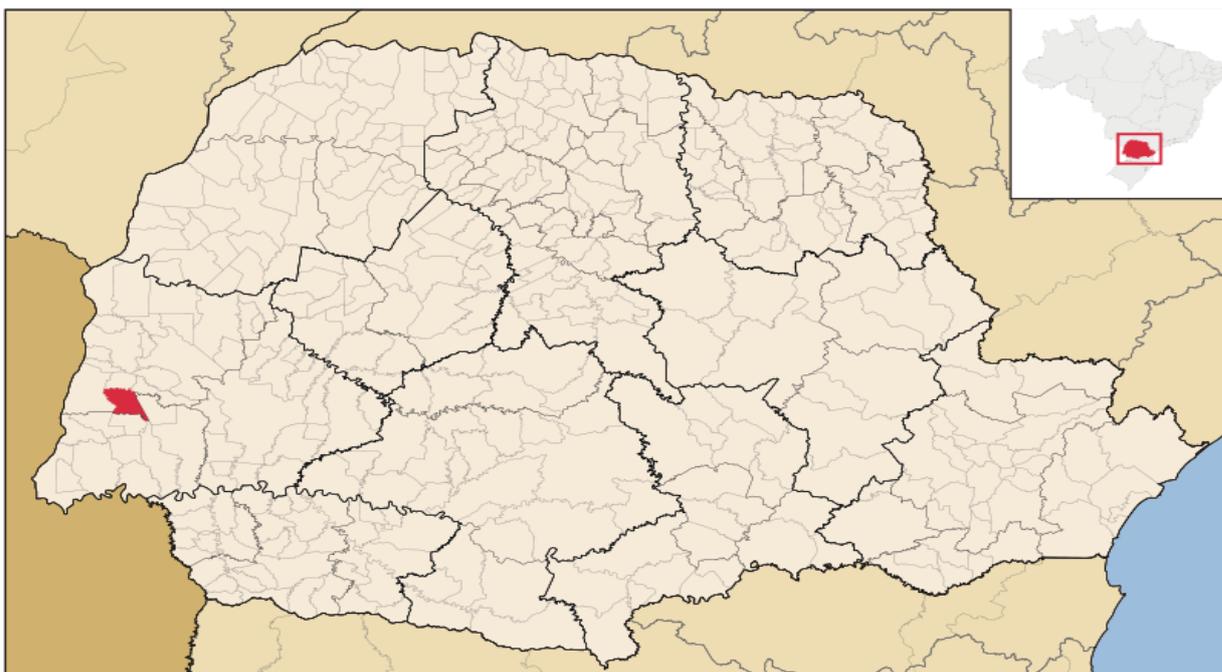
O objeto em questão possui sim, um espaço geográfico, no sentido de porção de terra, que é o próprio Município, também é um território delimitado institucionalmente, um exemplo disso é o território indígena, no entanto, as referências feitas ao território neste caso não estão vinculadas a ideia de desenvolvimento como é aplicada nas abordagens do desenvolvimento rural, em que, além de proporcionar relevância às formas pelas quais os atores sociais se apropriam de determinado território, existe também a preocupação

com as potencialidades econômicas, naturais ou ambientais deste local. Esses elementos são importantes para pensar qualquer processo de territorialização, porém, a princípio queremos colocar em evidência como se processam as dinâmicas territoriais em Diamante d'Oeste pautadas de forma preponderante nas relações de poder entre os diferentes grupos sociais e a sua capacidade de legitimar demandas. Como dito acima, em todas as figurações sociais o processo de territorialização se dá através das disputas entre os projetos territoriais dos diferentes grupos sociais. No Município em questão, esses diferenciais de poder são ainda mais visíveis já que a origem dos grupos é muito diversa: os indígenas se inserem nessa realidade sob o véu da identidade étnica; os agricultores assentados enquanto grupo social que, segundo a ideologia do MST, constroem uma identidade coletiva em torno da luta pela terra, e a outra parcela da população que, nos pequenos municípios possuem uma situação muito peculiar, tanto política, já que diferentemente dos outros grupos acima citados, seu campo de atuação e reivindicação tem sido mais localizado. Assim, apesar de fazerem parte de uma mesma figuração social eles partem de mundos sociais distintos, que diz respeito, como afirma Cunha, Silva e Nunes (2008), às diferentes formas pelas quais cada ator ou grupo social percebe e vivencia suas relações sociais.

A abordagem figuracional, associada ao conceito de mundo social, adequa-se perfeitamente à análise proposta nesse trabalho, já que aquela nos permite, por um lado, analisar as dinâmicas territoriais do Município, ou seja, o resultado das disputas entre os projetos dos diferentes grupos sociais, e por outro, o conceito de mundo social não nos deixa perder de vista as especificidades de cada um deles, que é fundamental para entendermos o lugar a partir do qual cada grupo social formula suas interpretações e constroem suas relações.

Quando lançamos um primeiro olhar sobre a figuração social existente em Diamante d'Oeste é fácil diagnosticarmos que este Município não difere de diversos outros pelo Brasil, já que, enfrentam os mesmos problemas sociais, como por exemplo, a falta de empregos. Nesses municípios as atividades industriais e comerciais são incipientes, em 2010, 78% da receita refere-se as transferências feitas pelo governo federal e estadual. Diamante d'Oeste é um município novo, que emancipou-se politicamente em 1987, possui uma área de

309 km² e uma população de 5.027¹⁴ habitantes, sendo que 50% vivem na “área urbana”, mais precisamente 2.561 habitantes, os quais ocupam uma área de 17 km², localiza-se no oeste do Paraná, faz parte da mesorregião oeste Paranaense e microrregião de Toledo e possui um IDH médio de 0,709¹⁵. Limita-se com os municípios de Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Missal e Ramilândia. Fica a 600 km de Curitiba e a 138 km, por Guaíra, da fronteira com o Paraguai.



Localização de Diamante d'Oeste no Paraná - Fonte: IPARDES

Desmembrou-se do Município de Matelândia através da Lei Estadual n.º 8.674, de 21 de dezembro de 1987, porém, sua instalação oficial deu-se no dia 1º de janeiro de 1989. Vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina - descendentes de italianos e alemães – os colonizadores começaram a chegar na metade da década de 1950, iniciando efetivamente a colonização na década seguinte¹⁶. As primeiras culturas foram: o café, o rami e a hortelã¹⁷, o que

¹⁴ IBGE – Censo 2010.

¹⁵ Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Os municípios do entorno possuem IDH semelhante – São José das Palmeiras: 0,724, Ouro Verde do Oeste: 0,764, entre outros – que são considerados médios, e portanto, não fazem parte dos territórios da cidadania existentes no Paraná, já que o baixo IDH é uma das exigências para a inclusão dos municípios neste política.

¹⁶ Entrevista Celso Cardoso – Assessor de Imprensa da Prefeitura – realizada no dia 20 de maio de 2010.

¹⁷ “Diagnostico do Município de Diamante d'Oeste – Paraná” (s/d).

resultou em um grande fluxo migratório de trabalhadores oriundos de Minas Gerais, São Paulo, do Norte e Nordeste e também do norte do Paraná. Nas regiões de colonização mais antiga no Paraná, como em Londrina, por exemplo, o cultivo do café já contava há muito tempo com a mão de obra de mineiros, paulistas e também de “nordestinos”¹⁸. Quando se iniciou a colonização do oeste, mas especificamente a região aqui tratada, pessoas destas diferentes origens para lá afluíram, com diferentes aspirações, alguns com a esperança de conseguir comprar um pedaço de terra, já que diziam que as mesmas eram baratas, outros com a intenção de apenas ocupá-las, a verdade é que os mesmos foram bem vindos na condição de mão de obra para os colonos gaúchos e catarinenses que já possuíam terras e que queriam iniciar uma nova atividade, a cafeicultura, mas que, no entanto, não tinham experiência neste ramo. Assim, a presença desses agricultores provocou uma heterogeneidade cultural muito grande. “Quem reside em torno da sede municipal e mais ao sul logo constata que no Diamante d’Oeste reside outro povo, com costumes e maneiras diferentes de ver a vida e o trabalho para seu sustento. É o povo que veio do norte, principalmente na esteira das grandes fazendas com a cultura do café, da hortelã, do rami, do algodão e da pecuária de corte” (MADCHE, p.8, 1984). Em Diamante d’Oeste não existem muitas expressões culturais que marcam a presença de italianos e alemães, seja na arquitetura ou nas festividades. Ao contrário de outros municípios da região, como por exemplo, Marechal Cândido Rondon, onde estes traços estão por todo o município.

Assim, o processo de territorialização resultante desta dinâmica conformou este espaço, em um primeiro momento, segundo a lógica da pequena propriedade rural. Por um lado, migrantes gaúchos e catarinenses se instalavam neste município na condição de pequenos proprietários e, por outro, os trabalhadores braçais que se dividiam entre aqueles que conseguiam trabalhar de forma autônoma na condição de posseiros e aqueles que vendiam sua força de trabalho. No entanto, com a decadência dessas culturas e a crescente mecanização do campo, associado a outros processos como a

¹⁸ Em algumas entrevistas, como por exemplo, a realizada com Celso Cardoso, é possível identificar que o termo “nordestino” às vezes inclui também estados do Norte e até mesmo, Minas Gerais. E às vezes há a inversão, chamam de “nortistas” todos os migrantes que não sejam catarinenses e gaúchos.

venda da propriedade devido a endividamento, ou o não reconhecimento da posse, resultou na expulsão de um grande contingente populacional do campo. Em uma reportagem do jornal Povo e Terra que circulava em Matelândia na década de 1980 é possível identificar a preocupação com o êxodo rural, segundo pesquisas realizadas pela Comissão da Campanha da Fraternidade: “Matelândia vive hoje melancolicamente uma situação idêntica à descrita (refere-se ao panorama nacional). Muitas famílias abandonaram suas terras e continuam hoje num ritmo assustador. São pequenos agricultores, “bóias-frias” e desempregados” (Jornal Povo e Terra, 1984, p.6/7). Neste mesmo jornal, nas páginas 12 e 13 da edição de junho e julho de 1985, há um relato de protesto realizado na festa de aniversário do município de Matelândia, no qual trabalhadores residentes nos distritos de Ramilândia e Diamante d’Oeste, os quais eram vinculados ao MST, denunciavam os problemas fundiários e sociais existentes no Município.

Como afirma Colodel (1992), Matelândia presenciou um decréscimo populacional significativo. A população tomou rumos diferentes, algumas famílias buscaram novas frentes de colonização. Tanto a população denominada de “nortistas”, que vendia sua força de trabalho, quanto proprietários de pequenas propriedades se viram obrigadas a migrar de forma que estas pequenas propriedades acabaram sendo incorporadas às grandes fazendas¹⁹ (Colodel, 1992). Entre os destinos apontados por este autor, destaca-se o Centro-oeste, principalmente Mato Grosso. Identificamos também, através da pesquisa de campo, que houve um grande fluxo migratório para o Paraguai. No entanto, mesmo diante das dificuldades enfrentadas para conseguir trabalho, uma parcela desta população permaneceu em Matelândia. Segundo um levantamento realizado nos distritos e bairros periféricos de Matelândia pela Comissão da Campanha da Fraternidade, 25% das famílias entrevistadas, as quais viviam situação de miséria, já haviam sido proprietárias de terra (Jornal Povo e Terra, 1985, p.7).

¹⁹ É importante ressaltar que este processo não ocorreu em grande escala neste município. Segundo Censo Agropecuário 2006 das 663 propriedades existentes em Diamante, 328 propriedades ou 49% possuem área de mais de 0 a menos de 10 ha. E outras 252 que representam 38% possuem área de 10 ha a menos de 50. Juntas totalizam 580 propriedades, e um percentual de 87% do total.

A junção desses processos reflete uma situação que já estava posta há muito tempo nas regiões do Brasil de colonização mais antiga: por um lado a concentração de terra e, por outro, a expropriação de agricultores. No contexto nacional, como nos expõe Leite [et. al] (2004), a preocupação com a propriedade da terra é recorrente desde a independência. No entanto, no que se refere à atuação do Estado, tal preocupação sempre esteve balizada entre dois projetos distintos, pensar o latifúndio e ao mesmo tempo redemocratizar o uso da terra como uma forma de reparação de injustiças sociais. Segundo estes autores, essas duas tendências têm sido pensadas desde o Estatuto da Terra de 1950, no entanto, deste período pra cá presenciamos algumas ações do Estado que privilegiou de forma preponderante o latifúndio, dentre elas podemos elencar o seu processo de legalização, e a promoção da modernização da agricultura, através da Revolução Verde na década de 1960, que beneficiou de forma preponderante as grandes propriedades. No que se refere ao processo de democratização do uso da terra, ou Reforma Agrária, apesar de já estar prevista em lei desde a formulação do Estatuto da Terra de 1950, e reafirmada com o Estatuto de 1964, foi negligenciada em diversos períodos, como é o caso do período da ditadura militar. A questão é que no decorrer de todo o século XX, apesar dos instrumentos legais criados para promover a Reforma Agrária, como os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) e os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), os avanços obtidos estão intimamente relacionados à pressão realizada pela mobilização social dos agricultores reunidos em movimentos sociais e pelas situações de conflito. Esta luta social que persistiu durante todo o século, se intensificou com o processo de redemocratização no final da década de 1980. A nova Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição cidadã”, possibilitou nas últimas décadas maior liberdade de reivindicação e pressão por parte dos movimentos sociais. Somando-se a isso, a adoção de novas estratégias como as ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Terra, por exemplo, resultaram em um aumento significativo no número de assentamentos. A criação do Assentamento Ander Rodolfo Henrique em Diamante d’Oeste é resultante deste processo. Esta conquista foi possível através das lutas travadas por trabalhadores através do MST. Esta mobilização de diferentes trajetórias sociais, proporcionada pelos movimentos sociais, em torno de

objetivos em comum, possibilitou o nascimento de um novo grupo social, portador de um projeto territorial específico, que se tornou possível a partir da “vivência de dificuldades comuns, a que podemos acrescentar as lutas compartilhadas, (...) elemento importante na elaboração de uma identidade comum ou na reelaboração de uma identidade atribuída pelo Estado” (LEITE [et al] 2004, p.64).

Além dos diversos conflitos pela posse da terra resultantes da ocupação das mesmas por famílias que não tinham a posse legal, comum entre os migrantes “nortistas” e também de situações de bi titulação de terras, ou seja, a mesma terra era vendida para mais de uma pessoa, de forma que ambos tinham documentos que comprovavam a posse legal das mesmas, existiam outras situações de conflito, no entanto, nas citações feitas por Colodel (1992), não há nenhuma menção à presença indígena. Quando ele se refere à presença humana nesta região, antes da chegada dos colonizadores, ele usa o termo paraguaio.

Quando se iniciou a derrubada da mata em Matelândia, não foram somente os colonos sulistas que realizaram esse trabalho. Muitas vezes foram contratados elementos de origem paraguaia que persistiam perambular por esta região, notadamente em Foz do Iguaçu (COLODEL, 1992, p.244).

Mesmo em um período anterior, Wachowicz (1982), ao falar da fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889, segue o mesmo caminho. Segundo pesquisa populacional realizada naquela época, ele afirma que “constataram a existência de 324 indivíduos, assim discriminados: 212 paraguaios, 95 argentinos, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês e apenas 9 brasileiros” (WACHOVICZ, 1982, p.182).

Segundo relato do historiador Antônio Prodozimo, sua família comprou terras onde hoje está localizado o município de Diamante d’Oeste no ano de 1969. Mesmo tendo apenas 11 anos, ele relata vários acontecimentos da época, como por exemplo, os mutirões realizados para a construção da primeira escola e da primeira igreja do Município. Relatou também que a extração de madeira, que possibilitou o surgimento das serrarias e conseqüentemente novos postos de trabalho, deu um impulso as atividades

comerciais no local. A formação deste núcleo comercial, mesmo que de forma tímida, juntando-se ao fato de que este distrito havia conseguido eleger dois vereadores, Celso Cardoso (PDS) e Alberi H. Pinheiro (PMDB) reuniu as condições necessárias para que fosse pleiteada a emancipação de Diamante d'Oeste. Assim:

“Através de realização de plebiscito, coordenado por dois vereadores do distrito de Diamante d'Oeste, os eleitores optaram pela criação do município de Diamante d'Oeste, que tornou-se realidade com a elaboração e promulgação da lei nº 8.674, de 21 de dezembro de 1987. Os motivos da busca da emancipação política deu-se pela distância do distrito até a sede da cidade de Matelândia e o desejo da liderança política em seguir sua carreira, como também a possibilidade da geração de emprego na comunidade e o atendimento de melhor qualidade nas atividades administrativas do município. (Antônio Prodozzimo. Entrevista realizada dia 20 de junho de 2010).

No que se referem às elites políticas, nos deparamos novamente com uma situação singular. Ao contrário do que ocorre na grande maioria dos pequenos municípios, onde o poder executivo é controlado por uma ou duas famílias tradicionais que na grande maioria são proprietários rurais, em Diamante, segundo Prodozzimo, o primeiro prefeito foi Alberi H. Pinheiro (PMDB) um contador. Seguido pelo dentista Wenceslau Pires (PMDB) que havia sido vice-prefeito no primeiro mandato, e que assume a prefeitura de 1992 a 1995, tendo como vice o professor Gilmar E. Secco (PL) que, no período de 1997 a 2004, portanto durante dois mandatos, assume o poder. De 2005 a 2008, o Município é administrado pelo professor Faustino R. de Magalhães (PT) por fim, a administração atual é do (PP) na pessoa de Inês Gomes, também professora - esposa do ex-prefeito Gilmar Secco.

Quando da realização da entrevista com o ex-vereador Celso Cardoso, questionei como se deu o processo de emancipação do Município de Diamante d'Oeste e quais eram os grupos interessados neste processo. A resposta que obtive é que toda a população almejava a emancipação, tanto é que foi feito um plebiscito no qual a população se colocou numa posição favorável a elevação de Diamante d'Oeste a categoria de município. No entanto, diante da situação atual, surge o questionamento: quais eram os grupos realmente

interessados nesse processo? E quais os projetos territoriais que foram formulados para Diamante d'Oeste?

Ao analisar um jornal da época, foi possível identificar que havia diferentes posicionamentos a respeito deste processo. O subprefeito Hélio Luiz de Almeida era favorável ao retardamento da emancipação, segundo ele:

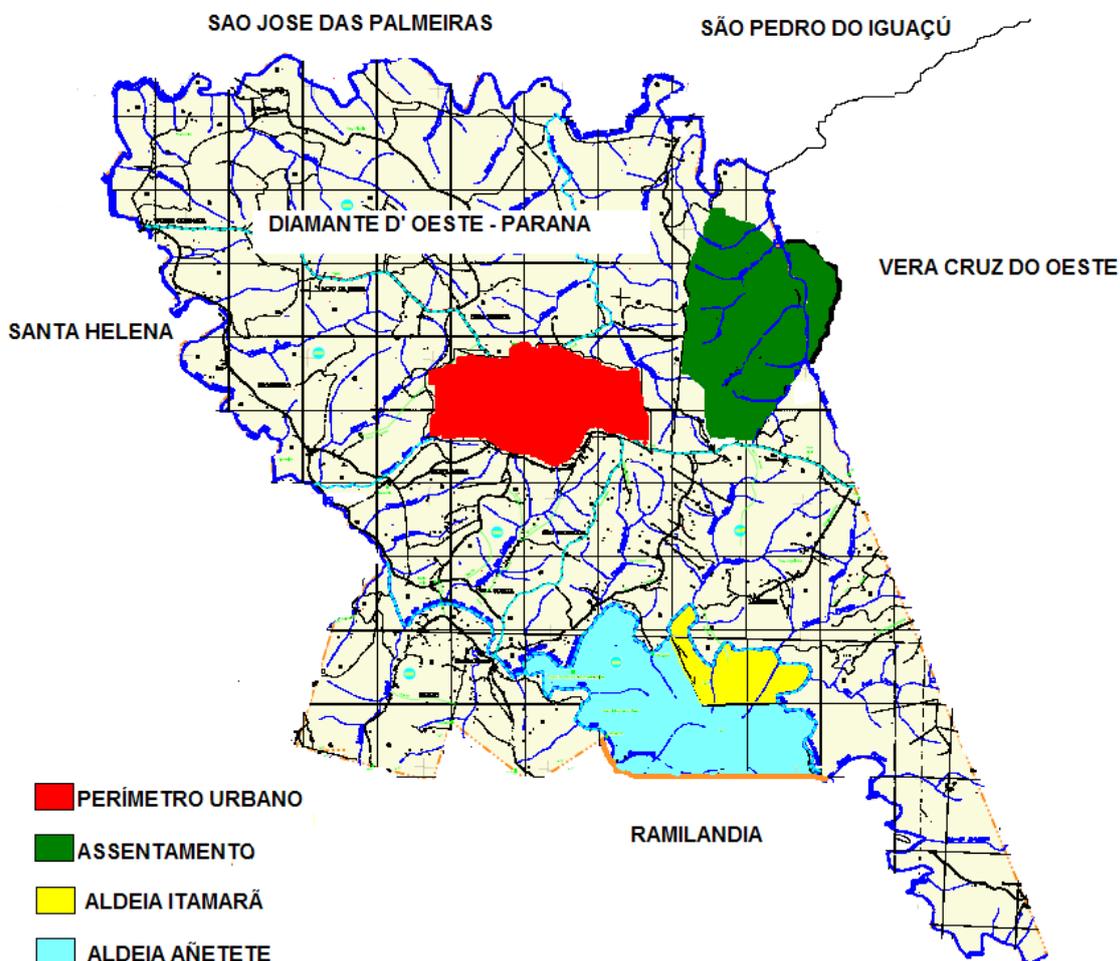
Afirmo ainda que a nossa luta não é isolada, por que em poucos dias recolhemos aproximadamente setecentas assinaturas de eleitores, em que a totalidade dos visitados concordaram que agora não é o momento de nossa emancipação. Encontramos inclusive elementos que tinham assinado a lista "Emancipação já" e, percebendo-se do erro que estavam incorrendo, nos procuraram e assinaram a lista que estávamos passando. Com esse objetivo, queremos provar que não há interesse em emancipar Diamante no atual momento e que esse movimento "Emancipação já" é prematuro por que temos a consciência de que o nosso distrito precisa de uma melhor infraestrutura e, se fizermos agora, não precisa fazer depois. Diante dos fatos expostos comprovados é fácil deduzir que esse movimento "Emancipação já" tem por objetivo único e exclusivo visar o interesse e a promoção pessoal e não o interesse da coletividade (ALMEIDA, 1985, p.8).

Desta forma, o que se apresenta de maneira mais clara são as relações entre o processo de emancipação e o projeto político subjacente, ou seja, Alberi H. Pinheiro, que na condição de vereador lutou pela emancipação, tornou-se o primeiro prefeito do Município. Afirmamos acima que cada grupo social possui um projeto territorial específico, então para além deste projeto das elites políticas, quais os outros que podemos enumerar? A consolidação do comércio? E em relação a esta população da sede que vive nessa situação de fragilidade, quais eram os seus projetos para este território?

Tanto Prodozzimo quanto Cardoso nos afirmaram em entrevista que a distância, em torno de 63 km, entre o então distrito de Diamante d'Oeste e Matelândia, a sede do Município, foi um dos principais motivos que levaram ao processo de emancipação. No entanto, em 2010, 161 pessoas deslocavam-se diariamente para Matelândia e para Marechal Cândido Rondon, que é ainda mais distante de Diamante d'Oeste, 89 km, para trabalhar.

A partir de 1997, com a criação da primeira aldeia indígena, Tekoha Añetete (17,4 km²), seguida pela criação do assentamento da Reforma Agrária Ander Rodolfo Henrique (30,9 km²), em 2004, e pela delimitação de uma

segunda aldeia, Tekoha Itamarã (2,4 km²), em 2007, “novos” elementos passaram a fazer parte desta figuração.



Fonte: Município de Diamante d'Oeste (A delimitação das áreas foi feita com a ajuda de um funcionário da prefeitura de Diamante d'Oeste apenas como uma forma de melhor visualização da localização de cada grupo social, de modo aproximado à área efetivamente ocupada).

A população indígena Avá-guarani, estimada em 423²⁰ habitantes, que hoje reside nas duas aldeias foi realocada em Diamante d'Oeste após o território tradicionalmente ocupado por eles, próximo a São Miguel do Iguaçu, ter sido alagado devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1980. Diferentemente do que ocorreu na grande maioria do território brasileiro, quando os indígenas chegaram neste Município o mesmo já havia passado por todo o processo político de demarcação de fronteiras geográficas e da

²⁰ IBGE - Censo 2010 IBGE (um deles declarou ser morador da área urbana).

emancipação política. Assim, tanto as aldeias como o assentamento, que abriga 108 famílias, totalizando 548 pessoas, são constituídos por grupos sociais que, para o poder público e grande parte da população, vieram de fora e se inseriram numa realidade que já estava em construção, e que estava permeada, portanto, por uma teia de interações já instituída entre os grupos ali existentes e, ao mesmo tempo, trouxeram também novos elementos que resultou em uma nova ordenação desta realidade.

A reserva indígena Ocoy, com área de 2,5 km², localizada em São Miguel do Iguaçu, foi a primeira a ser criada com o apoio da Hidrelétrica de Itaipu, em 1982. Inicialmente residiam 13 famílias, porém, em 1997, o número havia aumentado para 74 famílias. Neste momento foi criada em Diamante d'Oeste a aldeia Tekoha Añetete, que recebeu 32 destas famílias. De 1997 para 2007, a população da reserva Ocoy aumentou novamente, de 42 para 128 famílias. Neste ano foi criada a aldeia Itamarã que passou a abrigar 28 destas famílias. Este aumento populacional ocorreu porque com o alagamento ocasionado pelo lago de Itaipu famílias foram separadas, algumas delas ficaram no território paraguaio, e como afirma o administrador-geral da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Valdemar Ramalho dos Santos, algumas famílias acabaram retornando ao Brasil, ao encontro do restante da sua família e também, porque – além das consequências do alagamento – a migração é uma característica dos grupos Avá-guarani. O rezador e cacique da Aldeia Itamarã, Honório Benitz relata que quando jovem, entre 17 e 18 anos, trabalhou para o colonizador Willy Barth que tinha comprado terras na região de Toledo. Ajudou a derrubar a mata, fazer picadas e medir as terras e dividi-las em lotes menores. Essas informações nos ajudam a perceber o quanto algumas abordagens sobre a história da região oeste do Paraná são contadas de forma parcial. Como podemos dizer que os grupos indígenas que hoje residem em Diamante d'Oeste são novos grupos sociais? Se ao afirmar a sua participação nas atividades de colonização, o Sr. Honório nos dá provas de que aquele elemento “paraguaio” de que falavam Colodel (1992) e Wachowicz (1982), pelo menos em parte, era indígena.

Assim como Sr. Honório, o professor indígena Teodoro Tupã Alves também relata que a partir do momento em que se iniciou o processo de colonização do extremo oeste do Paraná, inicialmente houve fluxos

migratórios de indígenas que foram para o Paraguai e a Argentina de forma autônoma, somente muito tempo depois que o governo federal passou a atuar junto a essa população. Nas regiões em que havia um número reduzido de famílias era realizado a transferência das mesmas para outros locais, foi o que ocorreu com as populações indígenas existentes nos municípios de Toledo, Cascavel, Entre Rios do Oeste, dentre outros. Algumas dessas famílias foram levadas para a Aldeia Rio das Cobras em Laranjeiras do Sul, uma aldeia Kaingang, enquanto que os indígenas da região oeste são guaranis. O professor Teodoro faz uma crítica a esta política do governo federal que não respeita a cultura específica inerente a cada etnia. Mas, não sendo poucas as consequências da colonização, que empurrava os indígenas cada vez mais para as fronteiras, a construção da Hidrelétrica de Itaipu veio para desestruturar ainda mais as culturas indígenas, pois devido o alagamento esse grupo passou a dispor cada vez menos de terra. Mesmo com as políticas desenvolvidas por Itaipu Binacional, essa população tem sofrido muito com a falta de terras. Como exposto acima, a reserva indígena Ocoy foi criada em 1982, mas, não era suficiente para a demanda de famílias existentes. Assim, seguindo o caminho traçado por outras famílias que já haviam conseguido terra, formando a Aldeia Tekoha Añetete, mais uma vez 28 famílias, dentre elas a família de Sr. Honório e do prof. Teodoro, saíram do Ocoy iniciando um longo processo de reivindicação e pressão. Em 2001 saíram de São Miguel do Iguçu, acamparam em Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e em Diamante d'Oeste, próximo a Aldeia Añetete, depois voltaram para Santa Helena onde ocuparam uma reserva ambiental da Itaipu, até que conseguiram a terra em neste Município, formando assim a Aldeia Itamarã, em 2007. O relato deste processo é importante para ressaltar que a conquista dessas terras pelos indígenas é resultado de muita luta e pressão por parte deles²¹.

O processo não foi diferente com os agricultores do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, criado em 2004 com a desapropriação da fazenda Comil. O

²¹ Segundo informações obtidas junto ao Cacique da Reserva Indígena Itamarã, Sr. Honório, há hoje no Município de Santa Helena um novo acampamento indígena, com cerca de 30 famílias.

Assentamento está localizado na divisa entre os municípios de Diamante d'Oeste (com 74% da área do assentamento) e Vera Cruz do Oeste (com 26% da área total do assentamento), às margens da Rodovia Estadual PR 488, a 5 km da área urbana de Diamante d'Oeste e a 22 km da área urbana de Vera Cruz do Oeste (Coutinho, 2009). Possui uma área total de 30,9 km², com uma área de Reserva Legal (RL) de 5,9 km² e a Área de Preservação Permanente (APP) de 4,5 km². Das 108 famílias que residem no assentamento, 86 delas residem no município de Diamante d'Oeste e as outras 22 em Vera Cruz do Oeste, totalizando uma população de mais ou menos 548 pessoas. Conforme decisão em assembleia, a agroecologia foi adotada como matriz tecnológica de produção, associada às outras determinações como a proibição de queimadas e utilização de sementes híbridas, coerentes com a pretensão de se construir uma proposta de desenvolvimento sustentável no assentamento. No último ano, esses produtores receberam investimentos advindos da linha A do PRONAF. Segundo alguns moradores, já haviam recebido em 2010 duas das três parcelas que totalizaria o valor de R\$ 21.000,00. Este recurso se destina à melhoria da infraestrutura da propriedade e para a compra de gado. Eles terão três anos de carência para começar a pagar este investimento e, se pago em dia haverá um abatimento de metade do valor recebido.

Este é o cenário atual, mas como expõe Antônio Melo, um dos assentados, o caminho percorrido para chegar até este momento foi longo. No ano de 1999 diversas famílias brasileiras retornaram do Paraguai e juntamente com outras famílias da região acamparam em Cascavel. Ao saberem que existia uma fazenda em Diamante d'Oeste que estava com problemas na justiça devido ao não cumprimento da Legislação Ambiental, estas famílias resolveram acampar na frente da mesma, nas margens da Rodovia Estadual PR 488. Lá ficaram um período de um ano. Em 2002, o filho de uma das famílias acampadas foi morto por atropelamento na beira da estrada. Ele tinha, segundo Melo, cinco anos e chamava-se Anderson, inclusive o nome do assentamento é uma homenagem a ele. Diante desta tragédia, como uma atitude de protesto e pressão, as famílias resolveram ocupar a fazenda. No entanto, elas se reuniram em torno da sede, não ocuparam toda a área, esperaram o processo de desapropriação e a realização da divisão dos lotes pelo INCRA. Durante todo o período em que os sem terra estiveram acampados na frente da fazenda, alguns peões

passaram a residir na sede, no entanto, quando os sem terra resolveram ocupar a fazenda não houve conflito, inclusive sete desses peões permaneceram na fazenda juntamente com os sem terra e hoje são assentados. Desta forma, podemos perceber que a grande maioria das famílias assentadas são oriundas da região Oeste. Além dos 7 peões que eram de Diamante, as pessoas que entrevistei como o Antônio Melo, Jocemar, Ramon, Jair, Carlos, Pedro são oriundos de Cascavel, Santa Terezinha de Itaipu e Lindoeste.

Quando nos propomos a analisar o município de Diamante d'Oeste nos deparamos com uma história muito recente, tanto é que a mesma ainda não foi escrita. É preciso recorrer aos registros que tratam da história de Matelândia e colher informações orais dos habitantes que presenciaram todo o processo de emancipação. No entanto, as dinâmicas territoriais da região de Diamante d'Oeste se iniciaram muito antes da criação deste Município. A chegada, ou talvez fosse mais apropriado dizer o retorno desses grupos que foram expropriados de sua terra no passado se dá em um novo momento histórico. Eles retornaram porque através das lutas de reivindicação e pressão fizeram cumprir os seus direitos que estão previstos na Constituição. No entanto, para além da esfera institucional falta ainda para esses grupos, na realidade em questão, o reconhecimento por parte do restante da população de que eles fazem parte da figuração social de Diamante d'Oeste.

Os discursos são contraditórios. Em entrevista, o ex-vereador e atual Assessor de imprensa da prefeitura, Celso Cardoso, disse que a relação entre os diferentes grupos sociais se dá de forma harmônica em Diamante d'Oeste. No entanto, registrei falas de moradores do assentamento em que afirmam que houve casos, há alguns anos, em que eles percebiam que estavam sendo vigiados ao entrar nos supermercados. E que até hoje algumas pessoas ainda os identificam como "sem terra", de forma irônica e pejorativa. Em uma carona que peguei para me deslocar a uma cidade vizinha, surgiu uma conversa sobre um casal de franceses que estava chegando em Diamante d'Oeste para visitar as reservas indígenas. Um dos ocupantes do carro disse: "Eles (os índios) estão se achando importantes". Outra pessoa, que é professora responde: "Eles são mesmo. Maldita a hora em que fomos matá-los e roubar suas terras. Agora quando chega o dia do índio todo mundo vai lá assar carne pra eles.

Imagina como eles se sentem sendo servidos pelos brancos (risos)”. Ao final acrescenta: “Eles pararam de pedir pelas ruas, né?”, ao que a primeira pessoa citada responde: “Sim. Foi o acordo que fizemos”. Não consegui saber do que se trata esse acordo, mas, o fato é que tem a ver com a limitação da circulação dos indígenas pela cidade. Ao questionar a respeito da participação dos indígenas nas festividades do Município em conversa com um dos secretários da prefeitura, o mesmo me disse que quando há festas “eles mandam buscar os índios”, e ainda, ao participar de uma atividade cultural promovida por um grupo de teatro de Curitiba, presenciei uma cena onde uma pessoa ligada ao poder municipal apresentava alguns indígenas para o funcionário do SESC, usando os seguintes termos: “estes são os nossos indinhos”.

Essa diversidade de situações e falas reflete como se processam as relações de poder entre os diferentes grupos nesta figuração social e os embates entre os diferentes projetos territoriais. Ressaltando que entendemos como projeto territorial a forma específica pela qual um grupo ou ator social pretende se apropriar do espaço e dos recursos (CUNHA, SILVA, NUNES, 2008). Cada grupo ou ator procura legitimar seu projeto, travando conseqüentemente uma disputa - material como também simbólica - com os demais.

Os projetos territoriais dos indígenas e assentados, em Diamante d’Oeste, possuem um alto grau de institucionalização e de legitimação. De forma específica os projetos relacionados aos indígenas que, por um lado, com a aprovação do decreto 6.040 que regulamenta as políticas para as comunidades e populações tradicionais alcançaram recentemente um grau maior de institucionalização e, por outro, as políticas advindas da Itaipu, somadas ao discurso do poder local reveste tais comunidades de uma maior legitimidade. Estes grupos apresentam também uma grande capacidade de produzir projetos constantemente. No assentamento, por exemplo, para além do projeto dos agricultores assentados, o INCRA formula um projeto próprio para este grupo, assim como também a adoção da agroecologia como uma forma de produção alternativa expressa os princípios adotados pelo projeto do MST. Um dos agricultores com que falei disse que é muito difícil cultivar os produtos agroecológicos, mas como foi acordado em assembleia, portanto, deveria respeitar esta decisão. Da mesma forma, diferentes projetos estão

relacionados às comunidades indígenas, dentre eles, o projeto formulado pela prefeitura, que é um projeto agrícola. Em conversas que tive com um técnico agrícola, e outras pessoas ligadas à prefeitura como também pessoas da comunidade que conhecem as aldeias, o discurso foi o mesmo, de que apesar da assistência prestada e dos conhecimentos levados para eles no que se refere à forma de produzir, eles não mudam, continuam produzindo apenas para subsistência. Em uma das falas, me disseram que na Aldeia Añetete tem um índio trabalhador, pois, ele produziu bastante, e vendeu boa parte da produção. Estes exemplos expressam que existem diferentes projetos para um mesmo grupo e que, muitas vezes eles são contraditórios.

No entanto, quando pensamos as outras comunidades rurais e a população residente na sede do Município percebemos que tais grupos parecem ter dificuldades em expressar o projeto que lhe é inerente. No período em que residi em Diamante d'Oeste procurei saber se existiam espaços de debates, alguma forma de organização coletiva como associações, sindicatos, etc. Além dos grupos vinculados a religião como, por exemplo: grupo de oração, grupo de jovens – dos quais participei - existem os grupos de mães, sindicato dos trabalhadores rurais, mas que não tiveram nenhuma reunião no período que estive lá. O único meio de comunicação local é a Rádio Comunitária Cidade Alta, que além da programação musical apresentava programas religiosos. Acessei a programação e constava que a rádio transmitia as sessões da câmara, no entanto, no período que estive lá a transmissão não ocorreu devido a problemas técnicos. Desta forma, estes grupos parecem não ter muita capacidade de mobilização social, o que pode se apresentar como um elemento importante na constituição dos diferenciais de poder deste grupo se comparado aos assentados e as comunidades indígenas.

CAPÍTULO II

O EXERCÍCIO DA MEDIAÇÃO ENTRE DIFERENTES ATORES SOCIAIS

Para analisar como se processam as relações entre diferentes grupos sociais é fundamental apreender a ação do poder político local como locus dos encontros entre diferentes atores. Neste capítulo, a percepção da população da sede municipal sobre grupos indígenas e assentados é colocada no processo político, dando voz aos mediadores. Como afirma Neves (2008), a mediação é condição constitutiva do homem, “o comportamento dos indivíduos é sempre o resultado de uma pré-compreensão simbólica do mundo social, todos os atos do conhecimento pressupõem, necessariamente, mediações, ao mesmo tempo constitutiva da construção e da reconstrução da vida social (NEVES, 2008, p.21). Segundo ela, cada ator social parte de contextos de significações diferenciados, por isso, o processo de mediação acaba por promover o confronto/encontro de diferentes mundos sociais o que resulta na construção de novos campos de produção de significados.

Em Diamante d’Oeste, a administração municipal realiza a mediação junto a outras instituições como a Hidrelétrica de Itaipu e de órgãos como a FUNAI e o INCRA que atuam junto às comunidades indígenas e aos assentados e, para além da mediação promovida por estas instituições será abordada também a existência de atores sociais que emergiram do interior desses grupos e tornaram-se também importantes medidores. Tanto o assentado Adão Soares da Silva, que atualmente é vereador, quanto o professor indígena Teodoro Tupã Jeguavy Alves, que também pleiteou uma vaga na câmara, e que mesmo não conseguindo se eleger tornou-se um importante mediador da questão indígena junto à prefeitura, são indivíduos que transitam entre diferentes universos sociais, desta forma deixam de ser portadores apenas de seus projetos individuais e passam a representar

também a coletividade. Para além dessa esfera da mediação, o município é também lugar institucional, e é por isso que a análise da fala de Gilmar Eugênio Secco, ex-prefeito de Diamante d'Oeste, torna-se relevante, pois a sua condição de administrador municipal o coloca diante dessas duas dimensões do Município. No que se refere à esfera institucional, será posto em debate o processo de descentralização do poder proposto pela Constituição de 1988, que em princípio atribuiu maior autonomia para os municípios. Mas, será que as mudanças trazidas por esta constituição efetivamente aumentaram o espaço de manobra e de decisões do poder local? E, por outro lado, para além da esfera institucional, ou seja, das leis as quais a administração municipal está submetida, será analisado também de que forma a administração municipal se relaciona com esses importantes atores sociais que têm poder de influenciar e alterar as relações, gerando diferenciais de poder entre os grupos sociais do município.

A capacidade de mobilização política da população da sede do Município está circunscrita, principalmente, à esfera local ou no máximo aos meios políticos mais tradicionais de articulação personalista com lideranças regionais, diferentemente dos assentados e das comunidades indígenas que conseguem articulação com outras esferas de poder. Pode-se analisar esta relação dentro da perspectiva urbano/rural, pois, falar de qualquer sede municipal no Brasil é falar, segundo a legislação, de população urbana. No entanto, municípios pequenos como Diamante d'Oeste são como denominou Veiga (2002) cidades imaginárias, ou como expôs Wanderley (2009), cidades que possuem uma frágil e precária urbanização. Assim, será que esta definição de urbano e rural no Brasil pode acabar por prejudicar a população residente na sede desses pequenos municípios? Pois, por um lado não são beneficiários de políticas direcionadas ao universo rural e, por outro, são obrigados a disputar recursos com grandes municípios que são economicamente mais fortes.

2.1 O RURAL E O URBANO NO BRASIL

A necessidade de incluir o debate acerca do rural e do urbano neste trabalho se deve ao fato de que o universo pesquisado contempla grupos localizados no rural, como os assentados e comunidades indígenas, e também a população residente na área urbana. Existe um antigo e amplo debate a respeito dessas categorias, o qual será exposto abaixo em linhas gerais. O interesse maior reside na interpretação de como os pequenos municípios, como é o caso de Diamante d'Oeste, podem ser pensados dentro deste debate. O interesse em entender como vive a população residente nas sedes dos pequenos municípios remete a minha infância, pois vivi alguns anos na zona rural e não me esqueço das vezes em que após visitar alguns parentes na cidade de Toledo, um município de médio porte, fazia o caminho de volta e ao passar por esses pequenos municípios a sensação que tinha era de que passava por “cidades empoeiradas”, quase sem vida. A grande maioria delas não possui indústrias, e quando existem são pequenas, gerando um número reduzido de postos de trabalho. O mesmo ocorre com os estabelecimentos comerciais que em sua grande maioria emprega membros da própria família. Estas áreas urbanas, por reunir em sua sede todos os instrumentos públicos, acabam tornando-se o local da prestação dos serviços básicos, atendendo em grande medida a população rural. Como e do que vive essa população? E que urbano é esse que está subjacente à realidade vivenciada por essas pessoas residentes nas sedes dos pequenos municípios? Da mesma forma, o rural do qual falamos neste trabalho também possui especificidades, pois, são grupos que passaram por um longo processo de lutas em prol de seus direitos, o que culminou nas últimas décadas em mudanças institucionais que os favorecem. No entanto, para melhor entendermos o rural e o urbano que é objeto de estudo deste trabalho será empreendida uma análise de como essas categorias foram pensadas historicamente.

A relação existente entre essas duas formas de organização e utilização do espaço é muito antiga. No entanto, foi principalmente no século XIX para muitos países europeus e para o Brasil no século XX, que este debate se associou a novos elementos. Isso se deve ao fato de que foi neste período em que as relações de produção capitalistas se dinamizaram, o que mudou drasticamente o perfil das sociedades que eram predominantemente rurais e passaram a ser em grande medida urbanas. Muitos foram os teóricos que se

dedicaram a estudar a relação urbano-rural, alguns deles como, por exemplo, Henri Lefebvre (2002), concebia a relação entre esses dois elementos de forma antagônica, como se os mesmos não pudessem conviver, apontando até mesmo para uma completa urbanização das sociedades. Este pensamento orientou muitos debates e está presente na literatura produzida no Brasil, principalmente no período que compreende mais ou menos o início da década de 1930 até 1964, que corresponde a um período que ficou conhecido como desenvolvimentismo²².

Para os propósitos deste trabalho, o que se apresenta como um elemento a ser problematizado é a equivocada associação, que foi muito comum em nosso País neste período, do termo urbanização com desenvolvimento e o rural como o lugar do atraso. São representantes desta perspectiva dualista obras como a de Jacques Lambert, “Os dois brasis”, na qual ele desenvolve a ideia de que existem dois brasis, um Brasil urbano e um Brasil rural, que eram antagônicos. A crescente industrialização e conseqüentemente o aumento da população urbana resultou em grandes transformações econômicas e sociais na sociedade brasileira. Como nos afirma Martins (1975), estávamos diante da constituição de uma sociedade que passava a se orientar através de valores urbanos, o que resultou em uma crescente hostilização em relação aos valores rurais que orientavam o modo de viver, pensar e agir do homem do campo. No mesmo sentido, Cândido (1982) expõe que ser tradicional na década de 50 do Século XX, momento em que o País vivia um intenso processo de modernização, estava relacionado à ideia de atraso. Era necessário modernizar-se, e este processo estava profundamente associada à ideia de urbanização. Assim,

“... o caipira é condenado a urbanização, e todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atento aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo...”
(CANDIDO, 1982, p.282)

²² Para uma análise aprofundada deste período ver: BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Na atualidade, novas perspectivas têm se fortalecido, é o que afirma constantemente Wanderley (2001) ao lançar um novo olhar sobre o rural, vendo-o como um lugar de vida e de trabalho. O que predomina, segundo ela, é o continuum rural-urbano, assim definido:

“... a hipótese central é de que, mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Essa perspectiva de continuum rural-urbano de Wanderley (2001) elimina a ideia de contradição existente entre esses dois pólos. No entanto, não significa dizer que os mesmos tornaram-se espaços homogêneos, muito pelo contrário, ela faz questão de reafirmar que o mundo rural está integrado ao conjunto da sociedade, porém, mantém suas “particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas”. A forma de apropriação do espaço e dos recursos naturais que historicamente vem sendo praticada no mundo rural resultou na construção de uma paisagem específica. Além desse aspecto, é inerente também ao rural a construção de identidades, a vinculação das pessoas a esse espaço que possui uma forma singular de ver e viver a vida. Desta forma, a integração desses dois pólos não se dá numa relação de submissão, mas sim, de complementaridade. Para esta autora, a vida local é resultado do encontro do urbano com o rural e, portanto, esse espaço precisa ser pensado de forma articulada.

Esta afirmação retrata as mudanças ocorridas na perspectiva analítica. No entanto, a perspectiva normativa tem se mantido praticamente estática, pois a grande maioria das políticas públicas no Brasil ainda vê o rural e o urbano como universos distintos. A própria definição destes conceitos é objeto de questionamentos no Brasil, pois obedecemos ainda os dispositivos contidos no Decreto-Lei 311, de 1938 – redigido neste período de ânsia pelo desenvolvimento - que transformou todas as sedes municipais em cidades, e as sedes distritais em vilas, conseqüentemente em áreas urbanas. Seguindo esta normativa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Censo 2010 que constatou que 84% da população brasileira é

urbana. No entanto, não há um consenso sobre esta questão. Afinal, quais são os elementos que determinam se uma localidade é rural ou urbana?

Maria de Nazareth Wanderley e José Eli da Veiga questionam este modelo de análise instituído no Brasil que segue esta normativa meramente administrativa acima citada. Para esses autores, a aceitação desses critérios puramente administrativos contidos no Decreto-Lei de 1938 se deu devido à proximidade do Censo de 1940 e a consequente urgência na definição do rural e do urbano no Brasil. Assim, para eles a utilização deste Decreto-Lei para fins Censitários em 1940 apesar de problemático até pode ser aceitável já que em tese as sedes distritais e municipais seriam potencialmente as futuras vilas e cidades. No entanto, a contínua utilização do mesmo até os dias atuais mostra o quão retrógradadas são as leis no Brasil no que se refere a esta questão.

Wanderley (2001) nos alerta ainda para o fato de que a legislação brasileira favorece o crescimento exagerado das zonas urbanas, já que por um lado, os municípios possuem autonomia para delimitar o seu perímetro urbano e, por outro, são conhecedores dos dispositivos do Código Tributário Nacional o qual diz que lhes pertence os impostos recolhidos nas áreas urbanas e ao governo federal aqueles recolhidos nas áreas rurais. Assim, fica claro o interesse por parte do Município de expandir seu perímetro urbano impulsionado apenas por interesses fiscais.

Para fundamentar suas críticas, Veiga confronta o modelo brasileiro com o modelo de outros países para definição do que é rural e urbano. Ele nos diz que:

Fora daqui não se usa critério administrativo para definir cidade. O mais comum é uma combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe. Exemplo ilustrativo é Portugal, onde a lei determina que uma vila só será elevada à categoria de cidade se, além de contar com um mínimo de 8 mil eleitores, também oferecer pelo menos metade dos seguintes dez equipamentos: a) hospital com permanência; b) farmácias; c) corporação de bombeiros; d) casa de espetáculos e centro cultural; e) museu e biblioteca; f) instalações de hotelaria; g) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; h) estabelecimentos de ensino pré-primário e creches; i) transportes públicos, urbanos e suburbanos; j) parques e jardins públicos. (VEIGA, 2004, p. 28).

O exemplo da realidade retratada na citação acima é preciso repensar os critérios que definem o que é urbano e o que é rural no Brasil, pois os critérios vigentes nas últimas décadas resultaram na constituição de inúmeras pequenas cidades. Um exemplo é o município de Borá, no Estado de São Paulo, apontado pelo Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como o menor município do Brasil. Dos 805 habitantes, 627 vivem na sede do Município, portanto, 77% da população é considerada urbana. Será que este Município oferece oportunidades de emprego e acesso a bens e serviços que uma cidade necessariamente deve oferecer aos seus cidadãos?

Veiga nos diz que na tentativa de corrigir esses exageros normativos, diversos teóricos começaram a adotar diferentes critérios para medir a taxa de urbanização no Brasil. Através do corte populacional, alguns indicam que os municípios com menos de 20 mil habitantes não podem ser considerados urbanos. Outros estipulam que são urbanas aquelas localidades que possuem mais de 60 habitantes por km². Já a pesquisa realizada pelo IPEA, IBGE e Unicamp, com base nos dados do Censo 2000, "Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil" divulgou taxas de urbanização elaboradas a partir da utilização de critérios estruturais e funcionais como: o número de habitantes, a densidade demográfica e a localização. No entanto, esta pesquisa concentra-se na análise da população residente nas: 12 aglomerações metropolitanas, 37 demais aglomerações e os 77 centros urbanos com mais de 100 mil habitantes. No total são 455 municípios, que comportam 57% da população que é, segundo Veiga, o Brasil inequivocamente urbano. E os 5.052 municípios restantes?

Apesar dos esforços de diferentes teóricos em definir critérios capazes de estabelecer uma distinção entre urbano e rural não chegamos ainda a um consenso. No entanto, independentemente do critério adotado, seja ele populacional, densidade demográfica ou localização, o município de Diamante d'Oeste está sempre entre aqueles que são tipicamente rurais, pois possui, segundo Censo 2010, apenas 5.027 habitantes, com uma densidade demográfica de 16,26 habitantes por km² e não faz parte de nenhuma região metropolitana. Assim, de acordo com diversos critérios analíticos este Município é indiscutivelmente rural, no entanto, a perspectiva normativa, que

afinal de contas é a que predomina sobre as demais, diz que 2.561 habitantes, ou 50,94 % da população de Diamante d'Oeste é urbana. É com base nesses dados que a administração municipal trabalha quando precisa fazer projetos para receber verbas de programas dos governos estadual e federal, os quais sempre são setoriais. E é aí que se torna muito difícil ser um pequeno município, principalmente no que se refere às demandas da população urbana. No caso em questão, existem políticas específicas para os indígenas, para os assentados, no entanto, a política pública mais representativa para a população urbana deste município é o Bolsa Família, política esta que é universal. Será que uma cidade como Diamante d'Oeste, com uma população de 5.027 habitantes consegue competir por projetos e programas em pé de igualdade com uma cidade como Curitiba que possui 1.751.907 habitantes?

A grande diferença entre esses municípios reside na composição da receita. Enquanto os grandes municípios conseguem arrecadar um razoável montante com as receitas próprias, os pequenos municípios sobrevivem em grande medida com os recursos advindos das transferências, como por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios -FPM. Este é o caso de Diamante d'Oeste, que diante da pequena arrecadação acaba por tornar-se dependente dessas transferências. No entanto, esses recursos apenas minimizam as dificuldades vividas por estes municípios, de forma que outras soluções precisam ser pensadas, como expôs Wanderley, o deslocamento é uma delas.

Imaginemos os habitantes da zona rural de um pequeno município com menos de 20.000 habitantes, dos quais metade habita a sede e os distritos definidos como urbanos. Num contexto local, construído em torno da concentração fundiária, a industrialização e a urbanização, para eles, são referências reais, sem dúvida, porém seus efeitos virtuosos lhes parecem longínquos, na medida em que, desigualmente implantados em nível nacional, traduzem-se, no plano local, por uma forte restrição da solidariedade urbana em termos de oferta de emprego, de bens e de serviços, de tal forma que lhes resta apenas o dilema precariedade x deslocamento, isto é, sofrer as restrições da oferta local ou deslocar-se por distâncias mais ou menos longas, em busca de seu acesso (WANDERLEY, 2009, p.11).

Em sua pesquisa, Wanderley (2009) refere-se ao deslocamento de trabalhadores da área rural, no entanto, em Diamante d'Oeste esse

deslocamento ocorre também com a população da sede. Trabalhadores da sede se deslocam diariamente para trabalhar em frigoríficos de cidades vizinhas. Esse fenômeno não ocorre apenas em Diamante d'Oeste, está presente em diversos pequenos municípios pelo País. É o que a literatura tem denominado de cidades dormitórios, o que comprova a debilidade dessa urbanização que não consegue oferecer direitos básicos ao cidadão, como por exemplo, o direito ao emprego. Mas, em Diamante d'Oeste, a situação torna-se mais complexa por que se o urbano da relação estudada é um urbano "frágil", o rural composto por minorias étnicas e sociais ocupa uma posição de destaque no que se refere a sua capacidade de articulação com diferentes esferas do poder e ainda com outros atores sociais, como será exposto no terceiro tópico deste capítulo.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A AUTONOMIA MUNICIPAL

Em grande parte da história da República no Brasil, o poder municipal esteve subordinado ao governo federal. No entanto, a constituição de 1988 veio com a promessa de alterar este quadro ao promover a descentralização do poder, concedendo assim maior autonomia para os municípios. Mas, na prática, como essas questões estão colocadas? Através da análise da realidade vivenciada pelo município de Diamante d'Oeste, uma questão tornou-se latente: até que ponto os municípios são realmente capazes de formular e financiar políticas públicas que expressem os interesses de seus cidadãos? Se, por um lado, a descentralização financeira possibilitou um representativo aumento das receitas municipais, por outro, novas obrigações foram progressivamente criadas pelo governo federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal reflete essas mudanças, pois determina o percentual que os municípios devem gastar em diferentes áreas. O gasto com pessoal, por exemplo, não pode passar de 60% da receita corrente líquida. Na educação e na saúde básica o investimento deve ser de no mínimo 25% e 15% respectivamente. Além destas vinculações orçamentárias obrigatórias, qual é o percentual da receita municipal que fica a disposição do município para que ele exerça esta referida autonomia?

A Constituição de 1988 foi elaborada em meio à euforia gerada pelo processo de abertura democrática e trouxe muitas mudanças, pelo menos no que se refere à questão normativa. Esse texto constitucional que alguns teóricos chamam de “A constituição cidadã” garante o direito à participação direta dos cidadãos na vida política do País ao instituir o plebiscito, o referendo e a possibilidade da apresentação de projetos elaborados a partir da iniciativa popular. Como nos diz Almeida M. (2003) essas mudanças, a princípio, transformaram o município no alicerce da democracia. Porém, esta opção foi uma decisão corajosa segundo ela, pois,

No Brasil, a mais de um século, o município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas (ALMEIDA, 2003, p.126).

O cenário acima descrito indica uma incapacidade histórica do poder local de conviver com a democracia, no entanto, no período da transição democrática o Município passou a ser visto como o ente federativo que promoveria o fortalecimento da democracia, pois, em tese este é o lócus do contato direto entre as instituições públicas e o cidadão, possibilitando uma maior participação e conseqüentemente maior fiscalização destes em relação ao poder público. Mas, esses novos canais de participação popular garantidos pela Constituição de 1988 foram pouco utilizados até o presente momento. Tanto o plebiscito quanto o referendo foram acionados uma única vez, sendo que o primeiro convocou a população para decidir a respeito do regime de governo, permanecendo a república presidencialista, já o referendo colocou em debate se a população civil deveria ou não possuir direito ao porte de arma de fogo, no qual a população se posicionou favoravelmente a questão. Mais controvertido foi o caminho tomado pela possibilidade de apresentação de projeto de lei por iniciativa popular, pois todos os projetos que foram elaborados devido a uma demanda da sociedade civil só chegaram a ser apresentados no congresso após a assinatura de um parlamentar. Portanto, nos resta analisar a participação popular a nível local, como a criação dos conselhos municipais. Para Dombrowski (2010), a situação acima descrita,

seja da inibição dos canais de participação popular a nível federal por um lado, e da crescente obrigatoriedade sobre os municípios revela a estratégia adotada pelo governo central de delimitar a autonomia das unidades subnacionais.

“...do ponto de vista institucional, os municípios, definidos pela constituição como entes federativos, autônomos, não estão subordinados hierarquicamente aos governos estadual ou central e não são obrigados a seguir determinações políticas ou administrativas. Por isso a submissão das unidades sub-nacionais ao governo central somente pode ser obtida a partir da manipulação de incentivos financeiros, possível apenas graças à posição privilegiada da união na estrutura fiscal.” (DOMBROWSKI, 2010, p.10).

Como exposto acima, mesmo diante da descentralização resultante da Constituição de 1988, o governo central ao estabelecer exigências para efetivar os repasses financeiros criou novos mecanismos de controle sobre os municípios. A tese central do autor acima citado é que o governo federal deixa uma estreita margem de deliberação a nível local que passa a ser disputada entre as instâncias de participação popular e o poder local. E ainda, a obrigatoriedade da criação dessas instâncias, como é o caso dos conselhos municipais, servem para manter o que ele denominou de “controle social” da sociedade civil sobre o poder local. Suas conclusões vêm ao encontro da linha de pensamento desenvolvida neste trabalho, pois evidenciam que os municípios pouco interferem no desenho das políticas, principalmente as sociais. “Os municípios são, portanto, no seu conjunto, incapazes de promover políticas adequadas aos interesses da sociedade local independente da mediação das elites centrais” (DOMBROWSKI, 2010, p11). Os mesmos acabam por seguir as políticas desenhadas a nível federal, não conseguindo elaborar projetos próprios a nível local.

Acrescentamos ainda, no caso de Diamante d’Oeste, além da participação da sociedade civil e do poder local existe mais um ator social que ajuda a desenhar a política municipal, a Hidrelétrica de Itaipu. Nessa relação de forças quais desses atores ou grupos conseguem se sobrepôr? Qual demanda é atendida? Qual projeto se efetiva? No tópico que segue será realizado um esforço para responder a estas questões.

2.3 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: LUGAR DO ENCONTRO DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS

Além de ser lugar institucional, a administração municipal é também lugar de mediação, e cabe ao poder local negociar com os diferentes atores sociais, pois, é resultante desta negociação entre diferentes projetos que as dinâmicas territoriais do município vão se conformando. Daremos voz aos diferentes atores sociais, e também para a administração municipal, pois desta forma será possível captar como se processam as relações entre esses grupos e como se efetivam os projetos. Partimos do pressuposto de que todos os grupos sociais possuem projetos territoriais específicos e, até mesmo no interior de um grupo pode haver projetos concorrentes, no entanto, do embate entre diferentes projetos individuais sempre há a sobreposição de um deles ou a conformação de outro que irá representar esta coletividade. Outro nível de disputa se dá quando se insere nesta relação projetos institucionais, ou seja, além dos seus próprios projetos outros são formulados para esta comunidade por órgãos governamentais ou outras instituições. Em um universo social mais amplo, como é o caso da figuração social estudada que compreende os diferentes grupos do Município, a efetivação de um ou outro projeto vai depender dos diferentes graus de institucionalização e de legitimidade subjacentes a cada um deles.

Na análise que será desenvolvida abaixo, Gilmar Eugênio Secco, que foi prefeito por duas gestões, no período de 1997 a 2004, estará representando a administração municipal. A opção por analisar o período em que ele esteve à frente do poder municipal se deve ao fato de ter sido em sua gestão que a primeira aldeia indígena e também o assentamento do MST se estabeleceram em Diamante d'Oeste. Atualmente ele trabalha na Itaipu e compartilha com as ideias da atual gestão em relação à importância do desenvolvimento de programas e convênios que promovam o desenvolvimento social e ambiental da região de influência da Itaipu. Para ampliar um pouco mais o conhecimento sobre as ações desenvolvidas pela hidrelétrica, entrevistei também o Diretor de Coordenação e Meio Ambiente, Nelson Miguel Friedrich, que possui uma trajetória que está entrelaçada com a política do Estado do Paraná e também com a Itaipu desde sua criação. Posteriormente, além do que a administração

municipal e a Itaipu, nas pessoas de Gilmar E. Secco e de Nelton M. Friedrich respectivamente, falaram das comunidades indígenas e dos assentados, traremos para o debate a apreensão dos próprios grupos a respeito de suas trajetórias, tendo como parâmetro as observações e conversas informais que tive com diferentes pessoas das comunidades, mas principalmente, com base nas entrevistas realizadas com o vereador Adão Soares da Silva, que é assentado e com o professor indígena Teodoro T. J. Alves.

Gilmar Eugênio Secco afirma que a sua primeira reação enquanto prefeito foi de surpresa e apreensão quando soube que uma comunidade indígena passaria a fazer parte do Município, em 1997, primeiro ano de sua gestão. Sabia da situação precária e dos problemas sociais, como o alcoolismo e prostituição, que algumas comunidades indígenas estavam vivendo na região. Segundo ele, o índio era visto como “problema”. Somando-se a isso, ele já visualizava grandes dificuldades em administrar o Município, pois este possuía um dos IDH mais baixo da região e um grande percentual²³ da população era composta por trabalhadores volantes. Este é o cenário montado através da fala inicial do ex-prefeito Gilmar E. Secco. Esses dados me parecem muito relevantes já que demarcam o momento em que o mesmo se depara com diferentes demandas, advindas de diferentes grupos sociais do Município. A análise da sua fala que será empreendida a partir daqui tem o intuito de mapear qual foi o seu posicionamento diante dessas questões. Mais especificamente, vamos buscar respostas para as seguintes questões: quais eram as demandas desta população composta por trabalhadores volantes? Quais eram seus projetos? A administração municipal ou outra instituição formulou algum projeto para este grupo? E hoje, quatorze anos depois, qual o lugar ocupado por estas pessoas no Município? Da mesma forma iremos nos questionar a respeito das comunidades indígenas e dos assentados do MST, quais foram os projetos formulados por esta comunidade ou para esta comunidade? E, qual a situação vivenciada por elas hoje?

Em relação à comunidade indígena, o ex-prefeito afirma que a administração municipal só foi avisada das pretensões da FUNAI e da Itaipu de comprar a fazenda para os guaranis quando as negociações já estavam

²³ Segundo Secco 60% da população era composta por trabalhadores volantes, no entanto, ele não apresentou dados que pudessem comprovar tais informações.

praticamente acertadas e alguns indígenas já estavam analisando a fazenda há quase um mês. Quando a compra foi realizada e os indígenas chegaram ao Município, ele relata que as famílias se instalaram todas na sede da fazenda, e essa era a única estrutura que eles possuíam. Diante disso a administração municipal se sentiu obrigada a se informar a respeito desta comunidade, conhecer a sua cultura e quais seriam os caminhos que deveriam ser trilhados para buscar recursos e parceiros para auxiliar o Município. O escritório da FUNAI mais próximo fica na cidade de Guarapuava, a mais de 300 km de Diamante²⁴, por isso, além do contato estabelecido com esse escritório foram também na FUNAI em Brasília e na Assessoria para Assuntos Indígenas em Curitiba. Em 1999, a comunidade indígena conseguiu o primeiro convênio no valor de R\$ 52.000,00. Este recurso, segundo Gilmar Secco, chegou via FUNAI, no entanto, era uma verba da Itaipu que por questões burocráticas teve que ser primeiramente repassada aquela instituição. Ao Município coube somente a articulação e o acompanhamento técnico. Este convênio, segundo ele, não obteve muito êxito, poucas melhorias foram realizadas na aldeia, este fracasso é atribuído ao fato de não existir um escritório da FUNAI próximo ao Município.

Este problema foi minimizado a partir de 2003 com a mudança de gestão da Itaipu. Como nos afirma Nelton Miguel Friedrich, quando falamos na Hidrelétrica de Itaipu é preciso pensá-la em dois momentos distintos. O primeiro refere-se ao momento do seu surgimento no qual as iniciativas na área ambiental e social não eram muito representativas. E, aquelas que eram representativas como, por exemplo, os royalties pagos atualmente aos municípios que tiveram parte de suas terras atingidas pelo alagamento provocado pelo lago de Itaipu referem-se ao cumprimento dos dispositivos legais. O segundo momento iniciou-se em 2003 quando Jorge Samek assumiu a diretoria da Itaipu. Ao falar do início dessa gestão, Friedrich diz “quando nós chegamos”, isso se deve ao fato de já ter trabalhado junto com Samek, no período em que José Richa foi governador do estado do Paraná (1983-1986).

²⁴ Segundo Gilmar E. Secco um escritório da FUNAI será instalado na região. Primeiramente foi cogitado o município de Toledo, no entanto, a administração dos municípios de Diamante d'Oeste, São Miguel do Iguçu e Guaíra se posicionaram contra já que naquele município não há aldeamento. As negociações caminham para que este posto seja instalado em Guaíra.

Friedrich foi também Deputado Estadual e Federal, participou da Constituinte e, segundo ele, ajudou a criar a “Frente Verde” e a “Frente Índio”, sendo estas as áreas em que mais atuou.

O projeto Cultivando Água Boa criado nessa gestão é representativo da nova missão de Itaipu, que seria gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade ambiental e social. E vem obtendo êxito, segundo Friedrich, porque esse grupo é composto por pessoas preocupadas com a justiça social, que participaram de lutas populares e que possuem experiência na formulação de políticas públicas. O referido programa foi desenvolvido a partir de uma visão sistêmica, por isso ele não contempla apenas os 16 municípios²⁵ atingidos pelo alagamento de Itaipu – mas sim, os 29 municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Paraná. Seus principais pilares são: trabalhar a cultura da sustentabilidade respeitando documentos como Carta da Terra, Metas do Milênio, Agenda 21; priorizar a atuação entre os segmentos econômica e socialmente mais frágeis e incentivar a participação comunitária. São 19 programas estratégicos e 65 ações que estão relacionados ao Cultivando Água Boa, no entanto, nossa análise será restringida ao tratamento dado as comunidades indígenas, mas especificamente as de Diamante d’Oeste. Foi a partir de 2003, com os projetos de sustentabilidade da Itaipu, que o município de Diamante d’Oeste passou a tornar-se um parceiro dessa Hidrelétrica. Em todos os convênios, esta se responsabiliza em média por 60% dos recursos e o restante é a contrapartida do Município. Segundo Secco, no primeiro ano desses projetos, houve uma grande melhora na condição de vida das comunidades indígenas. Eles teriam parado de pedir alimentos e roupas na cidade como também de ir ao lixão. Foi com o convênio com a Itaipu que a prefeitura instalou uma rede de água e abriu estradas dentro da aldeia. Além dessas melhorias, a prefeitura também construiu uma escola, que funcionou até a construção da escola nova pelo governo estadual em 2009, e o posto de saúde construído em parceria com a FUNASA.

²⁵ Nome dos municípios (paranaenses) e área atingida (Km²): Diamante d’Oeste (5,62), Entre Rios do Oeste (32,90), Foz do Iguaçu (201,84), Guaíra (51,01), Itaipulândia (179,73), Marechal Cândido Rondon (56,04), Medianeira (1,16), Mercedes (19,32), Missal (40,07), Pato Bragado (47,07), Santa Helena (263,76), Santa Terezinha de Itaipu (41,90), São José das Palmeiras (1,94), São Miguel do Iguaçu (90,91), Terra Roxa (1,58) (<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>).

A narração de Secco demonstra que a prefeitura e Itaipu desenvolveram uma grande parceria em Diamante d'Oeste desde os primeiros anos da presença da comunidade indígena no Município, e ele atribui esse êxito ao fato de que tanto a administração municipal quanto a Itaipu procuram respeitar a cultura guarani, pensando políticas e convênios que vão ao encontro dos anseios desta comunidade. Para exemplificar, ele relata o episódio da construção das moradias na Añetete, em 2004 (anexos 4 e 5). A princípio as casas seriam construídas através de um convênio da Itaipu com a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná - através do financiamento da Caixa Econômica Federal. O modelo das casas foi planejado dentro dos moldes do projeto de sustentabilidade da Itaipu, respeitando os traços da cultura Guarani, inclusive houve a participação dos próprios indígenas na definição de como seriam essas moradias. No entanto, como a Caixa Econômica não aprova financiamento para casas de madeira, o convênio foi barrado. O que gerou um conflito entre Itaipu e COHAPAR:

“Daí surgiu a briga, a COHAPAR querendo nos forçar a entrar e dar dinheiro para fazer a casa de alvenaria, mas a Itaipu não aceitava, pois achava que a comunidade tinha que manter a sua cara, a sua identidade. Essa briga acabou sendo salutar por que chegou um momento que isso gerou uma discussão tão grande que a comunidade indígena apoiou a COHAPAR na época, por que a comunidade queria a casa de alvenaria, com janela com cerâmica, uma coisa bem de branco. Até que chegou um dia que o cacique foi embora se pintou e voltou lá de cocar e tudo e se a prefeitura não estivesse lá para mediar a situação... Mas, no final foi bom por que a comunidade acabou sendo beneficiada, por que era para serem construídas 33 casas, mas ao final a Itaipu construiu 26 e a COHAPAR mais 26, dando um total de 52 casas” (Entrevista Gilmar Eugênio Secco, 06/06/2011).

É possível identificar de forma explícita nesse episódio de desencontros a disputa entre diferentes projetos criados para a comunidade indígena. Com essa situação, é possível verificar que em meio à discussão entre os dois atores, a Itaipu e a COHAPAR que em última instância representava o Estado do Paraná, o cacique para ser notado vai para casa e volta pintado e usando cocar, numa tentativa, me parece, de dizer que ele e sua comunidade, que eram os beneficiários da questão, se faziam presentes naquele local. O argumento do ex-prefeito é que a Itaipu e o Município não queriam transformar a aldeia em uma Vila Rural, construindo casas de alvenaria, denominada por

ele como “uma coisa bem de branco”. No entanto, o projeto agrícola que está sendo implantado nas aldeias não se assemelha ao que tem sido implantado em uma Vila Rural?

Secco afirma que a Itaipu não compartilha com a política assistencialista da FUNAI de distribuição de cesta básica, pelo contrário, ela busca sustentabilidade. Em seu discurso é possível identificar certa cobrança em relação aos recursos investidos na aldeia ao comparar a produção indígena com a produção de outros agricultores. “Se os índios têm as mesmas sementes que o branco, por que o branco colheu 200 sacas de milho e o índio só 30?”. Essa questão, como também a questão do preparo do solo para o plantio, que nas terras indígenas é feito com recursos advindos destes convênios com a Itaipu, são muito delicadas já que perpassam diferentes mundos sociais. Se por um lado o branco tem internalizado a busca pelo lucro, o índio conforme afirmou o Cacique Honório, produz somente aquilo que acha necessário para o consumo da família, não prevê a venda da produção. E ainda, conforme afirmação do professor indígena Teodoro, mesmo que a prefeitura tenha preparado a terra, o plantio só será feito no momento em que for propício conforme as práticas e crenças da cultura guarani.

No que se refere ao processo da aquisição da terra para a segunda aldeia, a Itamarã, que ocorreu em 2007, também é possível identificar dois discursos e conseqüentemente dois projetos subjacente aos mesmos. Por um lado, Secco nos diz que a prefeitura esteve à frente do processo de aquisição desse território. Segundo ele, após deixar a Aldeia Ocoy em 2002, essas famílias indígenas já haviam passado por diversos municípios próximos a Diamante, como Guaíra e Terra Roxa. Seu primeiro contato com o grupo se deu no dia em que de forma trágica essas famílias foram levadas de caminhão de Terra Roxa para Diamante d'Oeste e deixadas na praça da cidade juntamente com o corpo de uma índia que havia sido assassinada. Eles foram acolhidos por este Município enquanto as negociações eram realizadas com a FUNAI e a Governadoria do Ministério Público para a aquisição de uma propriedade. No entanto, o professor Teodoro nos relata que a aquisição dessa área se deu como resultado de muita luta travada pela própria comunidade. A fala do professor Teodoro demonstra que a saída deles da aldeia de São Miguel do Iguazu foi uma ação articulada, tanto é que ele nos fala de sua

estratégia, baseada nos dispositivos constitucionais, para a ocupação de território.

Essas duas perspectivas apresentadas servem para evidenciar que o objetivo perseguido neste trabalho é analisar as intenções de cada ator ao formular um projeto e, também, mensurar os diferenciais de poder entre os mesmos. No texto escrito pelo professor Teodoro a respeito da sua trajetória de vida ele afirma: “Em 2002 houve um pequeno desentendimento por parte da política interna e eu tive que sair da minha aldeia (Ocoy) procurar outro lugar para ficar com a minha família, ou formar grupo para requerer um espaço e reconstruir outra comunidade para recomeçar a nova temporada”. Esta fala deixa explícito que associado à conquista desse novo território ele havia idealizado um novo momento em sua vida, ou seja, ele tinha um novo projeto. Porém, em sua fala podemos identificar que, apesar de reconhecer que a presença da Itaipu é de grande importância, ele se ressentia pelo fato da comunidade não ter controle sobre os seus recursos. Mesmo com a preocupação da Itaipu e da prefeitura em consultar os indígenas ao formular política para essa comunidade, ao final esta política é da Itaipu e da prefeitura e não da comunidade. Diante disso, imagino que a busca por um cargo político, como foi almejado por este ator social ao disputar as eleições para vereador, é uma forma de buscar legitimidade para seus projetos.

A validade desta afirmação pode ser posta em análise através da trajetória do vereador Adão, que é morador do assentamento e que se utilizou da mesma estratégia. Segundo o vereador, quando ele e seus companheiros acamparam em frente à fazenda, que posteriormente foi desapropriada, a administração municipal não os apoiaram. Segundo ele, os acampados eram vistos como “problema”, que tanto o poder público como uma parcela da sociedade civil os viam com muita desconfiança. Essa situação alterou-se a partir do momento em que as famílias foram assentadas, no entanto, o preconceito ainda persistia. Diante desta situação, ele afirmou que a sua candidatura a vereador poderia ser uma forma de levar à administração municipal as demandas da sua comunidade. Nos anos de 2005 a 2008 ele ocupou pela primeira vez uma cadeira na câmara e agora está em seu segundo mandato, que se estenderá até 2012. Nas eleições de 2009, 80% do seu eleitorado eram moradores do assentamento e 20% dos votos foram

conquistados junto a pequenos agricultores e também por moradores da periferia da cidade, que segundo ele, são simpatizantes da ideologia do Movimento dos Sem Terra.

Ao perguntar ao vereador Adão se os assentados ainda sofriam preconceito obteve uma resposta positiva. Segundo seu relato, nem mesmo ele que tem uma posição de destaque dentro de sua comunidade por ocupar um cargo político se vê livre da identidade de “sem terra” que é atribuída aos moradores do assentamento até hoje. Em relação ao poder político, afirma que apesar de receber apoio de um ou outro vereador, ele se utiliza de mecanismos de pressão para aprovar alguns de seus projetos, como por exemplo, levar produtores rurais para a câmara no dia em que um projeto de interesse deles será posto em votação. É importante ressaltar que o vereador faz questão de deixar claro que em relação à situação vivenciada por eles há alguns anos houve uma mudança drástica no sentido de maior reconhecimento e valorização da comunidade tanto por parte da política local como também da sociedade como um todo. Não é muito difícil entender essa mudança em relação ao tratamento dado a este grupo, pois se em anos anteriores para efetuar uma compra a prazo no comércio estes trabalhadores precisavam deixar o seu RG com o dono do estabelecimento como garantia, no ano passado os mesmos movimentaram, segundo o vereador Adão, um milhão de reais no comércio, entre a compra de maquinários, materiais de construção e diversos outros produtos de primeira necessidade. Segundo dados obtidos junto ao técnico agrícola do assentamento, Osmar Dalprá, são vendidos semanalmente para a CONAB, que posteriormente repassa as comunidades indígenas, de 800 a 1.000 quilos de alimentos. É importante salientar que esses alimentos são orgânicos. Produzem ainda 8.400 litros de leite ao dia. Apesar de algumas propriedades do assentamento pertencer ao município vizinho de Vera Cruz do Oeste, toda a produção é vendida no município de Diamante d'Oeste, ou seja, todos os impostos são revertidos para esse Município.

Após sete anos de assentamento, é possível afirmar que as relações se complexificaram, pois se de um lado o preconceito persiste, como informou o vereador Adão, por outro os assentados criaram estratégias capazes de

influenciar positivamente a visão que o poder local e também uma fração da sociedade civil - principalmente os comerciantes - fazem deles.

É importante ressaltar que a produção de alimentos orgânicos é um dos programas estratégicos vinculados ao Cultivando Água Boa, que é desenvolvido pela Itaipu. No assentamento Ander Rodolfo Henrique, o slogan é de que este é um “assentamento agroecológico”, onde todas as famílias adotaram essa matriz produtiva.

Além de ter recebido em sua gestão esses dois grupos sociais, os indígenas e assentados, a administração de Secco deparou-se ainda com o problema da falta de emprego no Município. Segundo ele, esse alto índice de trabalhadores volantes no Município é resultante do fato das principais culturas desenvolvidas em Diamante d'Oeste terem sido a hortelã, o rami e o algodão, que necessitavam de trabalhadores manuais. Assim, após a substituição dessas culturas por outras, como o milho, nas quais a colheita é mecanizada, essa população ficou ociosa. Ao lhe perguntar a respeito das ações feitas para beneficiar essa população em sua administração, ele afirma ter trabalhado em três frentes: na educação, no incentivo a criação de indústrias e no apoio aos pequenos agricultores com o incentivo a agroindústrias. Diante da grande dificuldade de atrair indústrias para Diamante d'Oeste, já que os municípios do entorno tem melhores condições econômicas, em grande medida devido aos royalties que recebem de Itaipu, e acabam atraindo os investimentos, a administração adotou a postura de incentivar a criação de indústria por pessoas do próprio Município, o que resultou na criação de uma fábrica de calçados, um moinho, três confecções e uma fábrica de lingerie que geraram em torno de 100 empregos diretos. No entanto, esses postos de trabalho não foram suficientes para resolver o problema do desemprego, já que existe ainda hoje um grande número de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar em outros municípios.

O texto acima desenvolvido tem por objetivo trazer à tona as demandas de diferentes grupos sociais e comunidades de Diamante d'Oeste e como a administração municipal, através da negociação com diferentes atores sociais, se posicionou diante das mesmas. Secco nos diz que apesar de o prefeito ter por obrigação trabalhar em prol de todos os grupos sociais, na prática, neste Município, houve uma diferenciação e isso se deve ao fato da presença dos

mediadores. Para exemplificar, podemos nos utilizar de uma questão que gerou polêmica no início de 2011. A atual prefeita, Inês Gomes, foi informada de que havia sido aprovada a construção de mais uma escola nas comunidades indígenas. A Aldeia Tekoha Añetete inaugurou sua escola em 2009, e uma outra escola estava prevista para a Aldeia Itamarã. Como havia apenas 23 alunos em idade escolar nessa aldeia, somando-se ao fato de que foi adquirido um ônibus escolar novo para fazer o transporte desses alunos para a Aldeia Añetete, a prefeita sugeriu que esta escola fosse construída na cidade, passando a atender mais de 500 alunos. Seu pedido foi negado e para não perder esse investimento, a escola será construída na Aldeia e atenderá esse número reduzido de alunos, situação que gera muito descontentamento por parte da população que reside ou que tem filhos que estudam na Escola Estadual Diamante d'Oeste.

Ao perguntar a Nelton Friedrich se esses programas e convênios da Itaipu são uma tentativa de reparação pelos danos causados a essa população no passado, ele afirma com muita veemência que não, e aponta para o fato de que as ações hoje desenvolvidas por esta hidrelétrica vão além dos municípios limítrofes. Lembra até que na década de 1980 participou do Movimento Terra e Justiça Social, que lutava pelos direitos dos atingidos pelo alagamento de Itaipu. É enfático ao dizer que há 30 anos não existia esse conceito de “cuidado” que temos hoje em relação ao meio ambiente e que a Itaipu atingiu sete mil famílias, em torno de quarenta mil pessoas e que todas elas foram indenizadas. Em relação à comunidade indígena, o levantamento realizado pela Itaipu encontrou apenas 13 famílias, segundo ele, essa comunidade já havia sido dispersada pelo processo de colonização que se intensificou a partir da década de 1940 e 50. Tanto Friedrich como Secco relataram que quando houve o alagamento provocado pela Itaipu a população indígena já estava muito reduzida na região. No entanto, como nos diz Silva (2007), para o guarani, o seu Tekoha não se reduz aos aldeamentos, eles veem como seu território todos os lugares por onde eles passam, ou, por “onde eles andam”. E ainda, a preocupação de Secco a respeito da dificuldade de se “lidar” com os guaranis, já que eles se mostram às vezes arredios ou “desinteressados”, pode ser melhor entendida com a citação abaixo, retirada da tese do antropólogo

Evaldo Mendes da Silva, que procurou entender o significado do deslocamento para a cultura guarani.

Os episódios sobre a transferência dos Mbya e Nhandéva para as áreas delimitadas pelos governos, os postos, indígenas, mostram que ocorreram diversas situações de enfrentamento, fuga e negociações com os brancos. Mas o que chama a atenção nestes episódios é que, além de tudo isso, há ainda outro componente em particular que fazia com que rejeitassem, de início, a vida nos postos: a possibilidade de perderem a sua liberdade de locomoção. Até o final da década de 1970, os Mbya e Nhandéva alternavam períodos vivendo em áreas delimitadas pelos governos e vivências em seus próprios assentamentos, livres do controle oficial. Do final da década de 1970 em diante todas as áreas por eles ocupadas se encontravam sob a jurisdição de governos e/ou instituições religiosas. Em determinadas situações, a criação destas áreas, administradas por brancos, representou ameaça à mobilidade dos seus moradores. O problema maior era a incompreensão e, muitas vezes, a recusa por parte dos administradores, em permitir que os moradores visitassem seus parentes em outros lugares e que recebessem a visita deles. Essa incompreensão subsiste até hoje. Nas conversas que mantive com diversos administradores, o assunto principal era a dificuldade que eles têm em implantar e desenvolver projetos agrícolas ou de criação animal como alternativa de renda e de produção de alimentos nos postos indígenas Mbya e Nhandéva. O comentário mais freqüente é que os “guarani não param” e que por isso os projetos iniciados são sempre interrompidos. (SILVA, 2007, p. 72).

O trabalho de Silva (2007) nos possibilita perceber que para além de resgates culturais da cultura guarani, como ocorreu quando a Itaipu levou indígenas para o Rio Grande do Sul para conhecerem como eram as casas típicas dessa comunidade naquele estado, o “ser” guarani pôde ser fortalecido com os deslocamentos, pois é nesse processo de ir e vir, do contato com diferentes indivíduos e grupos que a relação de alteridade se estabelece e a identidade pode ser fortalecida. A persistência e continuidade desses deslocamentos da comunidade guarani, mesmo diante da explícita tentativa por parte dos órgãos institucionais de fixá-los nos aldeamentos, pode ser visto como uma forma de sobrevivência dos seus próprios projetos. Mesmo diante de projetos com alto grau de legitimidade como são os formulados pela FUNAI e até mesmo pela Itaipu, os guaranis, pelo menos parte deles, têm uma grande capacidade de se readaptarem as novas situações, como afirma Silva (2007), eles transformaram os aldeamentos, que a princípio restringia sua liberdade,

em pontos de partida, já que o maior fluxo de carros da FUNAI, FUNASA, entre outros, facilitou o seu deslocamento.

CAPÍTULO III

A BUSCA PELA IDENTIDADE E OS CAMINHOS DO PERTENCIMENTO

O intuito a ser perseguido neste capítulo é, por um lado, analisar como Diamante d'Oeste, um município de emancipação relativamente recente, tem buscado construir e fortalecer sua identidade e, por outro, entender como se constrói o pertencimento através da análise das percepções que alguns grupos sociais elaboram em relação aos outros. Primeiramente, abordaremos a importância da festa que ocorre em homenagem ao aniversário do Município, momento em que ficam muito evidentes os esforços empreendidos pela administração municipal em exaltar a cultura local e ao mesmo tempo demarcar o que é ser diamantense.

Em seguida, tendo como base a aplicação do método de pesquisa chamado de mapa cognitivo, analisaremos a percepção dos moradores da sede municipal (e, principalmente, nem indígenas nem assentados) sobre os grupos sociais que fazem parte do Município. É importante trazer essa discussão, pois o que me motivou a fazer esse trabalho foi justamente o fato de identificar no discurso de alguns alunos, quando desenvolvia o Projeto Oficinas de Cidadania, certo “ressentimento” para com os assentados e, sobretudo, para com as comunidades indígenas, pois estes eram vistos como “privilegiados”, por receberem mais recursos advindos tanto de políticas públicas de órgãos oficiais como a FUNAI e o INCRA, quanto de convênios com outros atores sociais, como a Hidrelétrica de Itaipu.

Na medida em que, ao longo da pesquisa, ia conhecendo mais o Município e, conseqüentemente mantendo contato com outras pessoas, esse discurso se repetia. Ouvi essa afirmação de um grupo de mulheres que esperava atendimento no posto de saúde; de alguns trabalhadores que aguardavam o ônibus para irem trabalhar em frigoríficos de cidades vizinhas e

até mesmo de uma assistente social do Município quando interrogada sobre o tempo que uma família espera entre o cadastramento no Bolsa família e o momento em que passa a receber o benefício. A resposta dada pela assistente social a esse questionamento ilustra exemplarmente essas falas de ressentimento que demarcam diferenças entre grupos sociais. Eis a resposta: “Depende. Pode demorar dois, três meses ou até um ano. A menos que seja indígena, pois nesses casos é muito mais rápido. A maioria consegue em um mês”.

Esta situação me instigou muito, pois ao contrário do que ocorre na grande maioria das situações nas quais assentados e indígenas são minorias sociais e étnicas, vítimas de desrespeito e do esquecimento, neste Município aparentemente haviam conseguido muita visibilidade. A princípio parece ter ocorrido uma inversão de papéis, os outsiders tornaram-se nesta relação estabelecidos. No entanto, estas falas referem-se às esferas econômicas e política, ou seja, trata da capacidade desses grupos de legitimar suas demandas. Porém, para além delas existe a dimensão social, para aquela parcela da população quem são os grupos e comunidades que fazem parte de seu universo social? A quem é atribuído o pertencimento?

Por fim, nos deteremos na análise do significado da ideia de pertencimento para os diferentes grupos desta figuração. Portanto, além das percepções dos descendentes dos colonizadores será analisada também a percepção de pertencimento dos guaranis que se constrói a partir de seus deslocamentos.

3.1 A FESTA COMO EXPRESSÃO DA BUSCA PELA IDENTIDADE

Através da Lei nº 8.674 de 21 de dezembro de 1987, o então governador do Paraná, Álvaro Dias, criou o Município de Diamante d’Oeste. Institucionalmente, o Brasil passou a contar com mais um município. No entanto, para além da esfera normativa existe também a dimensão simbólica. Como se constrói a identidade? O que é ser um cidadão diamantense? Quais são os caminhos percorridos para conseguir esse pertencimento?

A festa que acontece anualmente em comemoração ao aniversário de Diamante d'Oeste pode ser interpretada como um momento de construção de identidade. Existem diferentes concepções a respeito deste conceito, abordaremos duas delas. A primeira refere-se aos esforços empreendidos pelos Estados-Nações modernos na construção da identidade nacional. Nessas situações, Cuche (1999) nos diz que “o Estado torna-se o gerente da identidade para a qual ele instaura regulamentos e controles” (CUCHE,1999, p.188). Ao participar desta festa foi possível identificar que a busca da identidade empreendida pela administração municipal reflete a perspectiva acima mencionada. Apesar de estar tão presente no discurso das pessoas que fazem parte da administração municipal que Diamante d'Oeste é o “lugar da diferença”, que acolhe os diferentes grupos sociais, estas mesmas pessoas parecem não permitir que as identidades aflorem desses grupos, pelo contrário sentem-se os responsáveis pela gestão da mesma.

Nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2010, “a capital do rodeio dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu”, como o poder público convencionou chamar o Município, estava realizando a XI Festa do Peão de Boiadeiro e a segunda Festa do Leitão no Carrossel. Na primeira noite, a abertura se realizou com um café caipira e uma feira de produtos da agricultura familiar às 20 horas. Houve também a abertura do rodeio, show pirotécnico, finalizando a noite com o show de uma dupla sertaneja da região. Na segunda noite, as atrações, também iniciadas às 20 horas, se resumiram à segunda eliminatória do rodeio, seguido de baile. Já no domingo, o último dia de festa, a atração principal foi o almoço com o prato típico às 12 horas. Às 20 horas houve a final do rodeio e a entrega da premiação, seguido de baile. Durante todos os dias da festa havia uma estrutura montada, que além da praça de alimentação oferecia também outros tipos de diversão para a população como o parque de diversões e diversos outros jogos - como pescaria e tiro ao alvo. Havia também uma tímida exposição de animais, apenas algumas cabeças de boi. O que realmente me chamou a atenção foi uma exposição de painéis sobre o Programa da Itaipu Cultivando Água Boa e, de forma mais específica, a parceria com a Itaipu em relação a ações desenvolvidas em prol da sustentabilidade das comunidades indígenas.

No dia 19 quando cheguei ao Ginásio de Esportes e na Arena de Rodeio Coração Amigo, local em que foi organizada a festa, em torno de 9 horas e 30 minutos, havia uma pequena movimentação, aparentemente estavam presentes apenas os organizadores da festa. Por isso resolvi ir até a Casa de Idosos Morada do Sol, onde me hospedei no período em que residi em Diamante d'Oeste. Meu intuito era conversar sobre os primeiros dias da festa com a cozinheira que estava de plantão naquele domingo, pois havia planejado participar da festa na sexta-feira dia 17, porém, ao contrário do que havia planejado não pude me hospedar na Casa dos Idosos, por isso precisei ir embora às 20 horas, horário do último ônibus para Toledo. Nazira, a cozinheira que estava trabalhando naquele domingo, me disse que havia participado da festa nos dias anteriores. Ao lhe perguntar a respeito da presença indígena, ela me disse que havia visto alguns rapazes indígenas, porém, somente nos locais de acesso livre, como em torno dos brinquedos do parque de diversão e da praça de alimentação. Nos outros locais, como por exemplo, no rodeio e no baile, não lembrava ter visto indígenas. Conversei também com Celso Cardoso a respeito da feira de produtos da agricultura familiar que ocorreu no primeiro dia. Ele afirmou que os indígenas e os assentados haviam participado dessa exposição, os primeiros com produtos orgânicos e os indígenas com exposição de artesanato.

Mesmo não havendo muita movimentação quando cheguei ao local da festa foi possível observar que as mesas já estavam organizadas, e para a minha surpresa a primeira delas, que ocupava um lugar de destaque por estar em frente ao palco no qual ocorreram algumas apresentações, não estava destinada a prefeitura e conseqüentemente a prefeita e seus secretários, mas sim, para convidados da Hidrelétrica de Itaipu. A segunda delas estava reservada em nome da prefeitura de Diamante d'Oeste. Havia reservas também em nome da prefeitura de Ouro Verde do Oeste e São José das Palmeiras, que são municípios vizinhos, além de reservas em nome de outros órgãos como EMATER, de escritório de contabilidade, supermercado, materiais de construção da cidade e também em nome de algumas pessoas da sociedade civil e seus amigos. A compra da mesa está associada à aquisição de um leitão recheado acompanhado de salada, arroz, mandioca e também costela de boi assada. Além das mesas acima citadas, havia também a venda

no sistema de Buffet que oferecia a mesma comida, no valor de R\$ 15 por pessoa, para aqueles que chegavam em pequenos grupos. Aparentemente eram pessoas de classe social mais baixa do que aqueles que ocupavam as mesas anteriormente mencionadas.

De frente para as mesas reservadas havia um palco montado, no qual foi possível apreciar, no período que antecedeu e também durante o almoço, a apresentação de uma orquestra de viola. A figura 1 retrata a visão que tive, pois fui convidada a sentar-me à mesa reservada em nome da prefeitura de Diamante d'Oeste, e também a visão de todos os presentes que estavam vinculados a algum órgão público ou que tenham sido convidados por alguém que havia comprado uma mesa.



Figura 1: Visão obtida por aqueles que haviam reservado uma mesa na festa.

Logo atrás do local onde foi instalado o palco, há um salão onde foram servidas as refeições vendidas no sistema de Buffet. É, portanto, um local

fechado, diferenciado do ambiente acima descrito. Pareceu-me até mesmo escuro e pouco organizado (Figura 2).



Figura 2: Local reservado para as pessoas que almoçaram no sistema de Buffet.

Conforme informações do Assessor de Imprensa da prefeitura, Celso Cardoso, estavam presentes na festa mais de 1.000 pessoas (anexos 6 e 7). Foram assados 35 leitões recheados no carrossel (anexo 8) e no Buffet foram vendidas 130 refeições. Segundo ele, a festa foi um sucesso. Foram assados 05 leitões a mais do que no ano anterior, na primeira edição da festa. Os bons resultados alcançados o faz acreditar na continuidade da festa e que aos poucos a mesma se tornará uma tradição no Município.

Perguntei-lhe a respeito do porquê da escolha do prato típico, o leitão recheado no carrossel. Ao pesquisar a respeito desse prato foi possível identificar que em outros municípios do Paraná como Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Maringá, já houve festas que têm o leitão no carrossel como prato típico; a diferença é que nesses municípios o leitão além de recheado é também desossado. No entanto, segundo Cardoso, a ideia surgiu durante um

almoço com o ex-prefeito Gilmar Eugênio Secco. E que como a maioria dos municípios da região possui um prato típico, Diamante d'Oeste também "precisava" ter. O prato não foi escolhido por que a criação de suínos é referência no Município, mas sim, por eliminação, ou seja, já existia a festa do costelão em Medianeira, a do porco assado no rolete em Toledo, e várias outras nos municípios vizinhos, até que "inventaram" o Leitão no Carrossel. Podemos perceber nessa escolha um esforço em se diferenciar de outros municípios, principalmente de Matelândia, do qual Diamante d'Oeste se emancipou, e ao mesmo tempo, em criar elementos capazes, em tese, de aumentar a coesão interna do grupo. Além da prefeita Inês Gomes, seu esposo Gilmar E. Secco e o organizador da festa, Celso Cardoso, pessoas com as quais conversei, foi possível observar que estavam presentes vários secretários municipais, alguns vereadores, como também funcionários públicos, desde os que trabalham na prefeitura como também na área da saúde e da educação, e várias pessoas vinculadas ao comércio.

É importante salientar que estamos nos referindo a um ambiente no qual estavam reunidas mais de 1.000 pessoas. Não teria condições de reconhecer todos, principalmente por que havia um número razoável de pessoas que vieram de outros municípios. No entanto, é possível afirmar que apenas uma parcela da população se fazia presente na festa, pois não identifiquei a presença de indígenas nem tão pouco as famílias de assentados, pelo menos não estavam presentes aquelas famílias que conheci. No horário do almoço, fui até o salão onde estava sendo servida a comida no sistema de *buffet*, mas não reconheci ninguém que ali estava.

Quando cheguei na Casa de Idosos Morada do Sol no domingo, o almoço já estava sendo encaminhado. Perguntei se os idosos não haviam sido convidados para participar da festa, a Nazira, que estava preparando a refeição, disse que não, pelo menos não havia recebido nenhuma orientação a respeito. Ao visitar o assentamento, após a festa, comentei sobre feira de produtos orgânicos e o vereador Adão me disse que os assentados não haviam participado dessa exposição, ele alegou que em anos anteriores nunca foram convidados e que em 2010 houve o convite, porém, muito em cima da data da realização da festa o que inviabilizou a participação dos mesmos. Da mesma

forma, ao conversar com o professor João, que reside na Aldeia Añetete, fui informada de que eles não expuseram artesanato na referida feira.

Desta forma, nessa busca pela “identidade municipal”, que tem a pretensão de reunir todo esse universo em torno de uma identidade, é forjado um conceito de harmonia entre os diferentes grupos que não reflete a realidade das relações sociais entre os mesmos.

A noção de identidade homogênea tornou-se incoerente na atualidade, como afirma Hall (2001). A pós-modernidade trouxe consigo um novo sujeito, para o qual as velhas noções de identidade impregnadas de ideias como estabilidade, coerência e fixação já não são mais válidas.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2001. p.13).

Ao interpretar teóricos como Marx, Giddens, dentre outros, Hall (2001) construiu um panorama das principais características da modernidade, apontando a mudança contínua como um elemento central da mesma. Enfatiza também que a globalização é um importante processo de mudança que resultou em grandes transformações na identidade cultural. Um conceito importante que Hall (2001) recupera de Laclau é a ideia de “deslocamento”, ou seja, na pós-modernidade não há um elemento central que articula todos os outros ao seu redor. Na modernidade, a classe representou essa identidade central, no entanto, na atualidade, as relações de conflito não são mais colocadas de forma polarizada entre proletários e burgueses, entre os vendedores da força de trabalho e os detentores de capital, que está subentendido na noção de classe. As lutas e reivindicações de diferentes grupos sociais, que explodiram principalmente na década de sessenta, extrapolaram esta relação. O movimento feminista, as lutas em prol da questão ecológica e o movimento negro, dentre outros, são representativos deste processo, que é denominado de Novos Movimentos Sociais. É este o cenário em que a diferença surge como elemento central para pensarmos a cultura e a identidade. E é deste processo que surgem as políticas para os povos e comunidades tradicionais. Os indígenas possuem uma identidade étnica que

dentro das perspectivas políticas atuais torna-se um instrumento de luta e reivindicações, o que Cucho (1999) denominou de “estratégia de identidade”. No mesmo sentido, Barth afirma que no que se refere às minorias e sua relação com o sistema global, são três as estratégias possíveis.

A primeira, podem tentar fazer-se passar por membros da sociedade industrial e do grupo cultural preestabelecidos (...) segunda, podem aceitar um estatuto de “minorias” (...), terceiro, podem escolher o realce da identidade étnica, utilizando-a para desenvolver novas posições e padrões, para organizar atividades naqueles setores que antigamente não eram encontrados em sua sociedade, ou não eram adequadamente desenvolvidos para os novos objetivos (BARTH,1998, p.220).

Assim, este trabalho adota essa segunda perspectiva de identidade, que vai ao encontro do pensamento de Hall (2001), Cucho (1999) e Barth (1998). Onde os grupos sociais são analisados em suas especificidades, levando em consideração os diferenciais de poder existentes entre os mesmos, resultante das diferentes estratégias de identidade utilizadas. A população da área urbana do Município se apresenta como um grupo mais heterogêneo, não possui características inerentes a um grupo tradicional como, por exemplo, uma forma de organização social própria. Logicamente que possuem uma identidade, no entanto, uma identidade social. Podem-se reunir em um indivíduo várias identidades, como a nacional, de gênero e religiosa. No entanto, muitas vezes essas diferentes identidades não conseguem, assim como a identidade étnica, na atual conjuntura tem conseguido reunir e fortalecer os grupos sociais. Porém, esse reconhecimento ocorre no que se refere à capacidade de legitimar as demandas desse grupo e também se expressa no discurso de parcela da população residente na área urbana, mas, quando se refere à noção de pertencimento, a população indígena e também os assentados ainda não foram incorporadas a esse universo social. Este tema será tratado a seguir, através dos resultados obtidos com a realização dos mapas cognitivos.

3.2 MAPA COGNITIVO: A IDEIA DO PERTENCIMENTO

Este trabalho põe em análise relações conflituosas entre diferentes grupos sociais. Até aí não há nada de novo, pois as relações sociais são atravessadas por conflitos os mais variáveis. De acordo com Simmel (MORAES FILHO, 1983), o conflito é inclusive constitutivo da vida social. Porém, o específico da relação estudada neste trabalho é que os grupos que ganharam visibilidade na figuração social em análise são os assentados e indígenas, que na grande maioria das relações carregam o estigma de minorias desviantes, ao passo que uma parcela da população urbana, residente há mais tempo em Diamante d'Oeste, passou a se identificar como os “prejudicados” e “esquecidos” desta relação. Em um primeiro momento, a análise desta relação, segundo a perspectiva da figuração estabelecidos e outsiders, formulada por Elias (2000), a população residente na área urbana e demais comunidades rurais seriam os estabelecidos, e os indígenas e assentados os outsiders. No entanto, para entender esta relação é necessário propor uma inversão e também uma ampliação deste “paradigma empírico”. Pois, a população que reside a mais tempo em Diamante d'Oeste conforma, na esfera municipal, o grupo dos estabelecidos. Mas este mesmo grupo é, em alguns momentos, invisibilizado do ponto de vista do grau de legitimidade de suas demandas. Por outro lado, os outsiders – no caso, os indígenas e assentados – pelo grau diferenciado de visibilidade que conseguem dar às suas demandas, são vistos como “privilegiados” pelos membros dos grupos estabelecidos como beneficiários não legítimos de vantagens indevidas. A inversão consiste, então, no fato de que o mesmo grupo social pode ocupar as duas posições, de estabelecidos e outsiders. Esta figuração, estabelecidos e outsiders, como definida por Elias, precisa, portanto, ser pensada em múltiplas escalas. Daí decorre sua ampliação, já que não pode ser tomada, neste caso, como expressão de relações puramente locais. Dependendo da escala de análise (local ou nacional, por exemplo), o mesmo grupo social pode ser considerado estabelecido ou outsider. Indígenas e assentados seriam outsiders em relação aos espaços de decisões locais e às elites políticas do Município e estabelecidos no que se refere à sua capacidade de institucionalização de demandas. Neste sentido, o tempo não é mais o único elemento de coesão social, a identidade étnica no caso dos grupos indígenas, e o encontro das

trajetórias unidas pela luta em torno do direito a terra, no caso dos assentados do MST, tem se mostrado, neste caso, como constituidores de coesão.

No capítulo anterior, foram colocados em destaque os meios pelos quais assentados e indígenas tornam-se os estabelecidos, mas em quais situações são outsiders?

A atividade denominada de mapa cognitivo, a qual tinha por objetivo captar o que as pessoas têm em mente quando imaginam quais são os grupos pertencentes ao seu universo social, foi desenvolvida numa tentativa de responder a esta questão. A princípio imprimi em uma folha o contorno do mapa do município de Diamante d'Oeste (anexo 9). Em um segundo momento, ao abordar as pessoas, dizia que era para elas pensarem na seguinte situação: elas estavam diante de alguém que era de outro Município e que queria conhecer Diamante d'Oeste. E cabia a eles a tarefa de apresentar o seu Município – deixei claro que o município engloba tanto a área urbana como a rural. Pedi para que as pessoas abordadas escrevessem dentro do mapa do município o nome de tudo que existe em Diamante d'Oeste, tudo que elas achavam importante que essa pessoa conhecesse, todas as instituições, órgãos públicos, comunidades e todos os grupos sociais pertencentes ao Município.

Desenvolvi esta atividade primeiramente nas Escolas do Município. Na Escola Municipal Presidente Kennedy, as turmas escolhidas foram a primeira e a quarta séries do Ensino Fundamental. Tentei utilizar uma linguagem adequada para idade dos alunos, no entanto, na primeira série, a atividade não surtiu efeito, pois as crianças tinham apenas 05 anos e ainda não eram alfabetizadas. Já na quarta série, dos 21 alunos, 05 relacionaram no mapa as aldeias indígenas e apenas 01 o assentamento.

Na Escola Estadual Diamante d'Oeste, as séries escolhidas foram a quinta e a oitava séries do Ensino Fundamental e o terceiro ano do ensino Médio. Na quinta série, entre 25 alunos, apenas 03 relacionaram as aldeias indígenas e não houve nenhuma menção ao assentamento. Dos 31 alunos da oitava série, 14 deles mencionaram o assentamento. Isso se deve ao fato de que existiam alunos oriundos de lá. Porém, não houve nenhuma citação às aldeias. No terceiro ano estavam presentes na sala de aula no dia da atividade 15 alunos, dos quais 03 mencionaram as aldeias e 03 o assentamento.

Somando-se aos resultados obtidos no universo escolar, achei que seria interessante estender essa atividade para um número maior de pessoas. Assim, defini mais três segmentos para aplicação do mesmo: funcionários públicos, comerciantes e pessoas da sociedade civil que foram abordados na rua de forma aleatória. Nestes segmentos, optei por uma amostra menor. Entre os funcionários públicos, quatro dos cinco que desenvolveram a atividade citaram tanto o assentamento quanto as aldeias. No comércio, três pessoas citaram as aldeias e uma delas o assentamento. Em relação às pessoas da comunidade, houve uma citação apenas de cada um dos grupos do total de cinco participantes. De maneira geral, apareceram nos mapas muitas citações das instituições públicas do Município como a prefeitura, câmara, hospital, supermercados, lojas de confecções e calçados, como também diversas comunidades rurais. No entanto, os assentados e as comunidades indígenas foram pouco lembrados. A tabela abaixo nos ajuda a mensurar, a aparição desses grupos em cada uma das séries e segmentos pesquisados.

Resultados do Mapa Cognitivo – Universo pesquisado e o percentual dos entrevistados que citaram o assentamento ou as comunidades indígenas			
<i>Série</i>	<i>Total de alunos</i>	<i>Citações aos assentados ou indígenas</i>	<i>Total das citações em %</i>
4 ^a	21	5	23,8
5 ^a	25	3	12
8 ^a	31	14	45,1
3 ^a	15	4	26,6
Outros setores da comunidade			
<i>Funcionários públicos</i>	5	4	80
<i>Comércio</i>	5	4	80
<i>Comunidade</i>	5	2	40

Com uma das pessoas da comunidade com a qual desenvolvi o mapa cognitivo eu fiz o processo inverso, ou seja, antes de falar da atividade tentei estabelecer um diálogo. Sabia, devido a observações feitas em dias anteriores,

que ela trabalhava no frigorífico Copagrill²⁶, assim, comecei a conversa lhe perguntando o que deveria fazer para trabalhar nesse frigorífico, posteriormente conversamos sobre a falta de emprego no Município, ela falou das dificuldades do deslocamento, do tempo gasto na estrada e do baixo salário, mas ao final disse que não tem opção, já que tem dois filhos para sustentar. Quando a questioneei se recebia assistência de alguma política pública, ela disse que não, que já havia se cadastrado na Secretaria de Assistência Social pra receber o Bolsa Família, mas que ainda não tinha tido nenhuma resposta, e acrescentou que se fosse índio já tinha conseguido. Logo após esta conversa, pedi para ela fazer a atividade e para minha surpresa, no mapa dela os indígenas não apareceram. Desta forma, a análise dos mapas cognitivos indicou que se por um lado os grupos indígenas e as famílias assentadas destacam-se nesta realidade social quando a questão é a sua capacidade de legitimar suas demandas, por outro, eles não são “lembrados”, não são vistos como parte integrante da vida social desta mesma realidade.

3.3 NARRATIVAS DE DESLOCAMENTOS: PROCESSOS QUE CRIAM FORMAS DE PENSAR O PERTENCIMENTO

A análise desenvolvida acima resultou na constatação que a figuração, estabelecidos e outsiders, elaborada por Elias (2000), precisa passar por uma inversão e também uma ampliação para poder dar conta do universo social estudado. No entanto, nesse tópico, voltaremos a discutir o elemento apontado por este autor como o responsável pelos conflitos entre as diferentes comunidades por ele estudadas, o tempo de residência. Em Diamante d’Oeste, é comum ouvir que os indígenas e assentados são “novos” no Município. Enquanto que as demais comunidades e a população urbana sentem-se herdeiros, pois são descendentes dos colonizadores que foram, em tese, os “primeiros” a criarem um projeto territorial que resultou na ocupação e consequente transformação desse espaço. Diante dessa perspectiva, essa população se sente pertencente a esse “lugar”, e ao mesmo tempo os

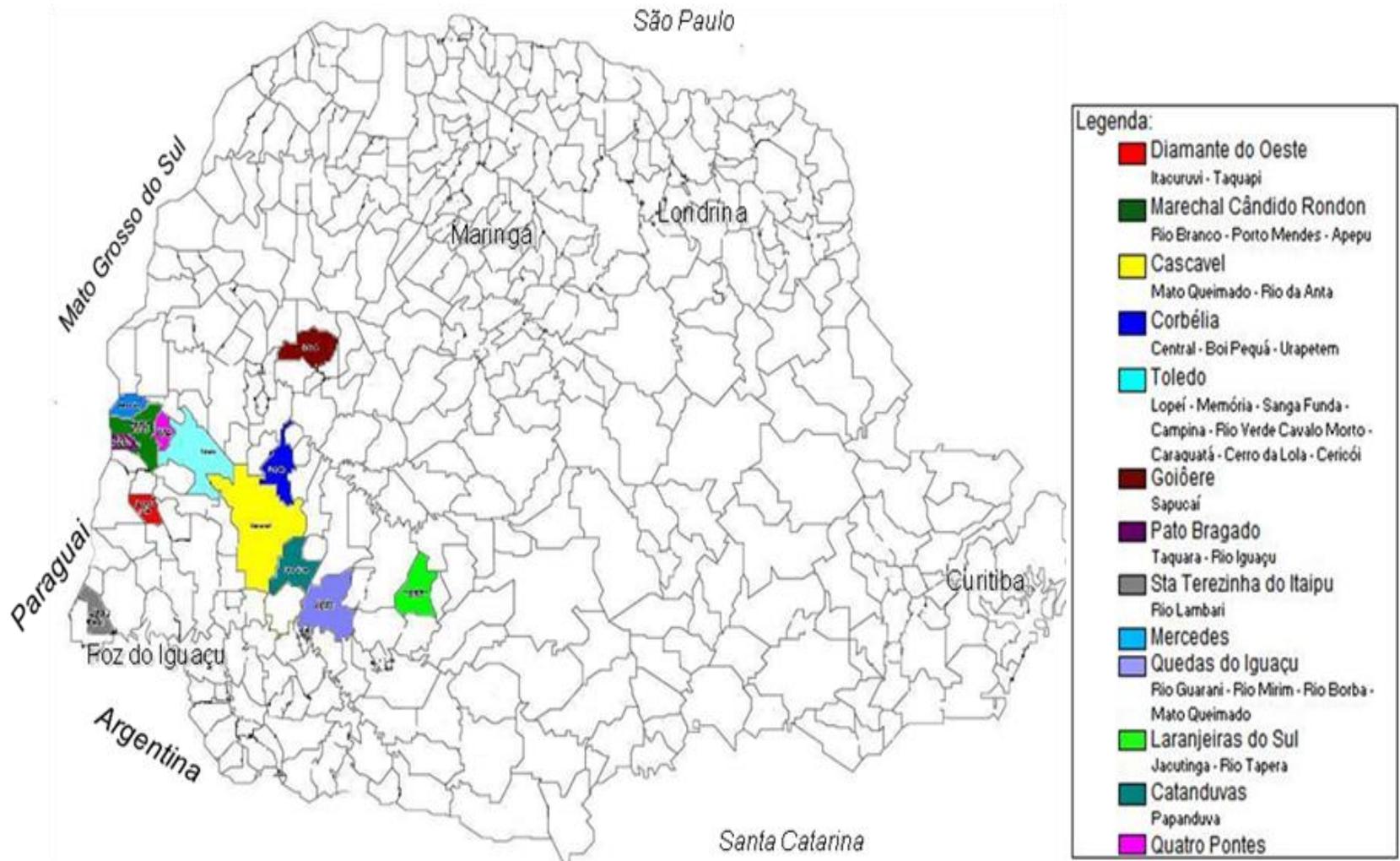
²⁶ Este frigorífico localiza-se em Marechal Cândido Rondon a 89 km de Diamante d’Oeste.

indígenas e assentados que chegaram há menos tempo no Município são identificados como “novos grupos sociais”. No entanto, a narração do Cacique e rezador Honório Benitz sobre a trajetória de vida de sua família desconstrói esta argumentação. Segundo ele,

O território do guarani, nosso território nacional, era ocupado pelo índio guarani e mais outros índios que existe no Brasil, então, tinha uma grande liberdade pra gente caminhar. Não tinha colonização de terra ainda, eu caminhava com minha mãe lá de Toledo a Porto Mendes a pé, às vezes eu posava na estrada (...). Então quando me conheci como homem fiquei sabendo onde morei, então tem 31 ou 32 lugares que nós ocupava dentro do Paraná. Então no Toledo quando tinha 7 ano, nós morava no tal Lopeí, agora uma vilinha que chamado Bom Princípio, nós morava ali, meus avó, meu tio meus irmãos, tudo morava ali, moremo mais ou menos 50 anos (...). Primeiro eu anotei aqui Central, Município de Corbélia, depois tem Boi Pequá que é município também de Corbélia, depois tem Memória, que é já município de Toledo, depois tem Sanga Funda, Sanga Funda fica no Município de Toledo também, Campina, também fica no Município de Toledo, Itacuruvi é município de Diamante D'Oeste, aqui onde é São Sebastião agora. Depois Rio Verde, Rio Verde fica em Município de Toledo, fica perto de Vila Baiana ou Vila Mineira uma coisa assim. Depois tem Cavalo Morto que fica município (distrito de Toledo) de Vila Nova, vindo de lá de Vila Nova a primeira sanguinha que tem, depois é Caraguatá, também fica no Município de Toledo (...), Pra cá de Bom Princípio no município de Toledo tem Boi Pequá. Mato queimado já fica no município de Cascavel, Sapucaí fica lá perto de Piquiri, fica no município de Goioêre. Pacova também fica no Norte, mas fica no Paraná. Taquapi também é aqui no Diamante, perto do Rio São Francisco, depois tem o Rio Branco no município de Porto Mendes, eu morei também. Taquara fica no Município de Pato Bragado, Rio Iguaçu no Município de Pato Bragado, que também morava índio aqui, Cerro da Lola fica no município de aquela vila como é que chama aquele, fica bem pertinho ali, não me lembro o nome (...). Rio Lambari pertence, Rio Lambari, então ele pertence ah, não sei se pra Santa Terezinha do Itaipu, é fica perto de Jacutinga entre o Rio Passoquê que é uma fazenda, depois tem o Lambari, é mais próximo a fronteira aqui. Rio da Anta fica dentro da cidade de Cascavel, então ali nós morava, eu morei junto com a minha mãe ali 12 anos, aí depois nós saimo dali e viemo pro mato queimado e depois moremo mais 2 anos ali, por que naquele tempo nós andava de um lado pra outro e não tinha pobrema nenhum. Depois tem o Apipu que é município de Porto Mendes, não sei se é Porto Mendes ou Mercedes, não sei, agora não to sabendo certo, só sei que esse lugar aqui que Apipu nós morava também. Cericói fica perto de Toledo um 12 km. Rio Guarani, fica lá no município de Quedas do Iguaçu, depois tem outro Mato Queimado, que é município de Quedas do Iguaçu também que o índio morou, apreço que tinha 70 famílias morando naquele local, mais ou menos 20, 25 anos que ele morou lá, depois o pessoal entrou lá, colonizaram aquele pedaço daí os índio saíram daí foram pra Jacutinga, que tem um chamado Jacutinga mas que fica dentro da aldeia agora de Laranjeiras do Sul. Depois que virou município tem mais um Rio Tapera, Laranjeiras do Sul, até meu pai, minha mãe, meu tio meu bisavô nasceram lá e moraram lá, depois tem o Rio Mirim, também fica no município de Quedas do Iguaçu também,(...) Rio Borba fica no Município de Quedas do Iguaçu também, Papanduva, já fica no município entre Catanduvás e Três Barras, depois tem Quatro Pontes e depois tem, Urapetem município de Corbélia, e depois tem esse, Quatro Pontes que também tinha índio, acho que morei 2 anos ali. (Honório Benitez. Entrevista realizada no dia 27 de maio de 2010).

A citação acima evidencia que através da análise da história de vida de apenas um dos membros das aldeias é possível identificar 32 localidades de ocupação indígena, que perpassam os limites geográficos de diversos municípios da região oeste. Segue abaixo um mapa dessa trajetória e a localização dessas comunidades, com exceção de Pacova, pois não foi possível identificar a que município pertence atualmente essa localidade. É importante ressaltar que duas delas estão localizadas dentro do território do município de Diamante d'Oeste.

MAPA DO PARANÁ - LUGARES PELOS QUAIS A FAMÍLIA DO CACIQUE HONÓRIO BENITEZ “PASSOU”



Assim, como podemos dizer que essas comunidades indígenas são novos grupos sociais? Estamos novamente diante de uma situação na qual há o cruzamento de dois mundos sociais. Pois, a noção de pertencimento não é a mesma para esses grupos. Por um lado, os descendentes dos colonizadores se posicionam como os herdeiros legítimos, pois este local foi escolhido por seus pais e/ou avós para se fixarem na terra e constituir uma família, por outro, os indígenas se sentem também pertencentes a esse local - de modo geral a toda a região oeste do Paraná e também regiões do Paraguai e da Argentina - justamente por causa dos deslocamentos, ou seja, os guaranis consideram como seu território todos os lugares por onde “passaram”. Como nos afirma Silva (2007), para os guaranis “mover-se no espaço é também um modo de constituir território”. No entanto, parece haver uma inversão nesses valores, pois, se para a população urbana e demais comunidades a fixação produz o pertencimento e para os indígenas esse mesmo pertencimento é produto dos deslocamentos, por que para parcela da população urbana que trabalha em frigoríficos de cidades vizinhas é imposto o deslocamento diário e para os indígenas querem impor, através de projetos agrícolas e “acordos” realizados com a administração municipal, a fixação?

Há muito tempo a manutenção da identidade étnica deixou de estar associada à ideia do isolamento, como nos diz Barth (1998), as definições de fronteiras ocorre sempre em uma relação de alteridade, onde o “eu” se define em uma relação de oposição com o “outro”.

As distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas, acarretam processos sociais de exclusão e incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vida individuais. (...) descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. (BARTH, 1998 p.188).

Barth deixa claro que a construção da identidade étnica se dá num contexto de interação, onde o indivíduo se reconhece e é reconhecido pelo

outro. No entanto, o conteúdo em torno do qual é elaborado esse conceito de pertença dependerá do sujeito e do contexto social em que essa identidade for acionada. Isso se tornou possível porque este autor dissociou identidade de cultura. Partindo dessa perspectiva, é possível que haja a exclusão e também a incorporação de elementos de dada cultura sem que o indivíduo perca sua identidade. Assim, mesmo que os indígenas passem a morar em uma casa que é, como disse o ex-prefeito Secco, “uma coisa bem de branco”, isso pode não por em risco a identidade dos mesmos. Mas, se eles identificam os deslocamentos como um dos elementos de “importância social vital” como disse acima Barth, essa pretensa fixação que os órgãos e instituições criam para esses grupos acaba por dificultar a reprodução deste traço cultural que tem grande importância para esses grupos, como expõe Silva (2007), “o “caminhar” traz consigo o sentido de existência (...), parar é não existir” (SILVA, 2007, p.190). Em seu trabalho, Silva (2007) aponta para o fato de que os guaranis gostam de passear pela cidade. Isso vai ao encontro do que diz Barth a respeito do caráter dinâmico da cultura, a qual está sempre associada a um processo de incorporação e exclusão de dados traços culturais.

A cidade não lhes parecia um território distinto, estranho ou desconhecido, ao contrário, caminhavam com destreza, como quem sabe por onde anda. Conheciam bem sobre os pontos e linhas de ônibus, os nomes das ruas, as lojas onde comprar, as praças onde havia torneiras para beber água ou lavar uma peça de roupa (...). Meus acompanhantes diziam-me que “se alegravam” quando “passeavam” na cidade, gostavam de ver o comércio, as vitrines das lojas, a movimentação das pessoas e dos carros. Não é que preferissem a vida na cidade, pois mesmo quem já morou na cidade, dizia que a vida nas aldeias, junto aos parentes, era bem melhor. No entanto, andar na cidade parecia proporcionar ao caminhante uma experiência de “alegria” que a vida nas aldeias não oferecia da mesma maneira: diversão, distração, oportunidade de comer comidas diferentes, de conhecer pessoas e lugares novos, de ganhar dinheiro, de conseguir emprego (SILVA, 2007, p.191).

Assim, a cidade é mais do que um trajeto que liga o aldeamento de origem à moradia do parente a ser visitado, é um lugar onde o guarani gosta de estar, onde também se sente feliz e vislumbra oportunidades. No entanto, em Diamante d'Oeste, há um acordo que, apesar de não ter conseguido saber em que consiste exatamente, parece ter restringido a presença indígena na área

urbana do Município. Essa atitude por parte da administração municipal vai ao encontro do que diz Barth:

Embora tais sistemas compreendam múltiplos grupos étnicos, a interação entre os membros dos diferentes grupos deste tipo não surge da complementaridade das identidades étnicas; ela ocorre inteiramente dentro do quadro dos estatutos e instituições do grupo majoritário dominante, onde a identidade como membro de uma minoria não fornece base alguma para a ação (...). (BARTH, 1998, p.218).

Desta forma, se por um lado existe uma parcela da população que se sente em uma situação de fragilidade social diante dos assentados e indígenas devido ao fato desses grupos terem um poder maior no que se refere a sua capacidade de legitimar suas demandas, por outro, existe outra parcela da população composta pela elite política local e pela administração municipal que têm conseguido, apesar do véu do respeito das diferenças, analisarem as relações sociais entre os diferentes grupos e comunidades do universo social que representa o Município somente a partir da cultura dominante.

Isso se confirma quando analisamos, por exemplo, as escolas indígenas as quais possuem alguns professores indígenas, mas os diretores são brancos. Segundo os representantes da Itaipu, as políticas para a comunidade indígena são elaboradas a partir da consulta a este grupo, no entanto, a fala do professor Teodoro indica que ele se ressentido do fato de que eles são consultados em alguns momentos, no entanto, a conformação do projeto ou da política em um âmbito mais geral é decidida pelos brancos.

Da mesma forma, o vereador Adão conseguiu se eleger, mas enfrenta dificuldades em obter apoio de outros vereadores para aprovar seus projetos. Parece-me que a elite política local, que já estava habituada a falar em nome dos demais cidadãos do Município, estendeu essa representação aos membros destes “novos” grupos sociais. Porém, esta representação é feita numa relação de contrastividade onde, por um lado, “nós” descendentes dos colonizadores, legítimos herdeiros desta terra recebemos “eles” os indígenas e os assentados. Aparentemente essa acolhida não se dá em uma relação de igualdade, pois, principalmente em relação aos indígenas, é possível identificar que persiste a ideia de que eles devem ser conduzidos, orientados em suas ações. Porém,

apesar dessas evidências, a elite política local e pessoas ligadas à administração municipal afirmam em suas falas a existência de uma suposta harmonia entre os grupos deste universo social, que na prática não foi possível identificar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Diamante d'Oeste, no Paraná, no momento em que a população descendente de colonos chegados na década de 1950 e 1960 ainda lidava com os esforços de construção das instituições e da identidade de um município recém emancipado, grupos sociais considerados “estrangeiros” entram em cena, a reboque de lutas sociais pela garantia do acesso à terra e de políticas públicas conquistadas por estas lutas que permitiram a demarcação de áreas indígenas para grupos guaranis e a criação de um assentamento de reforma agrária. Num pequeno município de urbanização ainda incipiente, a “chegada” de populações indígenas e famílias de trabalhadores rurais sem terra tornados assentados promoveram alterações importantes nas relações de poder, permitindo a análise – empreendida neste trabalho – da constituição de relações entre grupos a partir da perspectiva do grupo social que se sente ameaçado – e também preterido ou injustiçado – pela chegada dos “novos” moradores.

O debate a respeito de comunidades tradicionais, minorias étnicas e sociais se faz muito presente atualmente, inclusive presenciamos mudanças institucionais como é o caso do decreto 6.040 que regulamenta as políticas públicas direcionadas para as populações e comunidades tradicionais, porém, adotamos como perspectiva de análise a percepção de um “grupo” que a princípio não é reconhecido como minoria, mas que na figuração social estudada se sente em posição de desigualdade quando travam disputas por recursos com assentados e indígenas. No início do trabalho, pensei estar diante de uma situação que poderia ser analisada tomando de empréstimo a figuração social estabelecidos e outsiders, formulada por Elias (2000) como um paradigma empírico, sendo necessário apenas operar uma inversão, já que os indígenas e assentados que moravam há menos tempo no Município pareciam ocupar o status de estabelecidos enquanto que a população residente na área urbana e as demais comunidades rurais sentiam-se outsiders. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebi que era necessário fragmentar o que havia

convencionado chamar de “terceiro grupo social”. A princípio toda a população do Município, com exceção dos indígenas e assentados, faria parte do mencionado grupo, mas foi preciso redefinir essa população por identificar que defendia ou era portadora de diferentes projetos territoriais (e, portanto, projetos políticos de apropriação material e simbólica do espaço). De forma que, por um lado, passei a considerar como este “terceiro grupo” apenas uma parcela da população residente na sede do Município e nas comunidades rurais que nutrem um ressentimento para com os indígenas e assentados devido à capacidade destes de legitimar suas demandas e, por outro, vislumbramos outra parcela da população que possui uma percepção diferenciada a respeito desses grupos. A diferença entre essas duas parcelas da população reside no fato de que a primeira é constituída de indivíduos que vivem em situação de fragilidade social, são oriundos de classes sociais baixas que vivem o drama do desemprego ou se desgastam diariamente ao ter que se deslocar para outros municípios para trabalhar, além de serem obrigados a buscarem auxílio dos programas sociais. Enquanto que a segunda parcela é constituída por empresários e servidores públicos que, de forma mais abrangente, pertencem a uma classe social mais elevada e, principalmente, pela elite política local. Para estes, as comunidades indígenas e os assentados não representam adversários na disputa por políticas públicas, mas sim, novos consumidores e captadores de recursos, mesmo que as relações não deixem de ser conflituosas.

Assim, para além da inversão foi preciso também operar uma ampliação do modelo elisiano, pois identificamos que nesta figuração o mesmo grupo social pode ocupar as duas posições, de estabelecido e outsider, complexificando assim os esforços de descrição dos processos de diferenciação social. Para entender as diferentes esferas dessa figuração foi necessário adentrar, embora de maneira tímida, em diferentes campos de investigação.

Para analisar de que forma indígenas e assentados tornam-se, em alguma medida, estabelecidos, foi preciso analisar as políticas públicas existentes para cada um destes grupos. Com isso, foi possível identificar que a destacada capacidade dos indígenas e assentados no que se refere à institucionalização de suas demandas se deve ao fato de terem um espaço de

atuação que extrapola o poder local. Estão vinculados a instituições que representam outras esferas do poder, como é o caso do INCRA e da FUNAI, as quais fazem parte do governo federal. Por outro lado, a parcela da população pertencente ao “terceiro grupo” estudado, principalmente a população residente na sede do Município, possui um campo de atuação limitado a esfera municipal.

Situação que se torna mais dramática ao constatarmos que apesar de os municípios terem adquirido maior autonomia a partir da Constituição de 1988, na prática a descentralização político-administrativa e até mesmo financeira não resultou em maior autonomia ou capacidade local na formulação de políticas públicas. Mecanismos de controle – como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a pequena capacidade de pequenos municípios em gerarem receita própria – têm promovido um engessamento dos recursos municipais ao determinar qual será o percentual do total do orçamento que obrigatoriamente deverá ser investido em diferentes áreas. Além das receitas próprias, que no caso de Diamante d’Oeste representou em 2010 apenas 10% da receita do Município, a maior parte dos recursos precisam ser pleiteados através da formulação de projetos os quais seguem as políticas desenhadas a nível federal ou estadual. Ou seja, efetivamente, os municípios pouco interferem no desenho das políticas. Desta maneira, são escassos os projetos próprios que atendam aos anseios da população local.

Já a análise da busca pela identidade e dos meandros da construção do pertencimento foi fundamental para entendermos de que forma indígenas e assentados ocupam, também, nesta figuração social, a posição de outsiders. Com o desenvolvimento do mapa cognitivo foi possível analisar que além da esfera política e econômica, nas quais indígenas e assentados parecem desfrutar de uma posição de vantagem sobre os demais, existe a dimensão social e simbólica e nesse aspecto esses grupos são ainda percebidos como “estrangeiros”. Através da pesquisa de campo foi possível identificar situações nas quais eles eram vítimas de preconceito ao serem reconhecidos através de estigmas, os assentados como “sem terra” e os indígenas como “preguiçosos”. Os mesmos vivem situação contraditória, pois parecem ter passado por um processo de positivação de identidade, no entanto, isso ocorre apenas em algumas situações. A administração municipal, por exemplo, parece usar em

vários momentos a presença desses grupos no Município como bandeira. No entanto, as elites políticas, ao assumirem uma postura de mediadoras da interação entre grupos, não conseguem impedir que o encontro de mundos sociais diferentes acabe operando novamente a negativização das identidades indígenas e das famílias assentadas, através de uma visão etnocêntrica que luta para moldar um guarani agricultor que tenha em mente a lógica capitalista de produção de excedente, que seus filhos tenham obrigação de melhorar seu empenho no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - já que o Estado construiu uma bela escola na aldeia e colocou a disposição dos mesmos professores indígenas e brancos. Como se esta forma de produção e transmissão de conhecimentos e saberes fossem as únicas existentes.

A noção de pertencimento também reflete esse encontro de mundos sociais distintos, pois, a população que se considera descendente dos colonizadores sente-se herdeiro “legal” desse território devido ao fato de estar fixado no mesmo há duas ou três gerações. Através dos relatos dos guaranis identificamos que eles não se veem como novos grupos sociais, muito pelo contrário, sentem-se tão ou até mais pertencentes a essa localidade do que aquela população, e isso deve-se ao fato de que para eles seu “tekoha” são todos os lugares pelos quais passaram, o pertencimento para eles está relacionado ao deslocamento.

A chegada desses grupos representou visibilidade para o Município, devido à realização do Encontro dos Povos Guarani da América do Sul ocorrido no ano passado. Por causa do encontro, o município de Diamante d’Oeste foi notícia em diferentes mídias, algumas delas, como a Rede Globo, de projeção nacional. Para além dessa visibilidade, a vinda desses grupos representou também para a administração municipal - que se via diante de uma difícil situação, como foi exposta por Secco, na qual um grande percentual da população era composta por trabalhadores volantes - um sensível aumento das receitas, já que juntamente com a vinda das comunidades indígenas o Município passou a contar também com uma importante mediadora, a Hidrelétrica de Itaipu que foi responsável em 2010 por 12% da receita do Município. Diante da pequena arrecadação advinda das receitas próprias e da limitada autonomia que o Município tem perante o governo federal, a

administração municipal viu nesses grupos um novo lócus para a captação de recursos, que o colocou diante de mediadores sociais de peso.

Assim, o que se verificou é que na atual conjuntura, que vem se conformando principalmente a partir da Constituição de 1988, não se justifica mais o desrespeito e o não reconhecimento dos direitos desses grupos sociais. Em Diamante d'Oeste, o discurso oficial tenta contemplar as mudanças institucionais de forma a exaltar a importância do respeito à diversidade cultural, no entanto, esse discurso pode ter mudado de tom, mas não mudou aqueles que o formulam. Ou seja, a mesma elite política que representava os demais cidadãos do Município passou também a falar por esses novos grupos sociais, porém, muito mais na condição de tutores, já que foi possível identificar em vários momentos a preocupação dos brancos em “ensinar” os guaranis – por exemplo, em relação a como e quanto produzir e a melhor forma de adquirir conhecimento e saberes. Esta aproximação das elites em relação a esses novos grupos acabou gerando um descontentamento por parte do “terceiro grupo” estudado, no entanto, esses conflitos simbólicos gerados a partir da percepção de que assentados e indígenas se apropriam dos recursos daquele grupo não se justifica na prática. O que ficou evidente, na verdade foi a fragilidade social e econômica vivenciada por essa população dos pequenos municípios, que se constituem em uma minoria que geralmente não é pensada e que é uma minoria sem voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In. O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Hélio Luis de. É oportuno emancipar Diamante d'Oeste já? In. **Jornal Povo e Terra**. Matelândia. (p.8), jun/jul de 1985.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v.IX, n.1, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

CÂNDIDO. Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador**: e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria:2000.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In. POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo Fundação Editora da UNESP, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CHAUÍ, M. e NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**. São Paulo, n. 71, 2007.

COELHO, Maria C. N. e GUERRA, Antônio J. T. **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COLODEL, José Augusto. Matelândia: História & Contexto. Cascavel: ASSOESTE, 1992.

COUTINHO, Allan Denizzard Limeira. Assentamento Ander Rodolfo Henrique: a ruptura política e a transição tecnológica para a agroecologia. **Revista Brasileira de agroecologia**. V.4 (2), dez. de 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA. L. H., SILVA. J. I. A. e NUNES. A. M. B. A proteção da natureza em assentamentos rurais e na RPPN'S: conflitos ambientais e processos de territorialização. **Raízes**, v.27 (1), janeiro de 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.13 (36), maio/agosto de 1999.

Desdobrando o Orçamento Municipal. Porto Alegre: Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2009.

Diagnóstico do Município de Diamante do Oeste – Paraná (sem referências).

DOMBROWSKI, Osmir. “**O Povo não participa**”: um ensaio sobre o **absenteísmo**. I Seminário internacional e III Seminário nacional Movimentos Sociais, Participação e democracia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 11 a 13 de agosto, 2010.

_____. **Conselhos Municipais: limites e potenciais**. **Revista Tempo da Ciência**, (12) 24, p.161-167, 2º semestre 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Escritos e ensaios: Estado processo, opinião pública**. V.1 Rio de Janeiro: zahar, 2006.

_____. **Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In. Jessé de Souza e Patrícia Mattos. **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo; Annablume, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In. Jessé de Souza e Patrícia Mattos. **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo; Annablume, 2007.

LAMBERT, J. **Os dois brasis**. 9 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonides [et. al]. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LOBATO, Monteiro. **Ideias de jeca tatu**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MADCHE, A. Nossos distritos e vilas – Diamante d’Oeste. In. **Jornal Povo e Terra**. Matelândia, (p.8/9), Jul/agosto de 1984.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1977.

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento social e sua refundação filosófica em Charles Taylor. In. Jessé de Souza e Patrícia Mattos. **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo; Annablume, 2007.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2ª Ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em questão. **Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes**, v.14, n. 1/2, Jan./dez.2008.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade**: para compreender. Rio de Janeiro, IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista MANA – Estudos de Antropologia Social**. V. 4, n.1, abril 1998.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Quilombo do Laudêncio, Município de São Mateus (ES). In. O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo, 2006.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v.24 (1-2), jan/dez, 2005.

RAMBO, Anelise G. e PUHL, Mário J. Dinâmicas de desenvolvimento territorial: a densidade institucional e a inovação territorial cooperativa. **Raízes**, v. 24 (1-2), jan/dez, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Regimento interno do Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Ata. 28 de agosto de 2003.

SABOURIN, E., CARON, P. e TONNEAU, J. Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento local: reflexões a partir de experiências no nordeste brasileiro. **Raízes**, v.24 (1-2), jan/dez, 2005.

SALLUM JR., Brasílio. **Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18 (52). São Paulo, junho de 2003.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María L. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. 9ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platense**. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SCHNEIDER, S. e Tartaruga. I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. V.23 (1/2), jan-dez 2004 (a).

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6 (11), jan-jun 2004 (b).

SILVA, Evaldo Mendes da. **Folhas ao vento a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na tríplice fronteira**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Celina. **Redemocratização, federalismo e gasto social no Brasil: tendências recentes**. XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, (GT03: Estrutura social e desigualdade). Petrópolis, 23-27 de outubro de 1999.

_____. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n.24, Junho, 2005.

_____. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: Processo decisório, conflitos e alianças. **Dados** Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, v.44, nº3, 2001.

TONNEAU, Jean-Phillippe e CUNHA, Luis Henrique. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. **Raízes**, v. 24 (1-2), jan/dez, 2005.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 9, n.1 maio, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-economômico. *Bahia Análise & Dados Salvador*, V. 10, n. 04, p. 193-206, 2001.

_____. "Nem tudo é urbano". **Ciência e Cultura**, ano 56, n.2, abr.-jun, p. 26-29, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Horacio Martins de Carvalho. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. (org.) Identidade social e espaço de vida. In. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. Maria de Nazareth B. Wanderley. Campinas: Ceres, 2004.

_____. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WACHOWICZ, R. Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. 2 ed. Curitiba: Vicentina, 1982.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Sites pesquisados:

<http://www.incra.gov.br>

<http://www.funai.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://WWW.ipardes.gov.br>

<http://www.mds.gov.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.itaipu.gov.br>

<http://www.diamantedoeste.pr.gov.br>

ANEXOS

(anexo 1)

Escola Indígena Kuaa Mbo'e - Aldeia Añetete



(anexo 2)

Escola Indígena Araju Porã – Aldeia Itamarã



(anexo 3)

Lar dos Idosos Morada do Sol



(anexo 4)

Modelo das casas construídas pela COHAPAR



(anexo 5)

Modelo das casas construídas pela Itaipu



(anexo 6)

Festa Leitão no Carrossel (almoço)



(anexo 7)
Festa Leitão no Carrossel (almoço)



(anexo 8)
Leitão no Carrossel



